



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----ACTA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO DA 1.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA-----

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 25 DE FEVEREIRO DE 2003 -----

----- ACTA Nº 1/03 -----

-----Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro de dois mil e três no Auditório da Assembleia Municipal, em Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência do Senhor Doutor Luís Gonçalves Marques Mendes tendo como Primeira Secretária, a Senhora Maria Madalena Pereira da Silva Castro e como Segunda Secretária, a Senhora Doutora Maria Alexandra Colles Gonçalves da Silva Fraga. -----

### 1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

-----Pelas quinze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou iniciada a 1.<sup>a</sup> Reunião da 1.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de quarenta e um Membros (Elísio Olavo das Neves Gouveia da Veiga, Fernando Victor Beirão Alves, Luís d'Andrade da Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Fonseca Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Lopes Neno, António José Dias da Silva, Salvador António Martins Bastos Costeira, José António Vilhena Milhano, Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes, José David Gomes Justino, José Manuel Amaral Lopes, Elisabete Maria Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Jorge Manuel Madeira Silva Pracana, Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha, Manuel António Madeira Martinho, Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz, António José Viana Basto, Sofia de Sequeira Galvão, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Colles Gonçalves da Silva Fraga, Ângela Maria Gomes Silva Brito Leite, José Jorge Pereira, Luís Miguel Pereira de Sousa, Miguel Neves de Amorim, Marcos Sá Rodrigues, Pedro Licínio Brandão Martins Pereira, Irene Cândida Rodrigues da Silva, Luís Filipe André, Vítor Manuel Gonçalves Cabeço, Maria de Lurdes Marques Batista Ferreira Vidal, José António Tavares da Cruz, Carlos Alberto de Sousa

Coutinho, Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira, Paulo Henrique Pereira Mendes de Miranda e Carlos Fernando de Sousa Gaivotto) desta Assembleia Municipal. -----

## **2. ORDEM DE TRABALHOS**-----

----- Foi estabelecida para a presente Reunião a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

### ----- ORDEM DE TRABALHOS -----

1. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O./6747-03.02.12 relativa ao Regt.º 45862/02, apenso ao 1741-PB/90 – Pedido de Isenção de Taxas – Proposta N.º 18/03; -----
2. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O./6748-03.02.12 relativa à Constituição da Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras – OEINERGE – Proposta N.º 64/03;---
3. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O./6749-03.02.12 relativa ao Acordo de Licenciamento de Produtos Microsoft – Microsoft Enterprise Agreement – Contrato de Licenciamento de Produtos Microsoft – Proposta N.º 124/03; -----
4. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O./6750-03.02.12 relativa à Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas – Actualização do Montante das Taxas – Proposta N.º 2079/02; -----
5. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O./6751-03.02.12 relativa à Actualização das Comparticipações para Obras Gerais de Reforço de Abastecimento de Água para o Ano de 2003 – SMAS – Proposta 2066/02; -----
6. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O./6752-03.02.12 relativa ao Regulamento da Piscina Oceânica de Oeiras – Proposta N.º 59/03; -----
7. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O./6753-03.02.12 relativa à Atribuição da Menção de Mérito Excepcional à Funcionária Clarinda Florêncio Vidal – Proposta N.º 2018/02; -----
8. Mobilidade e Transportes Públicos no Concelho de Oeiras; -----
9. Constituição de Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM e da Mobilidade no



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Concelho; -----

10. Informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Actividade do Município, nos termos da alínea e), do N.º 1, do Artigo 53.º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas na Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

### **3. APROVAÇÃO DE ACTAS -----**

#### **3.1. Acta da 1.ª Reunião da 5.ª Sessão Ordinária de 9 de Dezembro de 2002 – ACTA N.º 10/02 -----**

##### **3.1.1. VOTAÇÃO-----**

-----O Senhor Presidente pôs à votação esta Acta a qual foi aprovada por maioria com quatro abstenções. -----

#### **3.2. Acta da 2.ª Reunião da 5.ª Sessão Ordinária de 17 de Dezembro de 2002 – ACTA N.º 11/02 -----**

##### **3.2.1. VOTAÇÃO -----**

-----O Senhor Presidente pôs à votação esta Acta a qual foi aprovada por maioria com seis abstenções. -----

### **4. PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA -----**

#### **4.1. Sr.ª Presidente da A.M. em Exercício – Dona Madalena Castro -----**

-----A Senhora Presidente da A.M. Em Exercício disse o seguinte: -----

-----“Senhores Deputados, volto a pedir o favor de tomarem os vossos lugares e de fazerem silêncio na sala, muito obrigado. Peço desculpa em nome do Doutor Marques Mendes, que está um pouco atrasado conta chegar por volta das dezasseis horas, mas vamos dar início à nossa reunião. -----

-----Senhores Deputados vamos agora dar início ao Período Fora da Ordem do Dia, vamos iniciar o registo de inscrições, quero informar os Senhores Deputados que deu entrada uma Proposta do Grupo Parlamentar do PSD, já demos instruções para que a Proposta fosse

distribuída por todos os Deputados presentes, e, agradeço que quem quiser usar da palavra faz favor de se inscrever. -----

----- Senhor Deputado Manuel Teixeira faz favor.” -----

#### **4.2. Sr. Manuel Teixeira (J.F. Caxias)** -----

----- O Senhor Deputado Manuel Teixeira fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente da Mesa da Assembleia em Exercício, Senhora Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- A minha intervenção será breve pois incide simplesmente em três pontos, para além da leitura de uma Recomendação apresentada pela bancada do Partido Socialista, aprovada por unanimidade na última Assembleia de Freguesia de Caxias. -----

----- Passando de imediato ao primeiro ponto: estacionamento no denominado Jardim das Palmeiras junto à estação da CP, para quando e como? -----

----- Segundo ponto: ainda junto à estação da CP e depois dos melhoramentos aí introduzidos, para quando a substituição do actual posto de venda “barraca”, por um quiosque de venda de jornais, digo o exemplo do que acontece com a venda do quiosque do café. O espaço ocupado com a venda dos jornais presentemente atinge a Praça de Táxis, reforço que a instalação é deveras rudimentar e trata-se de uma das entradas da Freguesia de Caxias. -----

----- Terceiro e último ponto: para quando o estudo sobre a localização da bomba de gasolina situada presentemente enquanto decoração, em Caxias no Largo Alves Redol. -----

----- Seguidamente passo então à leitura da Recomendação do Grupo da bancada do Partido Socialista, na última Assembleia de Freguesia de Caxias: considerando que, primeiro, o Bairro da Vila de Caxias, denominado Murganhal, povoado segundo Rogério de Oliveira Gonçalves na sua oração de sapiência na cerimónia de aniversário da freguesia, é já referenciado em mil trezentos e sessenta e sete, apresenta hoje na sua parte velha uma situação de alta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

degradação, atentatória da dignidade e de qualidade de vida dos seus habitantes, nomeadamente: os escombros e restos do que foram um gueto de barracas “A Cova Funda”, montes de entulho de barracas demolidas pelos próprios ex-locatários, uma lixeira, um urbanismo terceiro mundista, um prédio ex-casa de abrigo que a Câmara Municipal de Oeiras, tomou à última posse administrativa e onde, depois de muitos protestos, visitas e promessas, a Câmara para solucionar o problema de hospedagem de ratos e toxicodependentes, emparedados a tijolo portas e janelas, como corolário de tudo isto, uma infestação de ratos por todo o lado. -----

-----Segundo: embora decorrente da própria lei, todas as forças políticas concorrentes aos órgãos da autarquia declararam nos seus compromissos eleitorais, tudo ir fazer ou diligenciar para a melhoria do bem-estar dos fregueses em particular, e da qualidade de vida da freguesia em geral.-----

-----Terceiro: desde a posse dos novos mandatos, o poder autárquico nada fez naquele Bairro, passado que é quase um ano do seu exercício de funções. -----

-----Quarto: queremos acreditar que a inacção não tem por base qualquer intencionalidade camarária, em função da dimensão eleitoral dos fregueses afectados, mas já acreditamos que o executivo municipal dê sem preconceituosa intenção, prioridade a obras em que ao maior número de reclamantes, corresponda naturalmente uma maior capacidade reivindicativa. -----

-----Quinto: nessa medida, e dado que o número de habitantes em termos relativos, o poder local de Caxias deve ajudar a dar voz aos habitantes do Murganhal velho, na reivindicação de uma solução urgente. -----

-----Sexto: a requalificação do Murganhal velho não terá pela sua dimensão importância orçamental, sendo mais um problema de vontade política, do que de ordem financeira. -----

-----Sétimo: a situação do Murganhal velho exige a sua urgente requalificação, no enquadramento do estudo dessa requalificação o apoio às populações da área, e, a requalificar

deverá passar por adequado suporte para obras de reconversão das habitações, ou se justificado pela integração em programa de realojamento, procurando todavia minimizar o efeito do desenraizamento local. -----

----- Oitavo: a par e coincidente com a pretendida requalificação do Murganhal velho, coloca-se o problema do acesso a Caxias pela estrada de Barcarena, que ali estrangulado, impõe um estudo de soluções que poderá passar, a ser tecnicamente viável e para minimização de efeitos nos moradores, pela construção de alternativa da variante com sentido único. -----

----- A Assembleia de Freguesia de Caxias por deliberação aprovada em Sessão de dezoito de Dezembro de dois mil e dois, recomenda à Câmara Municipal de Oeiras o urgente início do estudo de requalificação urbana do Murganhal velho, tendo principalmente em vista: --

----- Primeiro: saneamento da Cova Funda...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** interrompeu dizendo o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado peço desculpa, porque se é para ler Propostas, o grupo Parlamentar do PSD é que sabe a gestão que faz do seu tempo, mas teria sempre a hipótese de pedir à Mesa para que fosse distribuída, e o Senhor faria um comentário sobre o conteúdo. É uma sugestão, porque de facto é complicado, se cada um dos Senhores que pede a palavra vai ler Propostas, rapidamente se esgota o Período Fora da Ordem do Dia. Agradeço-lhe que seja breve e que termine.” -----

----- **O Senhor Deputado Manuel Teixeira (J.F. Caxias)** continuou dizendo o seguinte:

----- “Concluindo: -----

----- Primeiro: saneamento da Cova Funda; -----

----- Segundo: reestruturação do Murganhal velho; -----

----- Terceiro: apoio à reabilitação de habitações e se concluído, o necessário realojamento no PER em condições de dignidade e de qualidade, procurando preservar ao máximo as raízes dos realojados; -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Quarto: descongestionamento da garganta da estrada de Barcarena para o Murganhal, referentemente para minimização dos dados locais, por construção de uma variante no sentido único.”-----

### **4.3. Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

-----O Senhor Deputado Paulo Miranda fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente em Exercício, Senhora Presidente da Câmara, Senhores representantes do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Havia três assuntos que neste período eu gostava de colocar à consideração, e ser devidamente esclarecido. -----

-----Há cerca de uns dias, não sei precisar quantos, são tantas as reuniões, fomos convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Porto Salvo sobre o encerramento do Infantário Tão-Balalão. Gostaria de perguntar à Senhora Presidente, se considerando o protocolo que existe entre a Santa Casa da Misericórdia de Oeiras, a Câmara, e a Irmandade, qual a solução que preconiza proximamente, para que se evitem aquelas situações de Assembleias de Freguesia, em que se faz campanha eleitoral e não se esclarece devidamente as pessoas, que estão nesta altura prejudicadas ou eventualmente prejudicados, sentirem-se prejudicadas quer sejam funcionários, quer sejam pais, quer sejam os próprios utilizadores daquele espaço, dito de “betão” segundo se diz. -----

-----Relativamente ao outro assunto gostaria de pedir à Senhora Presidente, se tinha alguma observação a fazer sobre a perfilagem que está a ser feita na Estrada das Romeiras, em Algés, na entrada da Avenida Norton de Matos, próximo daquela rotunda junto à Polícia, em que os passeios, por um lado no caso da Avenida da Estrada das Romeiras, fica muito dentro da estrada, no que se refere perto da rotunda é excessivamente alto, sendo que há cerca de dez dias, assisti eu próprio a um carro estar avariado e não ser possível subir o passeio, nem de empurrão, o que provocou uma fila interminável de pessoas, porque a largura é excessivamente curta. -----

----- Outro assunto, de acordo com o que é estabelecido aqui na Assembleia, os Membros podem pedir a correspondência que a Assembleia Municipal recebe, e, eu pedi um documento que se refere a um concurso interno da Câmara, para o Serviço Social e Psicologia.-----

----- As denúncias feitas pelo pai de uma das candidatas são graves, e estou convencido que com Vossa Excelência à frente da Câmara não se passa esta irregularidade aqui denunciada. Gostaria de ouvir de viva voz, o que é que pensa sobre este assunto e eventualmente esclarecer-me. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente” -----

**4.4.Sr. Elísio Veiga (J.F. Algés) -----**

----- O Senhor Deputado Elísio Veiga fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Senhora Presidente da A.M. em Exercício, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados. -----

----- Eu pedi a palavra, se bem que tenha aqui à minha frente uma Proposta que já tem considerandos sobre o mesmo teor daquilo que eu vou falar, e, queria falar em relação a uma situação que já falei com a Senhora Presidente, que é uma situação extremamente desagradável e que causa muito mau estar nas populações, que tem a ver com os constantes cortes de energia, por vezes em zonas inteiras e bairros inteiros que tem acontecido na zona freguesia de Algés, chegando a haver zonas onde as luzes estão acesas de dia e apagadas à noite, a minha zona por exemplo chega a ser, se não foram meses inteiros nesta situação, portanto, penso que é uma situação extremamente desagradável. Além disso todos os pedidos que a Junta tem feito, são constantes os pedidos que a Junta faz acerca de avarias de iluminação pública, problemas com candeeiros, etc, a EDP não dá resposta a estas situações. Para além do mais, muitas pessoas pensam e julgam que é a Câmara Municipal de Oeiras que é a responsável por todas estas anomalias, eu penso que até para se evitar esta situação, a Assembleia deveria tomar uma atitude pública, em relação a este funcionamento da EDP, que é uma vergonha, em relação ao concelho



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e às suas populações. Portanto, como já tenho aqui à frente uma proposta do Grupo Parlamentar do PSD, no entanto não quero deixar de falar sobre isto, porque penso que apesar de alguns dos problemas estarem já resolvidos em grande parte, na freguesia de Algés, praticamente na sua totalidade, não deixo de querer referir isto, porque é uma situação realmente lamentável. -----

-----Muito obrigado.” -----

### **4.5.Sr. Carlos Coutinho (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Carlos Coutinho fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, boa tarde a todos. Queria aproveitar a oportunidade para colocar dois problemas que nos preocupam de sobre maneira. -----

-----O primeiro tem a ver com a Extensão de Saúde da Cruz Quebrada/Dafundo, portanto vários munícipes nos têm procurado alarmados que a Extensão vai encerrar a qualquer momento, e ainda não está garantida a prestação desses serviços, a manutenção desses serviços na freguesia, no local que a Câmara e muito bem colocou à disposição da ARS, portanto, o que nós queríamos era colocar isto à Câmara, para saber o que é que se passa, o que é que se está a passar em relação a esta matéria, e, apelar à Câmara que faça todo o seu empenho, manifeste todo o seu empenho, para garantir em tempo real a prestação do serviço àquela população, trata-se como sabem de população extremamente carenciada, população mais idosa do concelho, e, de facto qualquer deslocação que se faça para qualquer outro espaço, para fazer este tipo de atendimento é extremamente gravoso. -----

-----Portanto, há vários locais, a Câmara e bem apontou um, há que recuperar esse local e adequá-lo, para que a desactivação das actuais instalações sejam substituídas sem qualquer hiato, em relação à estação de serviço dentro da freguesia, portanto, esta é uma preocupação que nós temos com “alerta vermelho”, mas, de facto, apelávamos à Câmara que procurasse junto de quem de direito da ARS, a resolução atempada deste problema. -----

-----A outra questão tem a ver com uma exposição, tenho aqui uma cópia, que também

foi enviada à Câmara, mas foi dirigida ao Coordenador do Centro da Área Educativa de Lisboa Ocidental, em que um grupo de pais reclama por razões várias, a manutenção em funcionamento da Escola N.º 1 de Linda-a-Pastora, portanto trata-se enfim, a escola, as instalações, tanto quanto sabemos não estão nas melhores condições, mas o enquadramento social que aqueles cerca de cinquenta alunos têm, em relação àquele local, àquele espaço, e a relação que estabelecem com as famílias pela proximidade, faz com que na avaliação dos pões e contras, as famílias apelem para que a Escola N.º 1 de Linda-a-Pastora se mantenha em funcionamento. -----

----- Reclamava de V.Ex.ªs, o favor de me explicarem o que é que se está a passar. -----

----- Muito obrigado.” -----

**4.6.Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente) -----**

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde. -----

----- Duas questões, uma relacionada com o abaixo-assinado que nos foi entregue pelos moradores da Rua do Largo, em Linda-a-Pastora, que é uma situação em relação a um pedido de reparação do pavimento da rua, é uma situação que se arrasta desde mil novecentos e noventa e quatro, e que até ao momento não foi resolvido. Parece-nos que é com pequenas acções que se revalorizam os locais onde habitamos, e, entendemos serem as zonas mais antigas as que devem merecer uma atenção redobrada, neste esforço de melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes. -----

----- Solicitamos à Senhora Presidente a melhor atenção, quanto ao pedido destes moradores, tendo em conta que a Rua do Largo neste momento tem de facto uma circulação bastante grande nas chamadas horas de ponta, como uma das entradas na freguesia de Queijas/Linda-a-Pastora, e, portanto dado a dimensão da obra que é de dimensão reduzida, parece-nos que seria possível dentro de um prazo breve, responder a estes anseios. -----

----- A segunda questão que gostava de colocar tem a ver com os Bairros de Promoção



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal, neste caso em concreto o Bairro do Moinho, na Encosta da Portela e que subdivide esta intervenção em duas partes, uma tem a ver com as rendas técnicas, a outra tem a ver com as habitações devolutas. Com o conhecimento que temos, as pessoas não foi por sua livre iniciativa que mudaram de casa, mudança de habitação para o mesmo Bairro, teve a ver com a má qualidade construtiva das habitações onde anteriormente moravam, e levou a esta confirmação de mudança. Portanto, parece-nos algo injusto que se os agregados familiares foram mudados dentro da mesma tipologia que tinham, por um erro que não lhes pode ser imputado a eles, parece-nos que pelo simples facto de passarem a habitar uma casa, cujo custo de construção terá sido mais elevado, parece-nos que não será muito adequado que sejam os moradores a suportar o aumento da renda, mais uma vez friso, tendo em atenção que não foram os moradores que por sua iniciativa pediram a mudança de habitação. Acresce a este facto, foram os moradores que tiveram que suportar todos os encargos também, com a mudança de contadores, de contratos, todas essas coisas. -----

-----Simultaneamente no mesmo Bairro, verifica-se a existência de muitas habitações devolutas, as quais estão a ser em parte utilizadas por marginais, na área de drogas e prostituição, tornando aquele Bairro ainda mais inseguro. Solicitava-se por isso que uma intervenção rápida da Câmara, na resolução destas habitações devolutas. -----

-----É tudo, muito obrigado.” -----

### **4.7. Sr. Luís Sousa (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Luís Sousa fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente. Antes de mais boa tarde a todos. -----

-----Gostava de iniciar a minha intervenção dizendo que a Bancada do PS, concorda plenamente com a Proposta apresentada pelo PSD sobre a luz, tem havido de facto pequenos apagões neste concelho, e rapidamente esta Assembleia tem que tomar uma posição, informar a EDP para evitar que isto continue a acontecer. De seguida gostava também de dizer a esta

Assembleia, que eu fui convidado em nome da Bancada do Partido Socialista, para estar presente numa reunião da Assembleia de Freguesia de Porto Salvo, o qual agradeço desde já esse convite, para tratar de um assunto que preocupa de mais a população. Foi uma Assembleia pública, onde as pessoas disseram o que entendiam e aquilo que pensavam sobre a urbanização, que está aprovada para o Rossio de Porto Salvo, o qual não esteve presente ninguém da Câmara e pelo que sei foi convidada, para dar alguns esclarecimentos à população. -----

----- Penso que era importante que a Câmara neste Órgão, desse alguns esclarecimentos sobre esta urbanização, tendo em consideração que se trata de uma urbanização pesada, para a área e para a zona de que estamos a falar, onde vai claramente reduzir a qualidade de vida daquela população, estamos a falar de catorze prédios, com uma área total de construção de vinte e dois mil cento e sessenta metros quadrados, e onde cerca de dezoito mil cento e oitenta e cinco metros quadrados, são para habitação, comércio e escritórios. -----

----- Este é um local e uma zona, que irá tapar também o ermida que existe naquele local do século dezassete, e, não está previsto neste projecto a realização de espaços verdes. Todos conhecem a zona do Rossio em Porto Salvo, toda aquela envolvente, é uma envolvente de casas térreas e pequenas, e vão ser colocados lá, desculpem o termo, uns “mamarrachos” que vão completamente liquidar a qualidade, se ainda existe alguma qualidade de vida naquela zona. E como se diz que é bom “Viver em Oeiras”, penso que era importante começar a esclarecer as pessoas do que é que se passa, e o porquê desta urbanização naquele local. -----

----- Todo este projecto tem também uma segunda fase, que é a fase social, tem a ver com o Infantário Tão-Balalão que existe lá, que com esta urbanização vai ficar sem instalações, oitenta crianças não têm para onde ir, e os funcionários que estão também nesse Infantário, pelo menos a informação que tenho e que foi dito nessa Assembleia, não sabem o que é que lhes vai acontecer, qual será o seu futuro do ponto de vista profissional. Penso que era importante que a Câmara, até porque existe um Protocolo entre a Câmara Municipal de Oeiras e a Santa Casa da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Misericórdia, em que prevê arranjar uma solução, um Protocolo assinado há alguns anos, uma solução para aquele Infantário. -----

-----Gostava de ouvir da Câmara, qual é a posição clara sobre estas duas situações, e que começemos a esclarecer a população de Porto Salvo. -----

-----Finalmente, e para terminar, gostava também de perguntar à Senhora Presidente, isto informações que me fizeram chegar, gostava que me dissesse qual a veracidade desta situação, tem a ver com o Aterro de Trajouce, segundo me dizem, neste momento está a ir o lixo para Espanha, portanto, o que é que se passa com o Aterro de Trajouce, qual é que é neste momento toda a situação que nos preocupa, e qual é a veracidade destas informações. -----

-----Para já é tudo.” -----

### **4.8. Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

-----“Ainda no seguimento do que foi dito anteriormente, participei também na Assembleia de Freguesia de Porto Salvo, onde foi discutido este projecto de loteamento para o Rossio, está a decorrer um abaixo-assinado na freguesia de Porto Salvo, reclamando da Câmara a inviabilização deste projecto urbanístico, repito urbanístico, naquele local, porque diz a população que a ser concretizado, na verdade este projecto seria um atentado não só à população, como também ao meio ambiente da freguesia de Porto Salvo. Portanto, diz o abaixo-assinado que certamente a Câmara Municipal vai ter isto em conta, e, salvaguardar os legítimos interesses e direitos do povo de Porto Salvo. A população não se opõe ao projecto, mas opõe-se que ele seja concretizado naquele local, no centro do “coração” da freguesia de Porto Salvo. -----

-----Gostaria de abordar a seguir, que várias pessoas se dirigiram ao grupo da CDU, acerca do funcionamento dos parquímetros, concretamente na Rua Gazeta de Oeiras, fomos informados e abordados por alguns moradores e comerciantes, dizendo que o funcionamento dos parquímetros naquela rua como está, que tem prejudicado não só o comércio, como as próprias

-----  
pessoas que ali residem. -----

----- Gostaríamos que a Câmara nos esclarecesse, se tem surgido na verdade, reclamações acerca disto e qual é a solução que tem sido dada, na medida em que estes moradores da Rua Gazeta de Oeiras, reclamaram e fundamentaram a sua preocupação pelos prejuízos que está a causar. ---- -----

----- Também outros moradores, estes mais idosos daqui da freguesia de Oeiras, se nos dirigiram acerca do seguinte: o selo de residente para viabilizar o estacionamento gratuito, tem que ser obtido em Algés, lá em cima em Miraflores, as pessoas daqui de Oeiras que ficam no outro extremo, alguns idosos têm dificuldade em se deslocar lá para obter este selo, resultado andam sem o selo no carro que permite o estacionamento junto da sua residência, e, perguntam eles, porque é que na verdade esta empresa não descentraliza este local, e, as Juntas de Freguesia puderem também emitir estes selos de estacionamento. -----

----- É um alerta e uma sugestão que na verdade se deixa, porque neste momento estão bastantes carros sem selos de residente, por dificuldades de deslocação a Miraflores para o obter. -----

----- Por último gostaria de referir, o Conselho Municipal de Segurança. Como sabe a Lei trinta e três de noventa e oito, determina que o Conselho Municipal de Segurança reúna trimestralmente. A última reunião efectuada foi em quinze de Outubro, do ano de passado, depois de estar dezasseis meses sem reunir, na ocasião a Senhora Presidente da Câmara e Presidente do Conselho, afirmou aqui neste Auditório que a Lei passaria a ser cumprida, e o Conselho passaria a reunir de facto de três em três meses, foi afirmado aqui pela Senhora Presidente, e, acrescentou que desde já fica marcada uma próxima reunião para a segunda quinzena de Janeiro do ano de dois mil e três, isso está em Acta, ora Janeiro já passou, Fevereiro está quase a passar e reunião nem vê-la. Mais uma vez parece-me que a Lei não foi cumprida e a palavra da Senhora Presidente também não, é claro que a palavra, como dizia o Mestre Adelino



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

“para um homem honrado deve valer tanto como uma escritura”. -----

-----Muito obrigado, tenho dito.” -----

### **4.9. Dona Ângela Leite (PSD)** -----

-----A Senhora Deputada Ângela Leite fez a seguinte intervenção: -----

-----“Excelentíssima Senhora Presidente em Exercício, Excelentíssima Câmara, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais. -----

-----Peço a palavra para fazer o ponto da situação, sobre a actividade do grupo eleito pela Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras. Portanto, a dois de Julho de dois mil e dois, foram eleitos por esta Assembleia a Doutora Arlinda Néné, a Doutora Luísa Lisboa, o Senhor Levy Gomes e eu própria. -----

-----O objectivo geral da Comissão, o desenvolvimento e adopção de um conjunto de medidas para a promoção efectiva dos direitos das crianças e dos jovens, a Comissão de Protecção é constituída por representantes de várias instituições a funcionar a dois níveis: como Comissão restrita, com funções executivas e de acompanhamento de casos concretos, e, como Comissão alargada. Vou ser breve, apesar de não parecer. A Comissão alargada é sobretudo um Fórum de discussão e de reflexão, tendo no entanto um conjunto de atribuições de que destaco duas, porque foram aquelas que nos mereceram mais atenção, sobre as quais trabalhámos, vou cita de novo: trabalhar e colaborar com as entidades que faz parte da alínea c), do N.º 5, do Artigo 8.º do Regulamento: “informar e colaborar com as entidades competentes, no levantamento das carências e na identificação e mobilização dos recursos necessários, à promoção dos direitos e bem-estar, e, do desenvolvimento integral da criança e do jovem”, e a alínea e), do N.º 5, do Artigo 8.º do mesmo Regulamento, que reza assim: “colaborar com as entidades competentes na constituição do funcionamento de uma rede de acolhimento de crianças e jovens, bem como na formulação de outras respostas sociais adequadas”, fim de citação. --- -----

----- No cumprimento destas atribuições, contribuindo para a elaboração do Plano de Actividades de dois mil e três, o grupo da Assembleia Municipal reuniu várias vezes, bastantes vezes, até chegar à seguinte conclusão: considerando que qualquer acção eficaz sobre uma realidade, pressupõe o seu conhecimento prévio, elaborámos um inquérito que será entregue às freguesias, às paróquias e às escolas, na parte que diz respeito às freguesias, pedimos a atenção dos destinatários presentes aqui, cujos dados serão objecto de um pequeno tratamento e de um relatório, que será depois apresentado à Assembleia. -----

----- Em relação à alínea e), do N.º 5, do Artigo 8.º do mesmo Regulamento, propomo-nos promover um estudo, que permita avaliar a possibilidade de criação de unidades educativas de acolhimento. Dado que o Conselho contém no nosso parecer, dois pólos de desenvolvimento bem definidos, que são Algés e Oeiras, Oeiras propriamente dito, faz sentido pensar uma unidade de acolhimento para cada um destes pólos, este equipamento é fundamental para a resolução dos casos mais dramáticos e mais urgentes, que são o acolhimento de crianças em risco em situação de emergência, para o qual há poucas respostas. Como sabem há as famílias de acolhimento, há a Casa do Parque, mas para uma população tão vasta como é a nossa, estes recursos são objectivamente insuficientes, e as pessoas que trabalham no terreno, ou nós que desaguamos nesta Instituição, e que nos confrontamos com as dificuldades, sentimo-nos enfim chocados, mobilizados, e, tentámos dentro das nossas possibilidades fazer a sensibilização das pessoas com responsabilidades, e nós próprios tomar a iniciativa de fazer alguma coisa. Portanto, acho que neste assunto vale a pena empenharmo-nos todos, daremos conhecimento a esta Assembleia quando houver desenvolvimentos significativos no nosso trabalho. -----

----- De momento é tudo.” -----

#### **4.10. Sr. Carlos Gaivoto (B.E.)** -----

----- O Senhor Deputado Carlos Gaivoto fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. Vou falar de dois assuntos, que já outros membros desta Assembleia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

falaram, o primeiro dos quais foi-me colocado pela Associação de Moradores de Outurela/Portela, em relação aos residentes do Bairro do Moinho da Portela. No diálogo que o meu camarada Miguel Pinto teve, não estive nessa reunião com a Associação de Moradores, no entanto ele pediu-me para colocar estas questões e estas observações, a primeira das quais: as pessoas residentes no Bairro do Moinho da Portela teriam sido transferidas, não realojadas, no Pátio dos Cavaleiros, foi uma decisão da Câmara, a qual os moradores não foram ouvidos, em várias reuniões, tanto o Vereador Rui Soeiro como os técnicos da Câmara, sempre afirmaram que as rendas não aumentariam, todos os inquilinos receberam uma carta na qual se afirmava que o próximo aumento seria em Outubro de dois mil e três, algumas pessoas receberam entretanto facturas com valores superiores àquela que tinham pago no mês anterior, a carta não avisava do aumento da renda, tenho aqui um anexo de uma carta, poderei exemplificar, no caso desta residente enviaram-lhe uma factura de quatrocentos e dois euros, quando ele só pagava cento e oitenta e um euros. -----

-----As perguntas que me pediram para fazer, porque é que foram feitas as transferências, os terrenos do Moinho da Portela não pertencem à Câmara? -----

-----O que é que vai acontecer às casas do Moinho da Portela, são demolidas ou recuperadas? -----

-----Porque é que a fiscalização camarária, não fiscaliza as casas do Pátio dos Cavaleiros?

-----Última pergunta: qual o montante máximo da renda social, e a renda técnica? -----

-----Relativamente à outra questão, também já aqui falada, é relativamente à urbanização de Porto Salvo, em que todos os grupos representados aqui, estiveram nessa Assembleia, menos os representantes do executivo da Câmara, e a única pergunta que se coloca é: há ou não violações do PDM neste caso?" -----

**4.11. Sr. Salvador Costeira (J.F. Porto Salvo)** -----

-----O Senhor Deputado Salvador Costeira fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Eu queria intervir apenas sobre estas questões que foram aqui colocadas de Porto Salvo. Quero-vos dizer que em relação a um problema, que de facto foi colocado com bastante ênfase na Assembleia da Freguesia que se realizou no dia catorze de Fevereiro, eu diria mais, não foi propriamente uma Assembleia de Freguesia, mas um plenário público, dada a forma como as intervenções foram colocadas durante essa Assembleia, esse problema dizia eu, tem a ver com questões sociais e com o Tão-Balalão, é justo que se diga que a Senhora Presidente da Câmara tem uma grande preocupação em resolver esta questão, para o efeito mandou até atempadamente um fax para a Assembleia de Freguesia, que foi lido na altura, em que está já marcada uma reunião para dia vinte e sete de Fevereiro, com as entidades que intervêm neste processo, ou seja, a Santa Casa da Misericórdia, a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal de Oeiras e o Padre José Luís. -----

----- Devo dizer, esta é uma opinião que eu expresso aqui, que analisando o Plano que está aprovado para o local, há hipóteses francas de manter em funcionamento o Tão-Balalão, mesmo enquanto decorrerem as obras, esta é a minha opinião e vou apresentar esta sugestão na reunião que se vai realizar. -----

----- Em relação propriamente à urbanização, não sabia do abaixo-assinado que anda a circular por iniciativa da CDU, é mais uma achega para enviar à Câmara, sabia isso sim, do que foi aprovado como Recomendação na Assembleia de Freguesia e que vai ser enviado à Câmara, não nos vamos deter sobre a questão da análise... do estudo urbanístico, e, do projecto de loteamento que foi aprovado, é evidente que o que está aprovado para a zona, independentemente de ser uma densidade grande ou não, tem aspectos de carácter social extremamente importantes, e não convém pôr de parte essa questão, na verdade vai ser ali edificada uma Creche, um Infantário, um ATL, um Centro de Dia para a terceira idade, Serviços de Apoio Domiciliário para idosos e as instalações dos Escuteiros. Portanto, a questão que se põe



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

em ordem aos problemas sociais, é mais uma questão no decorrer das obras, do que propriamente depois da urbanização estar pronta, visto que vai haver instalações novas para estas actividades.

-----Relativamente ás questões no PDM, os problemas estão colocados, certamente que a Senhora Presidente vai responder a esta questão, eu só queria explicar uma coisa em relação ao índice de ocupação, porque essa questão põe-se não só em relação ao Rossio de Porto Salvo, como em relação a outros Bairros. O índice de ocupação bruto para a freguesia de Porto Salvo, ou melhor, para a zona urbanística de Porto Salvo é zero, trinta e seis, mas o facto de numa zona poder haver o índice de zero, cinco, zero, seis, zero, sete ou zero, oito, não quer dizer que esteja a ser violado o PDM, aliás, então a minha própria casa é uma violação do PDM, porque tem seguramente um índice de zero, cinco, com uma maioria de moradias que existem no Bairro por trás da igreja de Porto Salvo. Portanto, isto era só um esclarecimento que eu dava, não me quero meter nas questões técnicas, só devo dizer que este Plano anda a ser apreciado desde mil novecentos e noventa e cinco, foi aprovado o projecto de loteamento definitivo em dois mil e dois, depois de terem sido apresentadas alterações por sugestão dos Serviços Técnicos da Câmara, portanto, só digo é o seguinte, foi pena que este problema não se tivesse levantado atempadamente, há sete, oito ou nove anos, a Câmara aprovou e sobre isso a Senhora Presidente certamente irá dar esclarecimentos. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra... **(mudança de cassette)** ...esgotado. Muito obrigado.” -----

### **4.12. Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente, irei procurar ser tão breve quanto possível, tanto mais que o companheiro Salvador Martins, veio falar realmente sobre uma questão que

justificou a minha intervenção. Queria apenas referir de facto, duas ou três coisas. -----

----- Também estive presente nessa Assembleia de Freguesia, que decorreu com fortíssima intervenção, o que de facto não deixa de ser curioso, como já foi aqui dito e é real, à povoação, enfim, como todo este processo foi iniciado há anos atrás, aliás, numa altura em que a própria Junta de Freguesia de Porto Salvo estava de facto nas mãos do Partido Socialista, portanto, estas preocupações que agora vêm à luz do dia, poderiam ter surgido mais cedo mas “mudam-se os homens, mudam-se as vontades”, de todo o modo penso que registei duas coisas aqui que queria salientar. Em primeiro lugar, o Partido Socialista veio falar aqui com alguma preocupação de possíveis “mamarrachos”, não estou preocupado com isso, porque a Câmara Municipal de Oeiras já nos habituou de facto, grandes preocupações de ordem estética e urbanística na área do concelho, veja-se o caso por exemplo da própria habitação social, veja-se o caso dos núcleos terciários, isso é um aspecto que pessoalmente me descansa, também avistei aqui uma outra questão, que não sei se terei ouvido bem ou não, do Senhor Deputado Cotas, fiquei com ideia que a população não estaria contra propriamente o empreendimento, o que aliás é de louvar, visto que o empreendimento arrasta consigo também questões de ordem social, é sempre de louvar essa preocupação por parte de uma Instituição pública, ou de utilidade pública, como é a Irmandade, mas pareceu-me ter registado que o problema, é um problema de localização, ou seja, a população não estaria contra o empreendimento, mas estaria contra a sua localização naquele local. Isto é um problema complexo, na medida em que nós sabemos que estamos perante uma situação do domínio privado, o terreno é privado, e qualquer alternativa custaria de facto muito dinheiro aos munícipes, custaria muito dinheiro a todos nós qualquer situação alternativa, e, era preciso obviamente, que existissem terrenos disponíveis para uma situação dessas e que o empreendedor, o privado, estivesse também ele próprio interessado nessa solução. -- -----

----- Portanto, é evidente que todos estes aspectos, necessariamente a Câmara irá ressalvá-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

los, aliás a Câmara tem manifestado há longo tempo grandes preocupações de cariz social, e não deixará necessariamente também de o ter aqui. Eu julgo que a população foi adequadamente esclarecida nessa reunião, pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo, penso que os esclarecimentos que a Senhora Presidente da Câmara nos irá dar, certamente assegurarão um futuro tranquilo para aquele empreendimento, que necessariamente também irá velar pelo Tão-Balalão, pelos postos de trabalho, fundamentalmente pelas crianças que o frequentam, o interesse de toda a população. -----

-----Muito obrigado.” -----

### **4.13. Sr. Caldeira Martins (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Caldeira Martins fez a seguinte intervenção: -----

-----“Boa tarde Senhora Presidente, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores. -----

-----Eu queria nesta Assembleia salientar dois factos, e também Senhora Presidente vou ser breve. Das muitas obras que estão a ser feitas e foram feitas em Oeiras, gostaria de salientar aqui duas: primeira, era congratular pelo trabalho que está a ser desenvolvido pela Câmara Municipal de Oeiras, na revitalização do Centro Histórico de Oeiras, investimento este que irá proporcionar aos seus munícipes uma melhor qualidade de vida e de bem-estar, pois costuma-se dizer que só se faz “mamarrachos”, ora aqui está uma situação que não estamos a fazer “mamarrachos”, estamos a revitalizar uma zona que é necessária para o bem-estar dos munícipes de Oeiras. - -----

-----Trabalho idêntico, foi já efectuado no Centro Histórico de Paço de Arcos, que diga-se em abono de verdade, foi concretizado com coragem e abnegação, com quanto os arautos do nada fazer profetizavam o contrário. Para estes nós temos a devida resposta, falemos menos e fazemos mais. -----

-----Uma segunda situação, era manifestar o meu regozijo por todos os Oeirenses

poderem usufruir do passeio marítimo ao longo da Costa, que proporciona não só a prática do exercício físico indispensável para a saúde de todos nós, como também o convívio familiar tão necessário nos tempos de hoje, e como hoje a família está um pouco esquecida, situação esta que só foi possível graças ao empenho do executivo camarário, nomeadamente, a sua Presidente, na satisfação dos anseios dos seus munícipes. Já agora espero também, dentro em breve ter possibilidade de ver concretizado um dos sonhos dos Oeirenses, que é a concretização da Marina de Recreio no nosso concelho. E se me permite Senhora Presidente, também gostaria de dizer o seguinte, o “Mexe-te, Mexe-te na Marginal” já tão badalado o ano passado, gostaria de o ver reactivado, pois faz falta às pessoas que gostam de ar livre e sem poluição, parece-me importante de facto reactivar esta situação. -----

----- São apenas algumas das muitas realizações que vão ser levadas a cabo por todo este concelho, para... dos seus munícipes. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Elísio da Veiga agradeço-lhe que seja rápido por favor.” -----

**4.14. Sr. Elísio Veiga (J.F. Algés)** -----

----- O Senhor Deputado Elísio Veiga referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Era só para prestar um pequeno esclarecimento, houve um Senhor Deputado do Partido Comunista que se referiu ao facto de que os selos, naturalmente queria dizer dísticos, dos automóveis dos residentes em Algés, eram tratados em Miraflores, não é bem assim, são tratados nas Juntas de Freguesia, portanto, são as Juntas de Freguesia, quer em Algés, quer as outras, que tratam dos dísticos e depois os enviam para a Parques Tejo, portanto, as pessoas não tem nada que se deslocar a Miraflores, nós recebemos o dinheiro, etc. inclusivamente enviamos tudo, infelizmente temos esse trabalho todo e não recebemos qualquer contrapartida, mas é a Junta que trata disso. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Muito obrigado.” -----

### **4.15. Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

-----O Senhor Deputado Paulo Miranda disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente. Era um pequeno à parte, há bocado esqueci-me, fui contactado pela Comissão de Moradores de Outurela, sobre uma vala que está a céu aberto, exactamente perto da piscina de Outurela. Gostaríamos de saber se a Senhora Presidente teria alguma resposta para os moradores. -----

-----A outra, aproveitando a bondade de Vossa Excelência Senhora Presidente, não posso deixar de fazer uma referência elogiosa e de cumprimentar Sua Excelência, o Senhor Ministro da Educação, o qual temos hoje a honra de conviver, portanto, não posso deixar de fazer essa referência. Muito obrigado.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado. Senhor Deputado Tavares da Cruz. -----

-----Senhor Deputado agradeço-lhe mesmo que seja muito rápido, porque para além do PSD, o grupo da CDU também tem o tempo esgotado. Muito obrigado.” -----

### **4.16. Sr. Tavares da Cruz (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Tavares da Cruz disse o seguinte: -----

-----“A minha intervenção até nem era para ser feita, mas foi em função de uma informação que nós ouvimos aqui, que considerámos extraordinariamente importante, congratulamo-nos por isso, que foi a informação dada sobre os trabalhos da Comissão de Protecção à Criança. Pensamos que informações destas, são extraordinariamente importantes e pela primeira vez, nós ouvimos um representante de uma Comissão que foi eleita por esta Assembleia, apresentar-nos aqui a suma do seu trabalho, nós congratulamo-nos por isso, e fazemos uma proposta para que no futuro todas os elementos das Comissões, devam apresentar esses trabalhos, e o devam fazer não no Período Fora da Ordem de Trabalhos, mas pedir para que

elas sejam incluídas num ponto específico da Ordem de Trabalhos, portanto, era esta a questão que eu queria colocar. -----

----- Já agora, apenas lembro a propósito desta questão de Porto Salvo, que a CDU não põe em causa os aspectos religiosos nem sociais, as questões da CDU são problemas digamos urbanísticos.-----

----- Muito obrigado.” -----

**4.17. Sr.ª Presidente da A.M. em Exercício -----**

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício deu o seguinte esclarecimento: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Já agora queria esclarecê-lo que a porta-voz desta Comissão na Assembleia, já tinha pedido agendamento para hoje, disse-lhe que não era possível, porque teria que ser através de Edital, mas será com certeza para uma próxima reunião. De qualquer forma agrademos a sua sugestão, que os representantes da Assembleia já tinham de facto providenciado. -----

----- Senhor Deputado Pedro Licínio” -----

**4.18. Sr. Pedro Licínio (PS) -----**

----- O Senhor Deputado Pedro Licínio disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. É só para apresentar aqui a expectativa dos munícipes/moradores na Rua Brito Pais e na Rua Plácido de Abreu, em Miraflores/Algés, poderem ter um acesso fácil ao jardim que está a ser construído na Quinta de Santo António, portanto, era pedir a atenção da Câmara para satisfazer esta expectativa, que é perfeitamente compreensível.” -----

**4.19. Sr. Luís Sousa (PS) -----**

----- O Senhor Deputado Luís Sousa disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. A minha intervenção é também no seguimento do que disse o Senhor Deputado do Partido Comunista, também congratular-me com o trabalho



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da Comissão de Protecção de Menores, é de facto um sinal importante, fico satisfeito por estarem a trabalhar e trazer a esta Assembleia trabalho, isso dá de facto importância, começa-se a dar algum fundamento às Comissões, que penso que tem caído um bocado no vazio nesta Assembleia. Os meus parabéns à Comissão, e às pessoas desta Assembleia que estão presentes nessa Comissão. -----

-----Gostava também de agradecer ao Senhor Deputado Caldeira Martins, por me ter resumido o Plano de Actividades da Câmara de uma forma tão suscita, e tudo aquilo que tem feito a Câmara, gostava também de lhe dizer que a nossa preocupação é trazer a esta Assembleia, os problemas das populações que nos fazem chegar, e neste momento o que nos preocupa é a povoação de Porto Salvo e tudo aquilo que está a ser feito, basicamente, não estamos a pôr em causa isto, estamos a pôr em causa é que a população nos fez chegar, aquilo que assistimos, queremos que a população seja informada do que se passa e aquilo que vai ser o futuro deles. Também não temos nada, obviamente, contra o aspecto social desta obra.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado. Tem agora a palavra a Senhora Presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos que considerar convenientes.” -----

### **4.20. ESCLARECIMENTOS DA C.M.O.** -----

-----Perante as questões colocadas a **Senhora Presidente da C.M.O. – Dr.<sup>a</sup> Teresa Zambujo**, esclareceu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado. Boa tarde a todos. -----

-----Bem vou tentar ser breve, e vou deixar exactamente para o fim o problema da operação de loteamento da Irmandade, e o problema do Tão-Balalão. Começo portanto, por esses assuntos diria mais avulsos, mais pontuais. -----

-----Relativamente ao estacionamento junto à estação da CP, ele está como sabe Senhor Presidente, em fase de pintura, a chuva não permitiu que se acabasse a pintura, mas penso que

dentro de dois, três dias, a situação está resolvida, ainda que se o tempo continuar assim, abre-se mesmo sem a pintura. -----

----- Relativamente ao quiosque, enfim, foi feita uma pequena intervenção, apenas uma substituição de um toldo que não resolve obviamente o problema, mas como sabe também aquela zona está dependente de um estudo que está a ser feito no conjunto das intervenções, ao fim ao cabo, no âmbito das intervenções que vamos ter a nível das várias estações de caminho de ferro, vamos neste momento e com a substituição, dos elementos do Conselho de Administração das empresas envolvidas, houve aqui um pequeno compasso de espera, mas neste momento julgo que poderemos estar em condições de retomar o assunto, e ver todo o conjunto das estações, desde Algés até Oeiras, e das intervenções que entretanto já tinham sido de alguma forma calendarizadas, de acordo com a prioridade que lhes estava estabelecida e com, enfim, possibilidade também em termos de disponibilidades. -----

----- Quanto ao estudo sobre a bomba da gasolina, posso-vos informar que nós estamos levar a cabo um estudo de todos os posto de gasolina existentes no concelho, exactamente para podermos fazer uma análise profunda da situação, e tentarmos ver qual a solução a dar a algumas localizações de postos de gasolina, de qualquer forma e relativamente a essa que referiu, aproveito para dizer que foram notificados no sentido de regularizarem a situação, relativamente à ocupação da via pública e há publicidade, como sabem eles possuem licença de utilização mas de facto têm situações irregulares, foram notificados para resolverem esses problemas e essas situações que foram apontadas, portanto, aguarda-se que levem a cabo essas correcções, se não fizerem teremos nós como é normal de actuar e depois debitar ao posto respectivo. -----

----- Relativamente às recomendações que foram feitas, eu registei-as obviamente, julgo que tudo aquilo que tem sido feito e que aliás foi referido por alguns dos Senhores Deputados, nomeadamente, na intervenção do Senhor Deputado Caldeira Martins, relativamente à revitalização de determinadas zonas do concelho, nomeadamente, os Centros Históricos, quer de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Paço de Arcos, quer de Oeiras, portanto, digamos que é uma intervenção continuada, diria eu no tempo e de intervenção a nível dos Centros, dos núcleos antigos, não de Centros Históricos, porque só temos estes dois no concelho, mas é nossa intenção como sabem, aliás não é intenção, a acção também já o reflecte, é de facto irmos revitalizando zonas que consideramos que não estão, que necessitam de requalificação. -----

-----Quanto há questão colocada pelo Senhor Deputado Paulo Miranda, relativamente à Estrada das Romeiras e ao problema da reperfilagem ali da zona de Algés, e a algumas situações de passeios excessivamente altos, devo dizer que ainda há dois dias estive lá exactamente, e confrontei-me com aquilo que eu julgo, não sendo técnica da matéria, algumas situações que me parecem menos correctas, que as sinalizei aos serviços, precisamente para que me informem se tecnicamente é a situação mais adequada, que me parece também, num caso ou outro, não são as soluções mais adequadas à situação. De qualquer forma, estou a aguardar que me refiram o que se passa relativamente a isso. -----

-----Relativamente ao outro aspecto que me referiu, e que tem a ver com o concurso para Psicologia, devo dizer que não sei a qual é que se está a referir, mas uma coisa lhe digo, como sabe são constituídos Júris, que desenvolvem todo o trabalho sem interferência de ninguém, muito menos minha, portanto, chegam-me no final as Actas para homologar, com toda a classificação é feita de acordo com os critérios que foram estabelecidos na abertura do concurso, portanto, não sei exactamente àquilo que se está a referir, com certeza se houve alguma reclamação, foi reclamada para a sede própria, depois chegará a mim. Portanto, não sei se tem oportunidade de me dizer exactamente qual é o concurso em causa, se não tentarei ver o que é que se passa, mas como lhe digo em termos de Júris, quer de concursos, quer de comissões de empenhadas, quer que seja sobre essas matérias, não há interferência a Júris nomeados, e de facto não têm qualquer interferência da minha parte e do executivo desta Câmara, terá, tem depois na fase própria, se houver qualquer situação de reclamação, que tenha que ser analisada e decidida.-

----- Relativamente aos cortes constantes de energia, devo dizer que já não sei o que faça mais, houve aí uma fase em que todos os dias eu tinha logo de manhã um contacto, com a Presidência ou com a Administração da EDP, nomeadamente, com o Senhor Presidente, o Senhor Engenheiro Sanches La Fuente, para o pôr a par daquilo que se estava a passar, aliás devo dizer que é uma constante. Ainda na sexta-feira passada nós estivemos cerca de duas horas e meia aqui em Oeiras sem luz, na quarta e na quinta-feira no Alto da Loba também foi exactamente sujeita a um apagão durante seis horas, se não me falha a memória, enfim, e por todo o concelho se tem verificado exactamente esta situação. -----

----- Tenho tido oportunidade, como disse directamente junto da EDP reclamar esta situação, por outro lado também, em termos da Junta Metropolitana de Lisboa, tenho-me apercebido que a situação é geral, infelizmente, não é uma situação particular do concelho de Oeiras, mas ainda hoje ou amanhã, provavelmente até já tenho lá para assinar, mandei fazer uma carta, fazendo um pouco o histórico da situação para enviar ao Senhor Presidente da EDP, exactamente para ver se realmente a situação se resolve, porque de facto durante o dia é muito comum, agora por acaso já não tanto, mas é muito comum ver-se, ou era muito comum verem-se as luzes acesas e obviamente que estamos a pagar, é energia consumida e não faz sentido, sob todos os aspectos é perfeitamente insustentável esta situação, inqualificável. Portanto, continuarei digamos assim nesta senda, para ver se chegamos a bom termo. -----

----- Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado Carlos Coutinho, no que toca à extensão de Saúde da Cruz Quebrada/Dafundo, e só recordando aqui um bocadinho esta situação, lembrar-se-ão certamente ainda no mandato anterior, antes creio eu, antes da assinatura dos três Contratos-Programa relativamente às extensões de Paço de Arcos, Barcarena e Algés, e do protocolo relativamente à extensão de Queijas, informei esta Assembleia, constituída de uma outra forma, mas informei esta Assembleia de que a extensão de Saúde do Dafundo, do Centro de Saúde de Carnaxide tinha tido um tratamento especial, tendo em conta a necessidade urgente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de intervir. O tratamento especial que na altura foi recomendado, eu diria mais, que ficou assente e ficou decidido, era que o Centro de Saúde da Cruz Quebrada/Dafundo não iria ser incluído no pacote dos Contratos-Programa, mas sim iria constituir candidatura a um Programa, designado por Programa “Humanização”, e que tinha uma legislação própria que permitia um ajuste directo, portanto, digamos que procedimentos semelhantes aos utilizados em termos da EXPO, para tornar de facto célere toda esta intervenção. -----

-----Na sequência dessa decisão, ainda por parte do Governo anterior, a Câmara Municipal disponibilizou como sabem as antigas instalações dos Bombeiros do Dafundo, disponibilizou as plantas, eu própria segui o processo, politicamente foi seguido por mim e continua a ser, devo dizer, disponibilizamos as plantas do edifício, fui lá com o Chefe de Gabinete na altura, da Senhora Secretária de Estado da Saúde e com o Gestor do Programa “Humanização”, o Senhor Engenheiro Wellington, fomos às instalações, primeira posição foi de que as instalações eram de facto muito grandes para o Centro de Saúde, portanto, questionaram-me sobre quem ia coabitar o espaço, se realmente a decisão fosse nesse sentido. Na altura disse-lhes: não se preocupem, vejam se precisam realmente de todo o espaço, se necessitam de parte, se necessitarem de parte, a Câmara terá cuidado obviamente em escolher a entidade que irá coabitar. -----

-----Depois de muita coisa, de esboços, depois tudo isto, fui acompanhando todo o processo e entretanto, não mais havia, a partir de determinada altura tive a noção que o processo parou, portanto, questioneei o Ministério da Saúde, e, tive oportunidade já neste Governo de enviar uma carta em Maio de dois mil e dois, precisamente a solicitar uma reunião ao Senhor Secretário de Estado adjunto do Senhor Ministro da Saúde, para lhe colocar as questões relativas aos Centros de Saúde, chamava a atenção muito em concreto para a extensão de Saúde do Dafundo. Na sequência dessa reunião, tive oportunidade de ser informada também pelo Senhor Secretário de Estado, que tudo aquilo que nos tinha sido prometido relativamente ao Programa

“Humanização”, não se percebia muito bem como é que tinha sido prometido, porque o Programa não tinha dotação, portanto, obviamente que o compromisso que foi assumido, não deveria ter sido assumido, digamos assim, precisamente porque não tinha enquadramento orçamental, tinha apenas dotação suficiente para uma ou outra intervenção, eu diria pontual. Nesse sentido, o Senhor Secretário de Estado ficou de ver como resolver este assunto, sempre com a noção que esta era uma situação prioritária relativamente às extensões de Saúde, sabendo nós ou estando nós de alguma forma mais confortáveis em relativamente aos outros, dado que havia um Contrato Programa celebrado com compromissos assumidos de uma outra maneira. ---

----- Entretanto fomos confrontados com a situação de obras na actual instalação do Dafundo, obras eu diria que não podiam deixar de se fazer, tinham a ver com a parte eléctrica, obras muito pontuais mas que obviamente não resolvem o problema, é uma questão de tapar ou remendar situações, e, estamos todos de acordo com isto.-----

----- Bem, fomos entretanto confrontados com uma situação de alguma forma caricata, foi um contacto com a Junta de Freguesia pelo Senhor Director do Centro de Saúde de Carnaxide, exactamente a comunicar à Junta de Freguesia, que a extensão do Dafundo certamente, não era peremptório afirmá-lo, mas certamente iria ser encerrada, porque tinha havido uma vistoria que não considerava que realmente as instalações tivessem condições para continuar de porta aberta, digamos assim, portanto a funcionar, e solicitaram à Junta de Freguesia da Cruz Quebrada, para lhes arranjar umas instalações alternativas, porque as instalações tinham sido disponibilizadas pela Câmara Municipal cheiravam a bolor e limitavam-se a um barracão, sem jeito nem maneira. Obviamente que uma situação destas me fez reagir, porque ninguém estava a pensar, como é óbvio, e o Senhor Director do Centro de Saúde de Carnaxide que já anda nisto há alguns anos, com quem tenho tido oportunidade, pelo menos há cinco anos, de vir a trabalhar, tem sido de facto informado sobre todos os passos que tem sido dados, portanto, a Câmara obviamente que não estava a sugerir ao Ministério da Saúde que se instalasse no Centro, nas antigas instalações



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

do Dafundo, sem criar condições para essa instalação, como é óbvio, até porque o acesso até exige uma instalação de elevadores, como o próprio Ministério já tinha assumido, portanto, havia todo um conjunto, digamos assim, de situações que são conhecidas de todos, inclusivamente dos Senhores que estão há frente do Centro de Saúde, neste caso de Carnaxide, que nos dá ideia que realmente há uma grande confusão e que ainda não percebeu muito bem, o que é que se anda a passar relativamente a estas instalações, portanto, anda a informar e a solicitar coisas e tentar entrar em contacto com entidades que afinal, e para estes efeitos, ainda que obviamente e com todo o respeito, como é óbvio, mas que não lhe podem solucionar a questão, porque não é certamente uma Junta de Freguesia que vai solucionar a questão do Centro de Saúde, convenhamos que não é com certeza a entidade mais indicada, portanto desconhece de todo, não sei o que é que andou a fazer estes anos todos, no mínimo há cinco anos, deve estar distraído, para não falar já há mais tempo, deve andar noutro mundo certamente, não deve ter percebido o que é que se andava a passar a propósito disto. -----

-----Portanto, neste momento estou a aguardar, reagi, escrevi ao Senhor Secretário de Estado, adjunto do Senhor Ministro da Saúde, dando conta dos últimos desenvolvimentos, no dia sete de Fevereiro se não me falha a memória, sete ou oito de Fevereiro, não foi a semana passada, peço desculpa, portanto, estou a aguardar uma marcação de reunião exactamente para vermos como é que resolvemos o problema do Dafundo, devo dizer que o Senhor Secretário de Estado está perfeitamente ciente desta situação, e está a desenvolver todos os esforços no sentido de poder ser rapidamente resolvida, mas obviamente que não é com estas soluções que o Senhor Director do Centro de Saúde quer dar, isto não são soluções, obviamente. -----

-----Relativamente, há E.B. N.º 1 de Linda-a-Pastora, mais conhecida por Cesário Verde, devo-lhe dizer Senhor Deputado Coutinho, que na realidade fiquei um pouco surpresa quando o Senhor Vereador da Educação, na sequência de uma reunião havida na escola, me transmite uma posição dos pais, que é no mínimo estranha de facto, porque os pais defenderam que aqueles pré-

fabricados, que nós já estávamos para desactivar no ano passado, estavam em óptimas condições, portanto não percebia porque é que a Câmara ia desactivar os pré-fabricados. Devo dizer que fiquei de facto surpreendida, mas mesmo muito surpreendida, eu diria que é a pior escola que temos, não tem condições absolutamente algumas, só não as encerrei o ano passado, não proporcionei o encerramento, digamos que houve um diálogo com o Ministério da Educação no sentido de tentarmos durante este ano, com uma intervenção ou outra, assegurar-mos a situação por forma a encontrarmos uma solução alternativa. -----

----- Nestas coisas como devem ser todos envolvidos, tivemos oportunidade como noutras ocasiões, de envolver os pais, envolver os professores, os assistentes de acção educativa, o Ministério da Educação, a Junta de Freguesia, enfim, todos ao fim ao cabo, todos aqueles que têm uma palavra a dizer sobre isto, e que é importante que estejam envolvidos nas resoluções dos problemas, chamámos a atenção exactamente para determinados aspectos que achávamos que realmente iriam fazer com que aquela escola fosse desactivada, tentando arranjar nessa altura uma alternativa, que era aproveitar o facto de a escola do centro de Queijas estar subaproveitada, e poder de facto utilizar as salas de aula, que não estavam utilizadas com essas crianças, perfeitamente isso, trabalhou-se com a equipa que estava na outra escola, tudo bem sem problemas nenhuns, assegurando a Câmara Municipal os transportes das crianças, sem os pais se preocuparem com essa situação, nem um tostão, nem preocupação. Inclusivamente acertámos com a Obra Madre Maria Clara, acho que não estou a trocar o nome, acertámos exactamente por causa do problema dos ATL's e daquilo tudo, para que houvesse aqui uma lisura de procedimentos e que tudo ficasse articulado, por forma a não criar qualquer tipo de transtornos ás famílias e ás crianças, sobretudo. -----

----- Na sequência dessa solução surgiu-nos uma outra hipótese ali em Queijas, numas instalações da PAPELACO que fomos ver inclusivamente com o Ministério da Educação, precisamente para ver se porventura aquelas instalações com algumas adaptações seriam viáveis



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para ficar ali mais perto, é evidente que aí já não precisava de transporte, fomos aconselhados, as instalações são boas de facto, mas não são adequadas, não são realmente as melhores instalações, portanto, não valia a pena estarmos a chover sobre o molhado e esquecemos essas instalações, portanto, potenciámos a utilização da outra escola suportando na íntegra, na íntegra, volto a frisar, suportando a Câmara Municipal na íntegra os transportes. Portanto, uma coisa é certa, não é possível, nós continuarmos na situação ou com aquela escola em funcionamento não é possível, eu não acredito que qualquer oeirense defenda uma situação daquelas, porque aquela escola é sim terceiro mundista, essa não é uma escola de Oeiras de certeza. -----

-----Portanto, a Câmara de Oeiras não dá o seu aval, o Ministério da Educação não dá o seu aval, portanto, aquela escola não poderá de facto continuar. Agora temos alternativa, temos excelentes condições do outro lado e nós asseguramos na íntegra o transporte das crianças sem às famílias custar mais nada, foi esta a solução encontrada. Outra solução poderá surgir, temos uma reunião marcada com os pais no dia sete de Março para afinarmos estas situações, julgo que estas são reacções que eu posso compreender, não compreendo é a defesa da dignidade das instalações, compreendo que os pais obviamente perante estas situações reajam de alguma forma, compreendo perfeitamente, mas também já estamos habituados. -----

-----Nós tivemos na Cruz Quebrada situações idênticas, em que eu na altura como Vereadora da Educação falei quase com cada pai, tudo se resolveu pelo melhor, tudo se solucionou, não houve qualquer problema, portanto, agora continuar naquela situação confesso que não, e a Câmara de Oeiras não avalia a continuação daquela situação, porque é de facto indigna, não é bom para ninguém, para ninguém mesmo sem excepção. -----

-----Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Pinto Ferreira, quanto àquela rua em Linda-a-Pastora, tenho a impressão que ela não está considerada, agora não tenho aqui de cor, não está considerada no R.L. previsto para Queijas, mas é possível equacioná-la nos R.L. previsto para Queijas, portanto, já tenho aqui este apontamento para ver se de facto é

possível. -- -----

----- Quanto aos dísticos, já aqui foi referido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Algés, que os dísticos estão há venda, custam três euros, nas Juntas de Freguesia e também a partir de agora, creio que é de Março, não tenho a certeza agora, no Oeiras Parque na loja da Câmara Municipal, portanto, não é preciso ir à Parques Tejo, a Miraflores para comprar os dísticos, nem fazia sentido, desde logo estão nas diversas Freguesias. -----

----- Relativamente aos parquímetros ainda, continuando nas questões que o Senhor Deputado Cotas levantou, dizer obviamente que a reacção também inicial aos parquímetros é sempre esta, já estamos habituados, a prova e a avaliação que fazemos disto é que não, o comércio passado algum tempo de facto, acha que os parquímetros asseguram uma tal rotatividade que os ajuda em termos de actividade comercial. Em termos de residentes como sabem, está previsto exactamente a situação dos dísticos, portanto, que é comum a todas as situações, não faz sentido, não ficam os moradores prejudicados de maneira nenhuma, essa situação não faz o mínimo sentido. -----

----- Quanto ao Conselho Municipal de Segurança, o Senhor tem toda a razão quando foi referido, lembro-me, costumo dizer e não costumo negar aquilo que disse, que na segunda quinzena de Janeiro iríamos ter reunião do Conselho Municipal de Segurança, mas pensei um pouco melhor com os serviços e como estão programados quatro por ano, ou seja um de três em três meses, já está marcado para o dia vinte e sete de Março às dezoito horas, está já para assinatura no meu gabinete com a respectiva Ordem de Trabalhos, e far-se-á o respeito integral do Regulamento ou seja quatro vezes por ano como está lá, portanto não estou a cumprir a segunda quinzena de Janeiro, mas estou a cumprir o Regulamento quando digo que realmente se realizam de três em três meses, há aqui digamos um acerto trimestral, portanto, ter escrito ou ter falado, de facto a palavra é só uma e refiro aquela situação que há pouco foi aqui invocada. -----

----- Antes de ir às duas questões, só gostava de dizer, depois relativamente às rendas e ao



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Bairro concretamente do Moinho da Portela, se o Senhor Presidente me permitir eu depois passarei ao Senhor Vereador Rui Soeiro, e relativamente ao Aterro de Trajouce como temos aqui o Senhor Vereador José Eduardo Costa, que é o Senhor Presidente do Conselho de Administração da AMTRES, ele dará pormenores sobre a questão colocada por Trajouce com o detalhe que for entendido conveniente. -----

-----Relativamente ainda a um outro aspecto pontual, que foi aqui referido e que diz respeito ao “Mexe-te na Marginal”, ele não está desactivado, ele está activíssimo, desenvolve-se entre Abril/Maio e Setembro, portanto, o período invernososo não nos permite isso, e não faz muito sentido, não é preciso reactivá-lo, porque ele está activado. -----

-----Quanto à vala que está a céu aberto, que foi referido junto à piscina de Outurela, julgo que isto terá a ver para além de tudo mais, com os arranjos exteriores e com uma intervenção que nós temos que fazer ali conjunta, a nível do PROQUAL exactamente, de qualquer das maneiras eu depois poderei esclarecê-lo, penso que a esta situação, ela está perfeitamente sinalizada, penso que é isto. -----

-----Só também uma outra pontual, que é o problema do Jardim da Quinta de Santo António. O Jardim da Quinta de Santo António que está aberto cá em baixo por causa das obras, está fechado no outro lado, mas em princípio é algo que nós vamos agora inaugurar brevemente, até para ter aquela zona muito mais arranjada, provavelmente vamos inaugurá-la no dia vinte e cinco de Abril, há outras coisas que temos para inaugurar, e, como normalmente sinalizamos o vinte e cinco de Abril com algumas inaugurações poderá ser o momento, aproveitando também toda aquela limpeza a nível da Pedreira dos Húngaros, como sabem só lá tenho duas barracas ainda, quer para simbolicamente serem derrubadas no momento que, até ao final do mês de Março. ---- -----

-----Indo agora ao problema do Tão-Balalão e da Irmandade, ou melhor da operação de loteamento da Irmandade de Porto Salvo. Ora bem vou esclarecer já o seguinte: fui convidada

pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Porto Salvo, para estar presente numa Assembleia de Freguesia que se realizou na sexta-feira passada, já não sei muito bem quando é que foi, no dia catorze. Tive oportunidade de falar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia por telefone, e de lhe mandar um fax dizendo-lhe que estava de todo impossibilitada de estar presente nessa reunião, e, que também não podia mandar os técnicos que têm estado com este processo precisamente, porque e tive oportunidade de dizer, estava no momento em Córdova, porque iam apresentar a nossa candidatura ao European Sete, e, tive oportunidade de lhe explicar exactamente qual era a importância que tinha para o nosso Concelho, enfim, expliquei-lhe em detalhe o que é que os nossos técnicos estavam a fazer, portanto, só por essa razão não podiam estar presentes. -----

----- De qualquer forma, disse-lhe que relativamente ao Tão-Balalão não se preocupassem, inclusivamente tinha uma reunião marcada para o dia vinte e sete de Fevereiro, com a Santa Casa da Misericórdia, com o Senhor Padre José Luís, com a Junta de Freguesia, ao fim ao cabo com os intervenientes no processo, precisamente para analisarmos o problema do Tão-Balalão, que não é problema. Disse-lhe que inclusivamente, na sequência dessa reunião, no dia vinte e oito, sexta-feira ou na segunda-feira seguinte, que teria oportunidade de tranquilizar sobre essa matéria, e disse-lhe mais, que se tinha dúvidas relativamente à operação de loteamento da Irmandade de Porto Salvo, que poderia também ter uma reunião quando entendesse e que eu estava perfeitamente à disposição, para lhe mostrar as situações. -----

----- Aliás eu sabia que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia tinha já elementos, creio que a própria Assembleia de Freguesia também, o próprio Presidente, de qualquer forma poderia ter uma reunião, estava disponível para ter uma reunião com quem entendesse, no sentido de que as coisas ficassem esclarecidas. Além de tudo mais, devo-vos dizer e obviamente mandei um fax a dizer isto que acabei de referir, de qualquer forma também vos quero dizer a todos que não era preciso obviamente uma Assembleia de Freguesia, até porque eu direi que para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

esclarecer a Assembleia de Freguesia, está a Junta de Freguesia que pode perguntar à Câmara se tiver dúvidas, se não tiver é conveniente estar informada, para todos os efeitos também pode vir a uma reunião pública de Câmara, à Assembleia Municipal, e até pode pedir uma reunião concretamente à Presidente da Câmara ou a quem entender, para ser esclarecida sobre a matéria, porque acho que assim é que faz todo o sentido para que não haja qualquer tipo de dúvida. Portanto, não houve aqui nenhum, houve foi uma impossibilidade de facto de estar presente, mas como digo pus-me logo à disposição para eu, os meus serviços ou algum membro do executivo mais ligado a estas temáticas, pudesse de facto estar presente, e pudesse estar numa reunião solicitada para esclarecer o assunto. -----

-----O primeiro ponto que eu gostava de esclarecer, porque foi essa a questão em concreto que se colocou é violação do PDM, não há violação do PDM. Há pouco foram aí referidas algumas áreas, de qualquer maneira há conceitos que já foram aqui referidos, inclusivamente também já ali pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo, que eu recorde aliás, eles estão presentes, por acaso trouxe só para vos indicar no Regulamento do PDM, concretamente no seu artigo quarenta e três diz: “quais são os aglomerados urbanos do Concelho”, onde está cá perfeitamente identificado esta zona Porto Salvo/Vila Fria, abrangendo toda aquela zona de Porto Salvo, Vila Fria, Casal das Chocas, Ribeira da Lage, depois no seu anexo um, mais à frente para além do quadro onde tem os índices, onde tem os tais índices de utilização bruta/máximo, tem digamos assim os conceitos, e define aqui o conceito de aglomerado, diz mesmo: “perito do aglomerado expresso em hectares, e definido pelo limite do espaço urbano urbanizável e industrial existente, previsto que lhes são contíguos”, depois diz mais à frente como é que se calcula o índice de utilização bruto máximo, está cá exactamente, os conceitos estão cá, estão no Regulamento do PDM, não vale a pena estarmos aqui a repeti-los é só lerem-nos. -----

-----Portanto, isto não viola, está previsto de facto os zero trinta e seis, está aqui no tal

quadro, o índice para esta situação dos aglomerados, depois há os outros planos estratégicos que também têm os índices perfeitamente dos diversos artigos, mas também para não estar a repetir aquilo que há pouco o Senhor Presidente disse, isto respeita integralmente o projecto trinta e seis, não quer dizer que uma situação mais massiva numa determinada zona, e que nos atire para índices mais altos, não quer dizer que viole, porque em termos do aglomerado respeita cabalmente esta situação. -----

----- Há pouco houve aí umas áreas que foram referidas, que não estão em conformidade ou não as percebi bem, mas área total do terreno da Irmandade é de vinte e dois mil, cento e sessenta metros quadrados, dos quais para habitação estão reservados oito mil, oitocentos e noventa e oito, para a área de comércio dois mil, setecentos e trinta e dois mil metros quadrados, o que perfaz onze mil, seiscentos e trinta metros quadrados, o que nos atira para um índice de zero cinquenta e dois, se considerarmos a área de escritório aqui adicionada temos mais mil, trezentos e um metros quadrados, e, digamos que estas três componentes: habitação, comércio e escritório, dá-nos um índice de zero cinquenta e oito, e a parte da área de equipamento religioso e social, é que nos vai atirar para os índices que há pouco referiram zero oitenta e dois. -----

----- Ora bem, devo dizer e penso que têm a memória descritiva, não sei se têm porque há pouco não me apercebi bem se na realidade estavam detentores desta informação, mas a memória descritiva, pelo menos o Senhor Presidente da Junta de Freguesia tem, diz exactamente o que é que está previsto nestes vinte e dois mil metros quadrados, que há pouco referi, em que é bem visível a parte social e o peso da parte social. Devo dizer e não sendo da área, mas devo dizer que esta solução, esta operação está bastante equilibrada, o que dignifica e requalifica o Centro de Porto Salvo, não me venham dizer, é evidente que respeito tudo e todas as opiniões, é uma coisa que tenho é saber ouvir e respeitar as opiniões dos outros, mas a solução que aqui está preconizada com uma grande praça aberta, com situações de área habitacional equilibradas com área de comércio, com zonas verdes, que há pouco disseram que não, mas estão perfeitamente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

explícitas as zonas verdes, quer do lado de lá da Rua Conde de Rio Maior, quer inclusivamente nestas zonas todas que estão aqui numa planta que está disponível também, onde está salpicada das várias zonas verdes, dizer que isto é uma coisa fechada, um monstro que surge no centro de Porto Salvo, peço imensa desculpa, é evidente que respeito todas as opiniões, mas seguramente que estão a ver outro projecto ou não entenderam bem a operação de loteamento que têm à frente.-----

-----Isto é uma situação equilibrada, respeita cabalmente os índices do PDM, tem aqui previsto a parte do equipamento social onde está incluído o que poderá ser uma solução definitiva, em termos daquilo que nós há pouco falámos no Tão-Balalão, já vamos falar sobre isso, portanto, tem prevista esta valência, tem prevista Creche, Infantário, Jardim de Infância, ATL, Centro de Dia para a terceira idade, Serviço de Apoio Domiciliário, instalações para os Escuteiros, enfim, há aqui todo uma zona de equipamento social, que só dignifica e cria no centro de Porto Salvo algo que acho que nos devemos orgulhar, algo de aberto, não está congestionado, não está massivo, é evidente que cada um tem a sua opinião. Agora, respeito integral pelos índices há, portanto é também só lerem os conceitos que estão expressos no Regulamento, ele está acessível a todos, é legível, e, fazerem os cálculos, há um respeito integral. Podemos não gostar, podemos achar que aquela não é solução, mas obviamente e há pouco já foi aqui referido, uma situação destas tem que ser vista em conjunto como é obvio, também não vale a pena estarmos a tecer aqui grandes considerações sobre uma operação desta natureza, nós sabemos que há toda uma parte, há aqui todo um peso que faz todo o sentido, que não vai desvirtuar nada a capelinha ou a igreja que lá está, antes pelo contrário vai enquadrar, vai-lhe dar em termos de requalificação, um aspecto completamente...(mudança de cassete) -----

-----...me tem confrontado na rua e sem ser na rua, dizer: “Senhora Presidente, olha ali aquele centro, olhe aquele centro há muitos anos que nós queremos que seja requalificado, avencem com a situação, avencem com qualquer coisa que o dignifique, portanto Senhores

Deputados isto respeita integralmente, isso é a garantia que vos damos, respeita integralmente, é uma solução que se considera equilibrada, não mostra e que tem aqui toda uma parte de valência, de equipamento social e religioso que é importantíssimo para qualquer freguesia, e, que tem sido reivindicado, digamos assim. -----

----- Depois há uma outra situação em concreto, que é o Tão-Balalão, e para terminar da minha parte, dizer-vos que sempre afirmei, quando também o Senhor Padre José Luís veio falar comigo sobre o Tão-Balalão e sobre as preocupações do Tão-Balalão, disse-lhe que não havia qualquer problema, porque me parecia, nós tínhamos sempre uma solução provisória até há solução definitiva. A situação provisória podia ser exactamente aquela que lá está, ou seja, tudo dependia da forma como iam desenvolver o projecto em obra, e, se fosse caso de necessidade de deslocalização do Tão-Balalão, ele seria deslocalizado por forma a asseguramos àquelas crianças, aos pais, aos educadores, enfim, condições para trabalharem, uma resposta ao fim ao cabo à população. Portanto, nessa reunião que nós vamos ter no dia vinte e sete, isso fica acertado, segundo os meus serviços há possibilidade de o Tão-Balalão permanecer com o desenvolvimento do projecto sem problemas, mas se problemas houver estamos cá para vermos a decisão alternativa de deslocalização provisória, portanto não é razão para fazermos um “bicho de sete cabeças” por uma coisa que já estava equacionada, e que tive oportunidade de dizer ao Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia pelo telefone, que não se preocupassem com o Tão-Balalão, porque isso era uma coisa que já estava na minha agenda de preocupações há bastante tempo, e que como para as outras coisas havia solução, para esta também havia . -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Senhor Vereador faz favor, pedia-lhe que fosse breve para também o Senhor Vereador José Eduardo Costa dar a seguir mais um esclarecimento.” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

**4.21. C.M.O.** -----

-----**O Senhor Vereador Rui Soeiro** deu o seguinte esclarecimento: -----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente. -----

-----Ora bem, vou tentar esclarecer minimamente o que são as rendas técnicas e as rendas sociais, para enquadrarmos o problema. Isto está regulamentado pelo Decreto-Lei número cento e sessenta e seis/noventa e três de sete de Maio, define que as rendas técnicas são sensivelmente oito por cento do valor do parque, as rendas sociais estão também regulamentadas por este Decreto-Lei, é uma forma que permite calcular, não lhe posso dizer em concreto qual é o valor das rendas, mas variam neste momento entre treze a catorze euros, as rendas técnicas que é o máximo que podem atingir, a renda média neste momento é de cento e cinco euros, do parque municipal. Isto representa cerca de um vírgula seis por cento total do valor do parque, portanto, é para verem o peso que a Câmara suporta ou que o Estado suporta, em relação aos tais oito por cento. -----

-----As rendas técnicas representam cerca de dois vírgula três por cento do parque, portanto, é o valor desprezável face à totalidade. Em todo o caso como esta questão do Moinho da Portela já deu origem a dois artigos de Jornal, já foi interpelada pelos Senhores Vereadores da CDU e do PS, e, agora por dois Deputados, vou esclarecer o seguinte: no Pátio dos Cavaleiros onde foram realojados, detectei sete casos de rendas técnicas, dos quais três são provocados por falta de comprovativo de rendimentos, dois são unidades residenciais de idosos, que como sabem são partilhados depois pelos moradores, há um outro caso que o Senhor recusou o realojamento e como tal não está contemplado, resta apenas um caso, por mero acaso é o Presidente da Associação de Moradores do Moinho da Portela, daí esta questão. Realmente houve aqui um esquecimento da nossa parte, como é tão insignificante o total do parque houve esquecimento em relação ao caso das rendas técnicas, porque as rendas sociais estão dependentes exclusivamente dos rendimentos do agregado familiar, e como tal se houver mudança de fogos, não dependem

do preço do fogo, portanto, quando há mudança para uma casa mais cara, as rendas sociais mantêm-se, o único caso em que houve realmente alteração foi este.-----

----- Este Senhor passou de uma renda técnica de cento e oitenta e um vírgula quatro euros, para quatrocentos e dois euros, no entanto tudo isto foi objecto de todo um processo, realmente não fiz nenhum plenário mas procurei despistar todos os casos que prejudicariam alguém, recebi todas as pessoas, foi explicado caso a caso e foi-se ultrapassando todos os problemas que surgiram. Era só este Senhor, também o recebi, está neste momento preparado uma Proposta de Deliberação para ir à Câmara para manter a renda até Outubro, mas apesar disso a Senhora também concorda que se calhar a melhor solução não será estar com arrendamento, visto que o arrendamento deles é relativamente elevado, vai optar pela aquisição de um fogo provavelmente nos Barronhos. -----

----- Agora em relação ao que se pretende fazer, vulgarmente chamado comboio, neste momento está em estudo, realmente havia deficiências técnicas e grandes infiltrações de água, havia problemas que para serem resolvidos eram de tal maneira complicados, que se optou por deslocar as pessoas dali, portanto, foram realojadas as pessoas para se poder fazer um estudo aprofundado de qual será a melhor solução. A intenção era qualificar aquele conjunto de edifícios, depois convertê-los como habitação ou convertê-los se calhar, num Centro Cultural, em pequena unidades de negócio, pensa-se conceder alguns fogos a IPSS, que poderão depois manter algumas pessoas que não têm capacidade de gerir fogos, portanto, todo este problema está a ser apreciado neste momento, não temos ainda uma solução definitiva. -----

----- Em relação à questão que levantaram das ocupações, isto está-me a preocupar realmente, temos tido o cuidado de ir emparedando as casas conforme vão recebendo as chaves, mas por vezes as pessoas saem, nós não detectamos de imediato e as casas são ocupadas. No entanto já pedi à Polícia Municipal para intervir com mais cuidado, e, vamos emparedando as casas conforme elas vão sendo desocupadas. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Muito obrigado.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado Senhor Vereador. Senhor Vereador José Eduardo Costa então para concluir esta parte, se fizer favor, tenha a bondade.” -----

**4.22. C.M.O.** -----

-----**O Senhor Vereador José Eduardo Costa** deu o seguinte esclarecimento: -----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente. Boa tarde Senhores Deputados mais uma vez. --

-----Relativamente ao Aterro de Trajouce, a questão que aqui foi posta foi se nós estávamos a enviar resíduos para Espanha. O que se passa relativamente a Trajouce explicando muito rapidamente, o Aterro de Trajouce está na fase de selagem, vai poder receber muito poucos mais resíduos, já foi entregue no Ministério do Ambiente a candidatura da AMTRES ao Fundo de Coesão, já houve consenso entre os quatro municípios que compõem a AMTRES, Oeiras, Cascais, Sintra e Mafra sobre a localização das novas infra-estruturas, que serão no Concelho de Mafra, já há acordos, estou a divulgá-lo pela primeira vez, porque já está formalmente entregue no Ministério do Ambiente a candidatura. -----

-----O novo Aterro com uma filosofia completamente diferente, e as novas infra-estruturas vão ser localizadas no Concelho de Mafra, por isso neste momento estamos em fase de análise no Ministério do Ambiente, e, vamos negociar com o Ministério do Ambiente a comparticipação do Ministério nesse volume de investimentos, que pode rondar cerca de vinte milhões de contos. -----

-----Relativamente aos resíduos dantes, e veio no Jornal “Público” de ontem inverdades sobre antes, nomeadamente, que nós não temos estação de lexiviados durante três anos, o que não é verdade, está a funcionar o... de lexiviados. O jornalista que fez aquela notícia, nem sequer foi a Trajouce, que é o jornalista Ricardo Garcia do “Público”, falou comigo pelo telefone e nem lhe dei aquelas informações, por isso aquelas informações que vêm no “Público” de ontem, não

são verdade, a maior parte delas. -----

----- Relativamente a resíduos, queria dizer que neste momento, cinquenta por cento dos resíduos de Trajouce, estão a ser enviadas legalmente através de guias e de acordo com a lei estabelecida para outros Aterros do País, o que está a custar verbas significativas, mas é uma solução transitória enquanto não tivermos as infra-estruturas em Mafra a funcionar, é tudo o que tenho a dizer.-----

----- Em Espanha não existem resíduos, se eventualmente houvesse necessidade, se fosse legalmente possível e se fosse um preço convidativo, na lei do mercado, nós estaríamos disponíveis de enviá-los para Espanha, caso fosse possível, por isso estamos a utilizar todas as infra-estruturas nesta fase, que são disponibilizadas antes, inclusivamente há infra-estruturas na região Sul do País, que nos perguntaram se nós estávamos interessadas em depositar lá resíduos, porque nós estamos a enfardar os resíduos, se estiverem dispostos a recebê-los e for legal, nós utilizaremos todas as infra-estruturas possíveis neste momento. -----

----- Era isso que eu queria esclarecer, muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Agradeço à Senhora Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, nós temos por encerrado este ponto. O Senhor Deputado Paulo Miranda fazia-me um sinal no sentido de...” ----

----- **O Senhor Deputado Paulo Miranda (CDS/PP)** interrompeu dizendo o seguinte: --

----- “Pedia um esclarecimento à Mesa, Senhor Presidente. -----

----- Eu estive presente na reunião, em que a Senhora Presidente teve oportunidade de esclarecer a situação sobre o problema do Tão-Balalão, e, a construção de loteamento em Porto Salvo, tive oportunidade nessa reunião, o Senhor Vereador Emanuel Martins, portanto, membro do executivo da Câmara, estar a falar como eu, a fazer os seus comentários sobre a situação e não esclarecer a população. Só queria pedir um esclarecimento à Mesa e à Senhora Presidente, será que o Senhor Vereador Emanuel Martins não tem conhecimento disto, que toda a gente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

conhece, eu conheço o Protocolo da Santa Casa, conheço a construção, conheço todas as tentativas e alternativas que a Senhora Presidente apresentou aqui, porque que é que um Vereador do executivo não tem conhecimento? -----

-----É só um pedido de esclarecimento.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Presidente tem quinze segundos, importa-se de dar o esclarecimento.” -----

-----**C.M.O.** -----

-----**A Senhora Presidente da C.M.O.** deu o seguinte esclarecimento: -----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente. -----

-----Senhor Deputado, as Propostas de Deliberação são divulgadas aos Senhores Vereadores, deverão ser analisadas em reunião de trabalho, para depois poderem assumir as votações no dia da reunião, se as lêem, se as estudam, se estão a votar em consciência ou não, isso agora já é um problema do Senhor Vereador.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado. Senhores Deputados... Senhor Deputado se faz favor.” -----

-----**O Senhor Deputado Miguel Sousa (PS)** referiu o seguinte: -----

-----“É só para fazer um esclarecimento, porque há aqui algum lapso. -----

-----O Senhor Emanuel Martins esteve de facto presente, não como Vereador, ele realçou isso, até porque não tinha um mandato da Senhora Presidente para o fazer, teve como munícipe e como interessado neste assunto, basicamente foi isto, como é obvio não tinha um mandato da Senhora Presidente da Câmara, não fala sobre esses documentos, obviamente não é?” -----

**4.23. Sr. Presidente** -----

-----O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, nós temos dois textos, duas Propostas que chegaram à Mesa, uma que vou colocar já à votação, outra que é da autoria do Bloco de Esquerda, tem a ver com “Transportes e o Plano de Mobilidade”, que já acordei com o representante do Bloco de Esquerda que seria discutida e depois votada por ocasião do ponto oito da Ordem de Trabalhos. Entretanto já foi distribuída aos Senhores Deputados. -----

----- Vou então colocar agora à votação, porque se trata de matéria do Período Fora da Ordem do Dia, uma outra Proposta que também foi distribuída às várias bancadas da iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD, que tem a ver com aquela questão que ainda há bocadinho aqui se tratou da “Energia Eléctrica”, e que “aprovam o voto de repúdio por comportamento da Electricidade de Portugal quanto às condições de fornecimento de energia no concelho de Oeiras; Recomenda à Electricidade de Portugal a tomada de medidas urgentes para fazer cessar tais quebras e propõe que esta Moção a ser aprovada seja enviada ao Ministro da Economia, à Administração da EDP, ao Governador Civil de Lisboa e aos Órgãos de Comunicação Social”. -

----- Senhores Deputados vamos então passar à votação desta Proposta. -----

----- A outra como já disse ficará então para ser discutida e votada no ponto oito da Ordem de Trabalhos.” -----

#### **4.23.1. VOTAÇÃO – Proposta do PSD -----**

----- O Senhor Presidente da A.M. pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e oito votos a favor, sendo dezasseis do PSD (Elísio Veiga, Fernando Beirão Alves, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Santos, José Eduardo Neno, António José Silva, Salvador Martins Costeira, Luís Marques Mendes, José Vilhena Milhano, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, António Viana Basto, Sofia Sequeira Galvão, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro e Maria Alexandra Fraga), sete do PS (Luís Miguel Sousa, Marcos Sá Rodrigues, Pedro Licínio Pereira, Irene Cândida Silva, Luís Filipe André e Vítor Gonçalves Cabeço), três da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho e Joaquim



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Vieira Cotas), um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e um do Bloco de Esquerda (Carlos Sousa Gaivoto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta dela fazendo parte integrante. -----

### -----PROPOSTA DO PSD -----

-----“CONSIDERANDO: -----

-----1) As sucessivas e repetidas quebras de energia verificadas no concelho; -----

-----2) As consequências e o impacto negativo de tais quebras junto das populações e dos seus agentes económicos; -----

-----3) Os esforços desenvolvidos pela Câmara junto da EDP sem que esta ponha termo a tais quebras; -----

-----PROPÕE-SE QUE esta Assembleia -----

-----Aprove um voto de repúdio pelo comportamento da Electricidade de Portugal quanto às condições de fornecimento de energia ao concelho de Oeiras; -----

-----Recomende à Electricidade de Portugal a tomada de medidas urgentes para fazer cessar tais quebras; -----

-----Envie a presente moção ao Exm.º Senhor Ministro da Economia, Exm.ª Administração da EDP, ao Exm.º Sr. Governador Civil de Lisboa e aos órgãos de comunicação social.” -----

### 5. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

5.1. **Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O./6747-03.02.12 relativa ao Reg.º 45862/02, Apenso ao 1741-PB/90 – Pedido de Isenção de Taxas – Proposta N.º 18/03 -----**

-----Deliberação N.º 1/2003 da A.M. -----

-----Sr. Presidente -----

-----O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Algum dos Senhores Deputados pretende intervir sobre este ponto. -----

----- Senhor Deputado Paulo Miranda tenha a bondade.” -----

----- **Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

----- O Senhor Deputado Paulo Miranda fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente sobre este Pedido de Isenção de Taxas, realmente li no conteúdo, não há dúvidas nenhuma que a Santa Casa da Misericórdia não se enquadra realmente no Regulamento das Taxas em vigor, no entanto considerando que realmente a actividade da Santa Casa da Misericórdia é inquestionável aqui nesta Assembleia, sugiro realmente que aprovemos esta proposta”. -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Carlos Coutinho tenha a bondade.”- -----

----- **Sr. Carlos Coutinho (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Carlos Coutinho disse o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente. -----

----- Em relação a esta Proposta, propomos duas pequenas reflexões, a primeira é saber se podemos no futuro avaliar dentro do Regulamento esta situação, portanto, se é possível alterar no sentido de englobar este subsídio à Santa Casa de Misericórdia. A outra reflexão, vai por analogia com outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa, que aplicam uma outra metodologia que não esta que a Câmara aqui nos traz, que vai neste sentido: aplica a taxa a todos, neste caso à Santa Casa, e, depois concede um subsídio de valor equivalente para ser recessiva, neste caso o beneficiado a Santa Casa da Misericórdia. -----

----- São duas reflexões que nós fizemos e, portanto, colocamos à Câmara com contributo independentemente de estarmos de acordo com a Proposta que nos trazem agora, da forma que trazem e vamos votar a favor naturalmente. -----

----- Muito obrigado.” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----**O Senhor Presidente da A.M.** deu o seguinte esclarecimento: -----

-----“Obrigado Senhor Deputado, julgo que não há mais nenhum Senhor Deputado que queira intervir. Eu julgo poder, eu próprio já tinha lido, julgo poder dar o esclarecimento que o Senhor Deputado Carlos Coutinho, penso que a Senhora Presidente da Câmara não levará a mal. Julgo que a intenção da Câmara, segundo tive a ler na Proposta, é resolver por um lado este caso concreto, e por isso a Câmara deliberou esta isenção e submete a uma espécie de rectificação da Assembleia Municipal, e, para o futuro ficar digamos assim mandatada, é o ponto dois, não está numerada, mas é o ponto final desta Proposta, para incluir um preceito no Regulamento que permita de hoje para amanhã, conceder a entidades de natureza idêntica, caso a caso devidamente fundamentados as isenções. Portanto, são as duas situações, julgo que fica clarificado e vai de encontro às preocupações que o Senhor Deputado Carlos Coutinho e muito bem, tinha levantado. -----

-----Sendo assim Senhores Deputados, vamos então proceder à votação.” -----

### **5.1.1. VOTAÇÃO** -----

-----O Senhor Presidente da A.M. pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e um votos a favor, sendo dezoito do PSD (Elísio Veiga, Fernando Beirão Alves, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Santos, José Eduardo Neno, António José Silva, Salvador Martins Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, António Viana Basto, Sofia Sequeira Galvão, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Maria Alexandra Fraga e José Jorge Pereira), oito do PS (Luís Miguel Sousa, Miguel Neves Amorim, Marcos Sá Rodrigues, Pedro Licínio Pereira, Irene Cândida da Silva, Luís Filipe André, Vítor Gonçalves Cabeço e Maria de Lurdes Vidal), três da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho e Joaquim Vieira Cotas), um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e um do Bloco de Esquerda (Carlos Sousa Gaivoto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta dela fazendo

parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **DELIBERAÇÃO N.º1/2003** -----

**PROPOSTA C.M.O. – 18/03 – REGT.º 45862/02, APENSO AO 1741-PB/90 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta dezoito, a que se refere a deliberação número vinte e dois da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e dois do mês findo e deliberou por unanimidade, com trinta e um votos a favor, sendo dezoito do Partido Social Democrata, oito do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e um do Bloco de Esquerda, aprovar a isenção de taxas pelo licenciamento do processo mil setecentos e quarenta e um PB/noventa, solicitado pela Santa Casa da Misericórdia de Oeiras e a inclusão na revisão da Tabela de Taxas, em curso no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, um preceito que permita ao Executivo, no futuro analisar e decidir casos que venham a colocar-se de idêntica natureza, conforme proposto na referida deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.-----

----- (Assina esta Deliberação o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.) -----

**5.2. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O./6748-03.02.12 relativa à Constituição da Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras – OEINERGE – Proposta N.º 64/03 --**

----- **Deliberação N.º 2/2003 da A.M.** -----

----- **Sr. Presidente** -----

----- O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Está em discussão esta Proposta. Senhor Deputado Jorge Pracana tenha a bondade, para começar.” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----**Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente. Foi-nos presente esta Proposta N.º 64/03 para Constituição de uma Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras, e o PSD, e, julgo que esta Assembleia que não deixará de aprovar esta Proposta, terá que se congratular uma vez mais pelo facto de Oeiras constituir ou ter a possibilidade e capacidade, de sintetizar energia e ambiente. Acho que é muito importante, tanto mais que as congéneres que em Portugal existem nesta Agência, nomeadamente em Sintra, Lisboa e Almada, falam fundamentalmente e a sua preocupação na área da energia, nós constatamos que pela leitura desta Proposta a Câmara de Oeiras uma vez mais inovando e com grandes preocupações ambientais, procurou e penso que irá conseguir aplicar de facto através de enfim, do desenvolvimento da OEINERGE esta síntese que necessariamente é importante para todos nós. -----

-----Hoje em dia quando se falava de energia, não podemos esquecer ambiente e vice-versa, são realmente dois aspectos que poderiam ser e durante muitos anos foram antagónicos, mas que hoje realmente têm necessidade de se complementar e aqui nesta Proposta são complementados. Julgo que uma vez mais e aqui se aplica, aquilo que nós neste concelho nos habituámos a ver como um concelho inovador, um concelho exemplar, o tal concelho que “Marca o Ritmo”, e, penso que também aqui Oeiras está a “Marcar o Ritmo”, um ritmo de inovação que aponta o caminho para outros municípios deste País, para a possibilidade, melhor dizendo, para a necessidade de complementar estes dois aspectos, mas mais do que isso é também importante salientar a questão de oportunidade, uma vez mais Oeiras verifica-se que soube socorrer-se dos fundos comunitários, para permitir com o menor custo possível para os nossos munícipes, a constituição de algo que a todos interessa, portanto, o PSD e penso que todos nós, não podemos deixar de facto de louvar o carinho, que a Câmara coloca nestas questões e a possibilidade que é dada a este município, uma vez mais de dar o exemplo em

Portugal. - -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Luís Sousa (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Luís Sousa disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Sobre o documento e sobre a criação da Agência Municipal de Energia e Ambiente, a bancada do PS congratula-se com a criação desta Agência, até tem a ver com as normas emanadas da União Europeia, e com outras Agências já criadas a nível nacional, penso que é de facto algo importante, mas o que nos preocupa nesta Agência é a criação de uma estrutura, e, penso que nisso a Senhora Presidente pode-nos responder claramente sobre essa situação, e, sobre uma nova estrutura, mas que essa estrutura terá que ter já em “manga” ou terá que emanar, por parte da Câmara projectos de alguma envergadura, porque segundo os estatutos e o que está previsto desta Agência, os primeiros seis meses terão que haver já projectos a serem apresentados nesta área, penso que não terá só um papel de consultadoria à Câmara Municipal de Oeiras e a outras entidades que assim o entenderem, mas o que nós gostaríamos claramente de saber é: quais são os projectos que já estão em “manga”, para esta Agência começar a desenvolver, porque eles falam em seis meses, com apresentação de permissas e dados concretos de funcionamento desta Agência, portanto, gostava de perguntar à Senhora Presidente, quais são os projectos que já têm em “manga” nesta área? -----

----- Também, perguntar à Senhora Presidente, porque o que eu vejo neste momento é a entrada de dinheiro, unicamente e exclusivamente por parte da Câmara, além dos Fundos Comunitários que estão previstos, o ISG entra também como parceiro, como também existem outros nesta área, a CP, a Direcção Nacional de Energia, o Taguspark, por aí diante, o que eu pergunto à Senhora Presidente é: se é só a Câmara Municipal de Oeiras que vai entrar financeiramente e inicialmente com dinheiro nesta Agência? E vamos obviamente votar favoravelmente à criação desta Agência.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Obrigado Senhor Presidente.” -----

-----**Sr. Tavares da Cruz (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Tavares da Cruz fez a seguinte intervenção: -----

-----“Também a CDU irá aprovar digamos esta Proposta, chamando a atenção de que o vai fazer sem o pressuposto de que esta Agência, será uma Agência de apoio e assessoria à Câmara nas áreas energéticas e ambientais, e nunca deverá absorver competências municipais, pensamos que este alerta é um aspecto importante, na medida em que muitas vezes pode acontecer, mesmo sem que inicialmente tenha sido previsto, portanto, é uma preocupação que devemos ter. Por outro lado, queríamos pôr a questão à Câmara, em relação à fixação das remunerações dos corpos sociais da Agência. No seu artigo catorze, décimo quarto, alínea i), esta fixação de remunerações é da competência da Assembleia Geral da própria Agência. Ora bem, nós pensamos que esta Agência deveria ter um estatuto em relação à fixação de remunerações, que pudesse cair no articulado do artigo quinquagésimo terceiro, número dois, alínea l), da Lei cinco/A de dois mil e dois, isto é remunerações dos corpos sociais deveriam ser da competência da Assembleia Municipal, tal como as remunerações das Empresas Municipais, tal como as remunerações das Fundações, pensamos que seria, digamos, na medida em que a maioria do capital desta Agência é da Câmara Municipal, portanto, deveria também ter também, tal como nas Fundações e nas Empresas Municipais, esta prerrogativa e cair na Lei cinco/A de dois mil e dois.-----

-----Portanto, eram estas questões que nós queríamos levantar, e claro está, iremos votar a favor, porque parece-nos que poderá esta Agência desempenhar um papel importante, no desenvolvimento do nosso concelho. -----

-----**Sr. Carlos Gaivoto (Bloco de Esquerda)** -----

-----O Senhor Deputado Carlos Gaivoto disse o seguinte: -----

-----“Congratulo-me por haver esta iniciativa da criação da Agência, de facto é uma

iniciativa positiva, tenho no entanto algumas observações e dúvidas relativamente ao seu modo de funcionamento, penso que aqui os objectivos estão mais ou menos claros, mas falar de energia e ambiente sem falar de transportes ou localizações de equipamentos, ou da forma como esses equipamentos são implantados no território, poderá suscitar portanto, essas dúvidas. É evidente que isto também tem a ver um bocado com a Proposta que irá ser no ponto oito discutida, de qualquer modo, penso que teria que haver aqui um ponto qualquer, que deveria fazer um pouco esta ponte entre energia/ambiente e estas questões, que depois vão estar relacionadas com Mobilidade e Ordenamento do Território. -----

----- Penso que uma Agência Municipal de Energia e Ambiente, tem um conjunto de actividades que caem nesta matéria, e por isso faço uma recomendação que algo que seja introduzido, como recomendação aqui na Agência, para se fazer esta ponte entre a problemática da Mobilidade e Transportes.” -----

----- **Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

----- O Senhor Deputado Paulo Miranda fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, realmente todos os Deputados que me antecederam, já fizeram a referência sobre a participação e a preocupação da Câmara Municipal de Oeiras, estar à frente e avançar para um problema que nos preocupa a todos. Portanto, não há dúvidas nenhuma que há que registar e louvar, a possibilidade através da criação desta Empresa ou desta Agência, a possibilidade de a Câmara estar à frente do assunto dos problemas ligados à energia e ambiente, que a todos nós nos preocupa. -----

----- Uma questão que eu queria perguntar, e não há dúvidas nenhuma, que os parceiros são chamados parceiros de peso, isso eu considero que o Instituto Superior Técnico e o Instituto de Soldadura e Qualidade, são Institutos que dispensam quaisquer indicações, mas gostaria de saber qual é a atribuição ou distribuição da comparticipação destes mesmos Institutos, e destes mesmos associados, pelo menos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Era só isto Senhora Presidente.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado. Senhora Presidente quer prestar os esclarecimentos que foram pedidos. Muito obrigado.” -----

-----**C.M.O.**-----

-----**A Senhora Presidente da C.M.O. – Dr.<sup>a</sup> Teresa Zambujo**, deu os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente. -----

-----Relativamente à Agência, de facto existem outras na Área Metropolitana como aqui foi referido, mas em termos de âmbito e de objecto não existem como esta. Esta é a primeira de facto, e aliás é um conceito digamos assim, mais abrangente que foi definido pela própria Comissão Europeia e que foi burilado, durante o período de elaboração da candidatura ao Programa CEIF, portanto é de facto única com esta abrangência energia e ambiente, isto estando o ambiente aqui com todas as suas vertentes, e chamo de alguma forma atenção para exactamente as actividades principais, que vêm referidas no artigo quarto, que se as virem da alínea a) à alínea b) do ponto um, para não me referir aos outros pontos, vêm aqui digamos assim, estão aqui contempladas todas as áreas, todas, inclusivamente todas aquelas que aqui foram mencionadas, portanto foi exactamente este artigo um dos que foi trabalhado no sentido, de poder ficar com este objecto amplo, portanto, todas as preocupações que os Senhores Deputados aqui referiram, relativamente a qualquer, pela própria designação da Agência, alguma limitação à actividade, não está, está perfeitamente aberta, no artigo quarto nas “actividades principais”, foi exactamente este aspecto que foi trabalhado, exactamente para se abranger tudo.

-----Aliás, esta Agência constitui-se também, houve aqui uma parceria, porque estas coisas são transnacionais, com três outras cidades europeias, a cidade de ULL na Alemanha, Arejo na Itália e Brazov na Roménia, isto também com o apoio da Associação de Énergie citée,

portanto digamos que isto é uma rede que vai evoluindo em termos de conceito, e que vai exigindo em termos de financiamento através do Programa CEIF. -----

----- Relativamente ao financiamento, aliás está referido, a Câmara vai participar com sessenta mil contos, ou melhor funcionando agora em termos de euros, nós temos uma previsão de custos que contempla os três primeiros anos de vida da Agência, num total de quinhentos e sessenta e três mil e duzentos euros, qualquer coisa à volta dos cento e treze mil contos, dos quais trinta e seis mil contos são financiados através do Programa CEIF, e a Câmara Municipal colocará trezentos mil euros, ou seja sessenta mil contos, os outros, até aos quinhentos e sessenta e três mil e duzentos euros, vão ser financiados pelos fundadores e por aqueles que aderirem entretanto à Agência, isto está também perfeitamente identificado nos próprios estatutos. -----

----- Relativamente aos trabalhos a desenvolver pela Agência, dizer-vos que a primeira prioridade da acção da Agência vai exactamente para: o estudo de caracterização energética e ambiental dos edifícios e serviços no concelho de Oeiras, o projecto piloto de motorização on-line do tráfego de qualidade de ar e ruído, depois digamos, uma página na Internet e portanto toda uma relação interactiva, e organização de Workshops das Agências locais da energia na Área Metropolitana de Lisboa, e o estudo de caracterização do concelho de Oeiras, quanto ao desempenho energético e aptidão para o desenvolvimento de energias alternativas. Como sabem nós temos sido contactados, creio que até, não sei se foi já neste mandato, se foi no mandato anterior, peço desculpa por não conseguir precisar neste momento, mas a dada altura dei aqui informação na Câmara relativamente a uns contactos que entretanto estávamos a ter, no sentido de serem implantadas aqui aqueles, como é que se chama aquilo, peço desculpa, aquilo tem um nome que agora não me recordo, não são moinhos, não me lembro é do nome técnico, não interessa, mas estão a ver o que é que me estou a referir, portanto na altura a decisão da Câmara Municipal, foi no sentido de não avançar com parcerias, com empresas nessa área, sem estudarmos aprofundadamente o potencial energético do concelho, portanto nesse sentido a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Agência uma das primeiras preocupações que vai ter, aliás a Agência vai ser obviamente um parceiro importante, parceiro no sentido de desenvolver trabalho, no âmbito da revisão do PDM que se está a formalizar, eu já inventei uma série delas para responder ao Senhor Deputado que há pouco me questionou, exactamente geradores eólicos, muito obrigado Senhor Vereador, não me estava a lembrar dos nomes das ventoinhas. -----

-----Relativamente às remunerações, aspecto referido pelo Senhor Deputado Tavares da Cruz, dizer que realmente isto nestas situações, é realmente a nível da Assembleia Geral que são definidas e concretamente nestes casos ainda está indefinido, relativamente àquilo que também é normal nestas situações existir, que é a tal Comissão de Remunerações, deixe-me chamar-lhe assim, mas de qualquer das maneiras há uma coisa que lhe posso dizer, é que não vai certamente servir para criar aqui gestores, grupo “xpto”, deixe-me dizer assim para que as pessoas fiquem a ganhar mais, pode ter a certeza que comigo essas situações estão sempre acauteladas. -----

-----Muito obrigado Senhor Presidente:” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado também Senhora Presidente. -----

-----Senhores Deputados, vamos então passar à votação.” -----

### **5.2.1. VOTAÇÃO** -----

-----O Senhor Presidente pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e nove votos a favor, sendo vinte e quatro do PSD (Elísio Veiga, Fernando Beirão Alves, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Neno, António José Silva, Salvador Martins Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, José Amaral Lopes, Elisabete Oliveira, Jorge Manuel Silva Pracana Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Sofia Sequeira Galvão, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Fraga e Ângela Brito

Leite), oito do PS (Luís Miguel Sousa, Miguel Neves Amorim, Marcos Sá Rodrigues, Pedro Licínio Pereira, Irene Cândida da Silva, Luís Filipe André, Vítor Gonçalves Cabeço e Maria de Lurdes Vidal), quatro da CDU ( José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira), um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e um do Bloco de Esquerda (Carlos Sousa Gaivoto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **DELIBERAÇÃO N.º 2/2003** -----

**PROPOSTA C.M.O. – 64/03 – APROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE ENERGIA E AMBIENTE DE OEIRAS – OEINERGE.** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta sessenta e quatro, a que se refere a deliberação número sessenta e oito da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e dois do mês findo e deliberou por unanimidade, com trinta e nove votos a favor, sendo vinte e cinco do Partido Social Democrata, oito do Partido Socialista, quatro da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e um do Bloco de Esquerda, aprovar a constituição da OEINERGE – Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras – de acordo com a proposta de estatutos apresentada e com o custo de início de actividade durante os três primeiros anos de quinhentos e sessenta e três mil e duzentos euros, dos quais o financiamento comunitário participará trinta e dois vírgula sessenta e sete por cento, ou seja cento e oitenta mil euros, e a Câmara Municipal de Oeiras com trezentos mil euros, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. --

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.

----- (Assina esta Deliberação o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.)-----

**5.3. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O./6749-03.02.12 relativa ao Acordo de Licenciamento de Produtos Microsoft - Microsoft Enterprise Agreement – Contrato de**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

**Licenciamento de Produtos Microsoft – Proposta N.º 124/03** -----

-----**Deliberação N.º 3/2003 da A.M.** -----

-----**Sr. Presidente** -----

-----O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Algum dos Senhores Deputados pretende intervir sobre esta Proposta. -----

-----Senhor Deputado José Manuel Ferreira tenha a bondade.” -----

-----**Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente)** -----

-----O Senhor Deputado Pinto Ferreira fez a seguinte intervenção: -----

-----“Todas as tecnologias implicam custos, neste caso os custos têm valores consideráveis, no entanto é bom saber-mos que existem alternativas, nunca é correcto estarmos dependentes de um único fornecedor, por isso e como sugestão, penso que talvez fosse positivo fazer um estudo detalhado sobre o sistema LINUX, que é o sistema aberto, gratuito, mais fácil de adaptar às necessidades concretas dos utilizadores, neste caso às necessidades concretas do Município. É evidente que nunca podemos esquecer, nunca podemos desprezar a implantação do Windows, a habituação dos utilizadores, mas reafirmo: é bom sabermos que existem soluções alternativas e já agora talvez fosse bom fazermos esse tal estudo, para ver se a pouco e pouco não ficamos totalmente dependentes do Windows. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----**Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

-----O Senhor Deputado Paulo Miranda disse o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, para nós esta Proposta é relativamente fácil, é um processo que já vem de há três anos, se houvesse alguma coisa que levasse este Executivo a alterar a metodologia aplicada até agora, acho que não vinha propor submeter à apreciação da renovação e até alteração das condições, portanto, o CDS/PP vai votar a favor.” -----

-----**Sr. Carlos Gaivoto (Bloco de Esquerda)** -----

----- O Senhor Deputado Carlos Gaivotto disse o seguinte: -----

----- “É uma questão de dúvida processual naquilo que eu li no ponto oito, na Proposta de Deliberação N.º cento e vinte e quatro/zero três, a Divisão de Informática terá solicitado ás empresas que estão aqui descritas um pedido de cotação, depois mais à frente no ponto onze diz que foi escolhida a empresa CPC. -----

----- Ora bem, relativamente há quantidade de equipamento e aos valores aqui envolvidos, o que quero saber é se podia ser feita essa solicitação por consulta limitada, ou seja concurso limitado, ou isto tem a ver com regras de concurso público, face aos valores desenvolvidos?” ----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. Senhora Presidente, julgo que a primeira sugestão era para a Câmara ponderar, a questão de fazer um estudo sobre a matéria e sobre esta questão do concurso, se a Senhora Presidente puder fazer o favor de esclarecer.” -----

----- **C.M.O.** -----

----- **A Senhora Presidente da C.M.O. – Dr.ª Teresa Zambujo,** deu os seguintes esclarecimentos. -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. É evidente que nós vamos ponderando à medida que vamos evoluindo, estas coisas são mesmo assim, as coisas vão-se tornando obsoletas, e não podemos ficar dependentes de um só fornecedor como é normal, e, também relativamente ao outro aspecto ele faz de facto parte da Direcção Geral de Património, portanto, está perfeitamente licenciado ao abrigo, nós nem precisávamos de consultar nada, bastava directamente fazermos a encomenda, digamos assim, de qualquer forma nestas coisas e a experiência diz-nos que vale a pena, e qualquer forma termos dados diversificados também, portanto, apesar de podermos directamente e ao abrigo do acordo com a Direcção Geral de Património, podermos encomendar, digamos assim, acabámos também por fazer algumas consultas, mas ao abrigo do acordo é o suficiente, não exigia aqui qualquer tipo de concurso. ----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Muito obrigado.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado. -----

-----Senhores Deputados, vamos então passar à votação.” -----

### **5.3.1. VOTAÇÃO** -----

-----O Senhor Presidente pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e quatro votos a favor, sendo vinte e quatro do PSD (Elísio Veiga, Fernando Beirão Alves, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Neno, António José Silva, Salvador Martins Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, José Amaral Lopes, Elisabete Oliveira, Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Sofia Sequeira Galvão, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Fraga e Ângela Brito Leite), quatro do PS (Luís Miguel Sousa, Miguel Neves Amorim, Pedro Licínio Pereira e Maria de Lurdes Vidal), quatro da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira), um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e um do Bloco de Esquerda (Carlos Sousa Gaivotto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta dela fazendo parte integrante.

-----Esta Deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**DELIBERAÇÃO N.º3 /2003** -----

**PROPOSTA C.M.O. – 124/03 – ACORDO DE LICENCIAMENTO DE PRODUTOS MICROSOFT – MICROSOFT ENTERPRISE AGREEMENT – CONTRATO DE LICENCIAMENTO DE PRODUTOS MICROSOFT – CP 11.02.05.15.** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta cento e vinte e quatro, a que se refere a deliberação número trinta e um da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e nove do mês findo e deliberou por unanimidade, com trinta e quatro votos a

favor, sendo vinte e quatro do Partido Social Democrata, quatro do Partido Socialista, quatro da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e um do Bloco de Esquerda, aprovar o contrato de adesão ao programa Enterprise Agreement sobre licenciamento de software Microsoft, através da empresa CPC – Informática Sistemas por um período de três anos a contar da data de assinatura do contrato, ao abrigo do acordo com a Direcção-Geral do Património, por ajuste directo.-----

----- O contrato será efectuado entre a Câmara Municipal de Oeiras e a Microsoft, no qual serão abrangidos a Município e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, ficando as empresas municipais ParquesTejo e Oeiras Viva também abrangidas no licenciamento da Câmara Municipal de Oeiras, uma vez que têm um reduzido número de PC's, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.

----- (Assina esta Deliberação o Senhor Presidente da Assembleia Municipal).-----

#### **5.4. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O./6750-03.02.12 relativa à Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas – Actualização do Montante das Taxas – Proposta N.º 2079/02 -----**

----- **Deliberação N.º 4/2003 da A.M.** -----

----- **Sr. Presidente** -----

----- O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Paulo Miranda, tenha a bondade.” -----

----- **Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

----- O Senhor Deputado Paulo Miranda fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, hoje estou um pouco interventor. Não há dúvidas nenhuma, há outras preocupações que é a contenção, a meu ver da inflação. Estas taxas foram consideradas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tendo em conta um valor indicativo de três por cento, quando não está ainda prevista a inflação para três por cento. Acho que se enquadra exactamente nos parâmetros dois a três por cento, lamento sinceramente que não se tenha ponderado um intermédio, se bem que vá aprovar a Proposta, porque ela se enquadra nos parâmetros daquilo que está estabelecido, que é entre os dois e os três por cento, a Câmara apostou no três por cento, tenho pena mas vou ter que aprovar. Muito obrigado.” -----

-----**Sr. Tavares da Cruz (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Tavares da Cruz disse o seguinte: -----

-----“São algumas considerações a dizer sobre esta Proposta. -----

-----A primeira é uma questão que queríamos colocar à Câmara, que é a seguinte: quando foi elaborado o Orçamento para 2003 qual foi, digamos, o valor das taxas que foi aplicado na orçamentação, se foi já este valor com a previsão de aumento, ou se foi efectivamente o valor inicial, gostaríamos de saber isso, porque de facto não fomos informados nessa altura, não se levantou esse problema, e, é uma informação que na altura para discussão e análise do Orçamento deveria ter sido dada. -----

-----Uma outra questão, que nós pomos à consideração e que pensamos que é necessário um esclarecimento, é o artigo décimo oitavo do Regulamento que agora é proposto, esse artigo décimo oitavo que fala na actualização da tabela fixa, digamos, uma actualização com base no índice anual de preço por consumidor. Ora bem, quer-nos parecer que o que estamos aqui a aprovar neste Regulamento, e com este artigo é uma autorização plurianual que a Assembleia dá à Câmara para alterar as taxas, a questão que eu ponho é a seguinte: estará este artigo de acordo com a Lei, será possível esta Assembleia dar autorização à Câmara, autorizações plurianuais para fazer alterações de taxas, quer-nos parecer que esta questão merecerá e nós gostaríamos de ter um parecer jurídico do Gabinete da Câmara, pensamos que esta questão é uma questão importante. -----

----- Uma outra questão que nós gostaríamos de perguntar à Câmara, era em relação às taxas de urbanismo, tanto quanto temos ideia, as taxas do domínio do urbanismo, necessitam de um período digamos de discussão pública, durante trinta dias, depois da aprovação da Câmara. Penso que, isto é, perguntava à Câmara para confirmar... e se no caso positivo, isto foi posto à discussão pública neste período de acordo com a Lei. -----

----- Bem, estas considerações levam-nos depois a uma outra questão, agora completamente diferente que é propriamente o aumento que é aqui proposto. O aumento proposto é um aumento de três por cento, um aumento de três por cento que numa situação de crise económica como nós atravessamos, quem vai pagar todos esses aumentos será no fundo a população. Numa altura, e eu chamo a atenção, numa altura em que todas as revisões salariais, o Governo aponta, e as entidades patronais apontam que todas as revisões salariais, querem que ande à roda de um vírgula cinco por cento, parece-nos extraordinariamente injusto que se prevêem aumentos de taxas na ordem dos três por cento, significa que de facto a população de Oeiras vai perder qualidade de vida, que vai suportar aumentos sem que tenha em contrapartida proveitos na mesma ordem de razão. Esta questão, é uma questão que nós consideramos fundamental, e, é a razão porque nós levantamos objecções a esta Proposta, sabemos que isto poderá pôr numa situação também, de aperto orçamental da Câmara, devido digamos à política do Governo, poderá criar problemas à própria Câmara, mas quer-nos parecer que acima disso está a população de Oeiras, nós consideramos que para ela possa ser tida em conta, que o nosso voto será contrário a este aumento. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Luís Sousa (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Luís Sousa disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Sobre esta Proposta de aumento do Regulamento e Tabela de Taxas, basicamente a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

posição do Partido Socialista e a preocupação da bancada do Partido Socialista, tem a ver com o índice utilizado de aumento das taxas, segundo o que está aqui escrito, prevê-se e isto são dados oficiais e nacionais de uma inflação entre os dois e os três por cento, obviamente e como já disse alguém nesta Assembleia, os aumentos previstos de ordenados serão muito abaixo disto, pelo menos o que pretende a nossa Ministra das Finanças é que seja muito abaixo disso, alguns mesmo zero, e, esta é de facto uma situação que nos preocupa do ponto de vista social, e do ponto de vista futuro para o nosso País. No entanto, o que eu pergunto muito basicamente é: quando se fala numa estimativa entre dois e três por cento, porquê o majorante e não o minorante, porque é que foi utilizado o três por cento e não o dois?” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado. Senhora Presidente tenha a bondade.” -----

-----**C.M.O.**-----

-----**A Senhora Presidente da C.M.O. – Dr.<sup>a</sup> Teresa Zambujo**, deu os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente. -----

-----Bom, esta Proposta de Deliberação considera os três por cento, mas este aumento dos três por cento já os Senhores aprovaram, quando aprovaram as grandes opções e o Orçamento para dois mil e três, isto foi focado, quando vos apresentei, apresentei-vos logo um aumento de três por cento. Além de tudo mais, a actualização das taxas como sabem não tem que vir à Assembleia Municipal, é uma competência da Câmara Municipal, ele só vem aqui pelas seguintes situações: -----

-----Primeiro – porque há uma alteração num artigo para facilitar digamos, em termos processuais, quando se insere uma nova norma relativamente à transferência da titularidade de ciclomotores, como está aqui dito na Proposta de Deliberação, ciclomotores, motociclos e veículos agrícolas, no caso de não ser possível ao adquirente reunir todos os documentos

exigidos, como sejam o falecimento ou desconhecimento do paradeiro do alienante, desde que seja emitida uma declaração, sob o compromisso de honra, da veracidade, das declarações e possibilidade de ocorrer crime por falsas declarações, etc, etc. Esta norma, isto vem aqui para aligeirar procedimentos. -----

----- Um outro aspecto que vem aqui é, porque foi criada uma taxa, são essas as duas razões porque vem aqui... **(mudança de cassette)**...de maneira que não tinha nada de sequer vir aqui, porque a actualização de taxas não vem aqui, como sabem! Além disso, já as aprovaram, quando aprovaram as Opções de Estratégicas e o Orçamento. Portanto, não percebo porque é que, neste momento, Senhor Presidente, estão afundar estas questões, mas esclarecerei o que for necessário. Muito obrigada”. -----

#### **5.4.1. VOTAÇÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte e sete do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Fernando Beirão Alves, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Neno, António José Silva, Salvador Martins Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, José David Justino, José Amaral Lopes, Elisabete Oliveira, Luiz Gonzaga Menezes, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Sofia Sequeira Galvão, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Fraga e Ângela Brito Leite), sete do PS (Luís Miguel Sousa, Miguel Neves Amorim, Pedro Licínio Pereira, Irene Cândida da Silva, Luís Filipe André, Vítor Gonçalves Cabeço e Maria de Lurdes Vidal) e um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e cinco votos contra, sendo quatro da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira) e um do BE (Carlos Sousa Gaivoto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 4/2003**-----

### **PROPOSTA C.M.O. – 2079/02 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS – ACTUALIZAÇÃO DO MONTANTE DAS TAXAS.**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta dois mil e setenta e nove, a que se refere a deliberação número setenta e três da reunião da Câmara Municipal, realizada em dezoito de Dezembro do ano findo e deliberou por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte e sete do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista e um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e cinco votos contra sendo quatro da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda, aprovar a alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas, com o aumento de três por cento sobre os montantes previstos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.-----

----- (Assina esta Deliberação o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.) -----

### **5.5. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O./6751 – 03.02.12 relativa à Actualização das Comparticipações para Obras Gerais de Reforço de Abastecimento de Água para o Ano de 2003 - SMAS – Proposta N.º 2066/02.**-----

-----**Deliberação N.º 5/2003, da A.M.**-----

-----**Sr.ª Maria de Lurdes Vidal (PS)**-----

-----A Senhora Deputada Maria de Lurdes Vidal fez a seguinte intervenção:-----

-----“O problema aqui, a inflação esperada, donde é que os SMAS arranjam esta inflação esperada? Isso no documento anterior, num organismo oficial deu, portanto, entre os dois e os três. Os SMAS apresentam aqui três e meio por cento.-----

-----Era a minha dúvida.”-----

-----O **Senhor Presidente** interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “O que é três e meio por cento, no fundo a questão é esta?” -----

----- A **Senhora Deputada Maria de Lurdes Vidal** respondeu o seguinte: -----

----- “É de três e meio a inflação esperada e no documento anterior, um organismo oficial, portanto, deu uma amplitude entre os dois e três por cento. Obrigada”. -----

----- **Sr. Tavares da Cruz (CDU)** -----

----- O Senhor Tavares da Cruz referiu o seguinte: -----

----- “Nós, aqui, também no fundamental mantemos, digamos, aquela argumentação, que fizemos para o ponto anterior e chamamos a atenção, de facto, para a questão, que foi aqui levantada. Qual a razão, porque é que no caso a taxa de inflação prevista é de três por cento e noutro caso é de três e meio? Muito obrigado”. -----

----- **C.M.O.** -----

----- **Sr.<sup>a</sup> Presidente da C.M.O.** -----

----- A Senhora Presidente da C.M.O. esclareceu o seguinte: -----

----- “Não é bem a mesma questão, é a mesma, mas a resposta é muito simples. É que este documento foi preparado ainda em Dezembro, o que esperava era, realmente, três e meio com fontes oficiais, além disso, não sei se sabem, o que é que estão a aprovar? Estão a aprovar exactamente a actualização das comparticipações para as obras gerais de reforço de abastecimento de água em que, normalmente, e, esta Assembleia, já em tempos idos, se pronunciou relativamente a estas matérias. Aliás, isto também não tinha que vir aqui, mas porque achavam que os urbanizadores deviam pagar algo de substancial para estes reforços, foi pedido, que fosse informado meramente. Por isso é que eu trago aqui, porque senão, não trazia. Mas a razão é simples. Isto foi feito em Dezembro, o esperado era três e meio e a outra já não foi feito o ano passado, já foi feito este ano já com outro tipo de dados e são os urbanizadores que pagam. -

----- Não sei, se estão a perceber, o que é que estão a aprovar?” -----

**5.5.1. VOTAÇÃO**-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo vinte e cinco do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Fernando Beirão Alves, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Neno, António José Silva, Salvador Martins Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, José David Justino, José Amaral Lopes, Elisabete Oliveira, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, Sofia Sequeira Galvão, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Fraga e Ângela Brito Leite), sete do PS (Luís Miguel Sousa, Miguel Neves Amorim, Pedro Licínio Pereira, Irene Cândida da Silva, Luís Filipe André, Vítor Gonçalves Cabeço e Maria de Lurdes Vidal) e um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda), quatro votos contra da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira) e uma abstenção do BE (Carlos Sousa Gaivotto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante.-----

-----Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 5/2003**-----

**PROPOSTA C.M.O. – 2066/02 – ACTUALIZAÇÃO DAS COMPARTICIPAÇÕES PARA OBRAS GERAIS DE REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA O ANO DE 2003 – SMAS.**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta dois mil e sessenta e seis, a que se refere a deliberação número sessenta da reunião da Câmara Municipal, realizada em dezoito de Dezembro do ano findo, que ratificou a deliberação do Conselho de Administração de dezoito do referido mês e deliberou por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo vinte e cinco do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista e um do Centro Democrático Social/ Partido Popular, quatro votos contra da Coligação Democrática

Unitária e uma abstenção do Bloco de Esquerda, aprovar a actualização das comparticipações para obras gerais de reforço de abastecimento de água para o ano de dois mil e três, aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, cuja importância se transcreve. --

----- Habitação e Comércio – um euro e sessenta e três cêntimos; -----

----- Indústria – quarenta e oito cêntimos; -----

----- Equipamento – quarenta e cinco cêntimos. -----

----- (Valores por metro quadrado de construção e isentos de IVA).-----

----- Conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Assina esta Deliberação o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.) -----

## **5.6. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O./6752 – 03.02.12 relativa ao Regulamento da Piscina Oceânica de Oeiras – Proposta N.º 59/03 -----**

----- **Deliberação N.º 6/2003, da A.M.** -----

----- **Sr. Carlos Coutinho (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Carlos Coutinho referiu o seguinte: -----

----- “Nós, CDU analisámos o Regulamento da Piscina Oceânica de Oeiras, que nos é proposto. É uma peça complexa, muito difícil de prever todas as situações. Não há grande histórico em Portugal sobre equipamentos deste tipo até porque têm uma característica híbrida. Não é iminente desportivo nem totalmente lúdico, e portanto, uma peça regulamentar que a Câmara traz, reflecte um bocado a experiência que a própria Câmara tem nesta matéria e o conhecimento de outros equipamentos análogos para podermos, enfim, apreciar um regulamento, que se adequa na perfeição a este caso.-----

----- De qualquer forma, a Bancada da CDU, aqui, na Assembleia procura chamar a atenção, que nunca é pouco apostar na segurança e na formação, enfim, do atendimento a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

qualquer situação, que possa acontecer e que envolva a necessidade de primeiros socorros e portanto, dentro dessa matéria, é sempre bom que o pessoal, que está permanentemente em serviço a este equipamento, tenha a formação adequada para dar resposta a esta questão. -----

-----Nós estamos convencidos que têm, mas, de facto, é sempre bom fazer reciclagens e acompanhamento mais profundo nesta matéria, porque envolve um equipamento com centenas, muitas centenas de pessoas. -----

-----Portanto, o nosso voto vai a favor desta Proposta de Regulamento, enfim, chamando a atenção que as preocupações da Câmara, neste equipamento, têm a ver com a sua responsabilidade plena. Portanto, não há nenhum outro organismo superior a este Órgão, que é a Câmara, que depois vai arcar com a responsabilidade. -----

-----Quando as coisas correm bem, está tudo bem. O pior é quando as coisas, eventualmente, há algum acidente, que envolva crianças ou qualquer outro utente. Muito obrigado, Senhor Presidente”.-----

-----**Sr. Luís de Sousa (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Luís de Sousa fez a seguinte intervenção: -----

-----“Sobre este documento, tenho a dizer que, de facto, acho que é importante. -----

-----É um equipamento que tem um índice de frequência muito elevado no Verão e na altura em que está aberto. -----

-----Acho que é importante que tenhamos, e, penso que isto, como foi dito, faz parte um pouco da experiência, que foi adquirida ao longo dos últimos anos. Nesse sentido e como todos os regulamentos, penso que, amanhã já está desactualizado, na próxima estação já está desactualizado, o que vão acontecer são coisas novas, mas penso que é um passo importante e vamos, claramente, votar a favor este Regulamento. Muito obrigado”.-----

### **5.6.1. VOTAÇÃO**-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta, a qual foi

aprovada por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo vinte e cinco do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Fernando Beirão Alves, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Neno, António José Silva, Salvador Martins Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, José David Justino, José Amaral Lopes, Elisabete Oliveira, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, Sofia Sequeira Galvão, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Fraga e Ângela Brito Leite), sete do PS (Luís Miguel Sousa, Miguel Neves Amorim, Pedro Licínio Pereira, Irene Cândida da Silva, Luís Filipe André, Vítor Gonçalves Cabeço e Maria de Lurdes Vidal), quatro da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira), um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e um do BE (Carlos Sousa Gaivoto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **DELIBERAÇÃO N.º 6/2003**-----

**PROPOSTA C.M.O. – 59/03 – REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DA PISCINA OCEÂNICA DE OEIRAS.**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta cinquenta e nove, a que se refere a deliberação número sessenta e três da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e dois do mês findo e deliberou por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo vinte e cinco do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, quatro da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e um do Bloco de Esquerda, aprovar o Regulamento de Funcionamento da Piscina Oceânica de Oeiras, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.

----- (Assina esta Deliberação o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.) -----

### **5.7. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O./6753 – 03.02.12 relativa à atribuição de Menção de Mérito Excepcional à Funcionária Clarinda Florêncio Vidal – Proposta N.º 2018/02**-----

-----**Deliberação N.º 7/2003, da A.M.** -----

-----**Sr. Presidente** -----

-----O Senhor Presidente da A.M. esclareceu o seguinte: -----

-----“Senhores Deputados, vamos fazer do seguinte modo:-----

-----Esta Proposta, como sabem, é feita por voto secreto. Julgo que nenhum dos Senhores Deputados pretende usar da palavra. Esta matéria... Pretende? Então vou dar a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Cotas. Se mais tarde, algum dos Senhores Deputados quiser, obviamente que, também a terá e a seguir, já está a ser distribuído os boletins de voto, porque esta votação tem que ser feita por voto secreto e depois, a seguir a esta votação, faremos um intervalo de um quarto de hora, sensivelmente, antes de passar aos pontos seguintes. Porque, o barulho na sala, parece que tem muito a ver também com algum cansaço compreensível. -----

-----**Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obviamente, que a CDU vai votar favoravelmente esta Proposta. Contudo, gostaríamos de acrescentar o seguinte: -----

-----A frequência com que são atribuídos prémios desta natureza e vêm aqui, à Assembleia, parece-nos que poderá indicar deficiência, alguma deficiência na Gestão dos Recursos Humanos, porque se, de facto, a Gestão dos Recursos Humanos fosse adequada à circunstância, aos interesses dos trabalhadores, não seria necessário frequentemente recorrer a este tipo de prémios, que não são mais do que promoções por esta via. Muito obrigado”. -----

----- **Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

----- O Senhor Deputado Paulo Miranda disse o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente, peço imensa desculpa, eu não devia estar aqui, nesta altura, nesta hora, nestes minutos anteriores. -----

----- Parece que temos umas boas centenas, senão alguns milhares e tal de trabalhadores na Câmara, aos serviços da Câmara. Não entendo, mas com muita sinceridade, não entendo que, respeitando como respeito a opinião do Senhor Cotas, uma pessoa que tem provas dadas aqui, nesta Assembleia, o Senhor tem demonstrado um critério na observação e na análise das situações, que se manifeste surpreendido pela apresentação, nesta Assembleia, de um louvor ou de uma homenagem, uma espécie de homenagem, a um trabalhador que por si só tem feito algum esforço, certamente, para conseguir este louvor.-----

----- Portanto, faço um reparo e certamente que, estou preocupado, porque é a primeira vez, que eu penso, que o Senhor Joaquim Cotas não terá pensado, certamente, naquilo que disse. Disse”. -----

----- **O Senhor Deputado Joaquim Cotas** respondeu o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado não percebeu o que eu disse!” -----

----- **Sr. Presidente** -----

----- O Senhor Presidente da A.M. interveio para dizer o seguinte: -----

----- “Mas como vai haver um intervalo a seguir, vão ter oportunidade de se esclarecerem mutuamente”. -----

----- Senhores Deputados, então, far-se-á da seguinte forma: -----

----- Julgo que já todos têm boletim de voto. Certo! Já todos estão munidos do papelinho conveniente.-----

----- Vou pedir aqui, à Ilustre Secretária da Mesa, o favor de ir chamando um a um para efeitos de votação.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Escreve-se, exactamente, SIM, NÃO ou BRANCO, portanto, uma de três hipóteses. Obrigado”. -----

-----**De imediato, a Senhora Segunda Secretária, Maria Alexandra Fraga procedeu à chamada, um por um, dos Senhores Deputados com assento nesta Assembleia para efectuarem o seu voto por escrutínio secreto.**-----

### **5.7.1. VOTAÇÃO**-----

-----O Senhor Presidente da A.M. pôs à votação esta Proposta, por escrutínio secreto, a qual foi aprovada por maioria com trinta e oito votos a favor e uma abstenção, que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante.-----

-----Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

### -----**DELIBERAÇÃO N.º 7/2003**-----

**PROPOSTA C.M.O. – 2018/02 – ATRIBUIÇÃO DE MENÇÃO DE MÉRITO EXCEPCIONAL À FUNCIONÁRIA CLARINDA FLORÊNCIO VIDAL.**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta dois mil e dezoito, a que se refere a deliberação número treze da reunião da Câmara Municipal, realizada em dezoito de Dezembro do ano findo e deliberou por maioria em escrutínio secreto, com trinta e oito votos sim e um voto branco, aprovar a atribuição de mérito excepcional, à funcionária Clarinda Florêncio Santos Vidal, no sentido de reduzir em dois anos o tempo de serviço legalmente exigido para a progressão na estrutura indiciária, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.-----

-----*(Assina esta Deliberação o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.)*-----

### ----- **INTERVALO** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu os Trabalhos por alguns minutos para um breve intervalo.-----

## **5.8. Mobilidade e Transportes Públicos no Concelho de Oeiras -----**

**----- Sr. Jorge Pracana (PSD) -----**

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana disse o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente, queria fazer uma proposta à Mesa e que se consubstancia no seguinte: -- -----

----- Verificamos que os pontos 8 e 9, são pontos conexos e que talvez pudessem ser tratados em conjunto. -----

----- Por outro lado também, verificamos que o ponto 8 é um ponto extraordinariamente abrangente, aliás, julgo que, a ideia, de facto, foi essa; um pouco discutir de uma forma alargada esta questão da mobilidade dos Transportes Públicos e julgo que, facilitaria a tarefa de todos nós se, excepcionalmente, a Mesa, enfim, entendesse que a Senhora Presidente da Câmara pudesse começar por dar algumas explicações sobre esta matéria, e, que nós, posteriormente, enfim, levantaríamos as questões, que devessem ser levantadas e que poderiam, eventualmente, vir a ser esclarecidas. Porque senão, podemos estar aqui a levantar questões que depois, com um esclarecimento prévio da Câmara, ficariam dispensadas, o que permitiria, portanto, também tornar mais céleres os Trabalhos.-----

----- Portanto, era esta proposta, que deixava”. -----

**----- Sr.ª Presidente da A.M. em Exercício -----**

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal em Exercício esclareceu o seguinte:

----- “Só que, tal como o Doutor Marques Mendes tinha referido há pouco, a Mesa tinha indicações que o Senhor Deputado Carlos Gaivoto iria fazer uma intervenção sobre o ponto 8.---

----- Relativamente à discussão dos dois pontos em simultâneo, a Mesa não vê nenhum inconveniente, se os Senhores Deputados não tiverem nenhum reparo a fazer a isto. -----

----- Gostava que, através dos Líderes das respectivas Bancadas, nos dessem o vosso acordo ou o vosso desacordo”. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----**Sr. Luís de Sousa (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Luís de Sousa interveio, referindo o seguinte: -----

-----“A minha opinião é que no ponto 9 não vejo nenhum problema nessa situação, mas o ponto 9, na minha opinião, não há discussão até, porque há um pré-acordo entre os Líderes das Bancadas sobre a votação e sobre a constituição desta comissão. Portanto, não há discussão. É logo votação directa. -----

-----Essa é a minha opinião, portanto, se quiser junto tudo, tudo bem. Não tem problema nenhum”.-----

-----**Sr. Tavares da Cruz (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Tavares da Cruz referiu o seguinte:-----

-----“Nós não vemos nenhum inconveniente, pois achamos necessário, porque depois, de facto, o último ponto é quando acabar a discussão, vamos à votação”. -----

-----**Sr.<sup>a</sup> Presidente da A.M. em Exercício** -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal em Exercício fez o seguinte esclarecimento:-----

-----“Pois, vamos à votação de uma suposta comissão de acompanhamento, que a Mesa ainda não tem conhecimento. É que, uma coisa é a Assembleia Municipal, como sabem, aprovar a constituição duma comissão de acompanhamento outra será votarmos já a constituição dessa comissão. - -----

-----Já está esclarecido. -----

-----O Bloco de Esquerda não vê nenhum inconveniente?-----

-----Também não.-----

-----Então, eu daria a palavra ao Senhor Deputado Carlos Gaivoto, que tinha ficado de intervir sobre... Mas o Senhor Deputado tinha feito uma sugestão para ser a Senhora Presidente da Câmara a prestar os esclarecimentos.-----

----- Vê algum inconveniente?” -----

----- O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto** respondeu o seguinte:-----

----- “Por mim não vejo.” -----

----- **C.M.O.** -----

----- **Sr.<sup>a</sup> Presidente da C.M.O.** -----

----- A Senhora Presidente da C.M.O. esclareceu o seguinte:-----

----- “Vou aproveitar, exactamente, uma informação, que posso deixar inclusivamente, hoje, cópia aqui, mas terá que seguir a tramitação normal de remessa destes elementos à Assembleia Municipal, que é uma informação em resposta a um abaixo-assinado, que nos chegou subordinada ao tema, “Por melhores transportes para o Concelho de Oeiras”. -----

----- De qualquer forma, dizer-vos o seguinte:-----

----- Esta problemática da mobilidade é uma situação, que está a ser discutida a nível da Área Metropolitana de Lisboa, porque a temática em si, obviamente, ficaria muito insuficientemente discutida, se fosse discutida apenas a nível do Concelho “A” ou “B”. Tem que ser, de facto, discutida a este nível, tanto mais, que neste momento, e, como saberão, estamos a ter reuniões e o “estamos” é a Junta Metropolitana de Lisboa a ter reuniões com o Ministério das Obras Públicas, no sentido de, quer com o Senhor Ministro, quer com o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de se afinar o Projecto de Diploma relativo às Autoridades Metropolitanas de Transporte, e, portanto, digamos que, foi apresentado um primeiro documento, documento esse, que obteve parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses que, por sua vez, consultou as Juntas Metropolitanas de Lisboa e Porto.-----

----- De qualquer forma, independentemente desse contacto através da Associação Nacional de Municípios como interlocutor, digamos assim, com o Governo, houve, de facto, por parte do Governo e concretamente do Senhor Ministro e do Senhor Secretário do Estado, que há pouco referi, sessões de trabalho com as Juntas Metropolitanas. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----De qualquer forma, e aproveitando, exactamente, o que dizia há pouco, que era a resposta a esse abaixo-assinado e para não nos dispersarmos, iria ler, porque acho que estão aqui as partes principais, os assuntos, que respondem mais directamente a esta questão, que nos foi colocada e obviamente que, foi uma questão, que nos levou bastante tempo a elaborar, porque exigiu alguns contactos com operadoras, no sentido de ser carreado o mais possível de informação para vos poder ser dado.-----

-----De maneira que, passava a ler, Senhora Presidente para ser mais fácil:-----

-----“Em resposta ao pedido formulado pela Assembleia Municipal de Oeiras, relativamente ao abaixo-assinado, referido em epígrafe”.-----

-----Portanto o tal, que disse por “Melhores Transportes para o Concelho de Oeiras”.-----

-----“Cumpre-me informar terem sido solicitados pareceres às empresas visadas, cujas respostas, depois de analisadas, são dadas a conhecer na presente informação.-----

-----Analogamente, serão referidos os projectos actualmente em curso ou em fase de estudo, que poderão a curto, médio e longo prazo melhorar consideravelmente o panorama dos transportes colectivos no território do Concelho de Oeiras.-----

-----Relativamente aos empreendimentos em curso são já amplamente conhecidos os avanços realizados na execução do SATU, Sistema Automático de Transporte Urbano de Oeiras, que constitui uma clara aposta no transporte colectivo não poluente. Este projecto trará óbvios benefícios à mobilidade urbana na zona de Paço de Arcos, uma vez que, além de promover uma maior interligação entre pólos urbanos de Paço de Arcos e Oeiras, facilitará tanto as deslocações pendulares; casa/trabalho como as deslocações de cariz local, promovendo acesso a zonas eminentemente comerciais, onde predominam o sector terciário. Tais como as Finanças de Paço de Arcos ou a Loja da Solidariedade, a título de exemplo.-----

-----Por outro lado, uma ligação à nova Estação do Caminho-de-Ferro de Paço de Arcos e ao futuro terminal Rodoviário de Paço de Arcos, estaremos na presença de um verdadeiro

interface multimodal junto ao Centro Histórico de Paço de Arcos.-----

----- Ao nível das acções a médio prazo, encontra-se em fase de estudo o Projecto do Metro Ligeiro de Superfície, que envolve, além da Câmara Municipal de Oeiras, as suas Empresas promotoras; Metropolitano de Lisboa e Carris, bem como as Autarquias de Amadora, de Lisboa, de Loures e de Odivelas”.-----

----- Aliás, devo dizer, relativamente a esta matéria, o seguinte, fazendo aqui uma interrupção e depois já continuo a ler. -----

----- Vi, há poucos dias, noticiado, já não sei em que jornal, algo sobre esta matéria e, digamos, relativo à Câmara de Lisboa. Mas, não foi hoje que eu vi, isto foi, há já alguns dois ou três dias. Agora, já não posso precisar, mas para o caso também não interessa. -----

----- Devo-lhes dizer que, e da leitura, que fiz, muito a correr, porque era uma pessoa, que estava ao meu lado e que estava com o jornal aberto e eu li para o lado. Pronto, foi assim. Por isso é que eu li muito a correr. Não tive oportunidade. Isto é muito feio, mas estou a confessá-lo, porque foi assim que aconteceu. E portanto, e fiquei com a noção daquela leitura enviesada de que parecia que só estava Lisboa a assente, e portanto, que havia problemas relativamente aos outros traçados, sobretudo ao traçado principal. -----

----- Devo-lhes dizer que na reunião de dezasseis de Janeiro, assinei com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Amadora um documento e entreguei ao Senhor Presidente do Metropolitano e da Carris o nosso compromisso, que tinha, obviamente, em anexo todo o traçado do canal principal deste meio de transporte. Portanto, dentro do nosso Concelho até ao Concelho de Amadora. -----

----- E portanto, isto foi, de facto, aliás, foi primeiro troço a ser fechado e portanto, fiquei com alguma vontade de dar algum esclarecimento, mas, obviamente, como li aquilo a correr, podia ser até que tivesse saído já outra notícia nesse sentido, que eu, agora, estou aqui a referir, mas não dei conta. Se saiu não dei conta. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----De maneira que, isto só foi um esclarecimento, que foi agora recente e dado que hoje, então, saiu também. Ficaram esclarecidos. -----

-----Mas continuando:-----

-----“Este Projecto do Metropolitano, que visa o estabelecimento de uma ligação entre a Estação do Caminho-de-Ferro de Algés e, numa primeira fase, o Centro de Amadora e cuja vocação para as deslocações pendulares é evidente, permitirá criar uma alternativa à utilização do transporte individual na ligação entre o Concelho de Oeiras, nomeadamente na sua zona nascente; Algés, Miraflores, Carnaxide e Carnaxide/Outurela e os Concelhos de Amadora e de Lisboa. Este através da conexão prevista entre a nova linha do Metropolitano Ligeiro de Superfície e a futura Estação do Metropolitano da Falagueira.-----

-----Igualmente nesta zona nascente, mais concretamente, na Baixa de Algés, está previsto uma acção de reordenamento viário com o objectivo essencial de permitir criar um corredor-bus direccionado ao longo da Rua Damião de Góis e da parte da Alameda Salvador Allende, artérias que canalizam elevados fluxos de passageiros, utilizadores do transporte colectivo rodoviário actual. Portanto, autocarros e eléctricos.-----

-----Ainda no âmbito da melhoria das condições proporcionadas aos transportes colectivos no território do Concelho de Oeiras, encontram-se em estudo um conjunto de intervenções imediatas, fruto do intercâmbio de informação entre a Autarquia e os operadores, que servirão como desbloqueadores em zonas, onde a circulação não se efectua actualmente nas melhores condições.-----

-----Algumas das referidas intervenções serão articuladas com a DGTT com vista à comparticipação do Estado na sua implementação.-----

-----Entre estas intervenções, podem destacar-se a remodelação em duas fases no Terminal Rodoviário da Estação do Caminho-de-Ferro de Caxias, o reordenamento da circulação com a implementação de um corredor-bus no Terminal Rodoviário da Estação do Caminho-de-

ferro de Oeiras, a semaforização do entroncamento da Rua da Fraternidade Operária, em Carnaxide, o que permitirá a melhoria das condições de circulação dos transportes colectivos nesta zona ou a implementação de um corredor-bus na Rua Tenente General Seferino Sequeira, também em Carnaxide, que beneficiará a fluidez da circulação, naturalmente, nesta Rua e em particular na Avenida de Portugal.-----

----- No que diz respeito aos assuntos relacionados com os operadores, referidos anteriormente, é de referir-se, serem os transportes um sector em que para definir uma rede, que traga benefícios a um colectivo de utilizadores, há que, por vezes, sacrificar algumas necessidades individuais, dadas as características de exploração, que norteiam as empresas, nomeadamente as privadas.-----

----- Desta forma, não havendo procura que o justifique, é impossível apresentar oferta de transporte compatível com as necessidades de uma pequena minoria em determinadas horas do dia, principalmente no que se refere ao horário nocturno.-----

----- Por outro lado, como também foi anteriormente apontado, a existência, no território do Concelho, de algumas situações em que aos transportes colectivos rodoviários não são ainda dadas as melhores condições de operacionalidade, leva a que o seu desempenho possa, ocasionalmente, sair prejudicado tanto ao nível da frequência como da possibilidade de cumprimento de horários.-----

----- No entanto, é de referir, a aproximação, que tem, gradualmente, vindo a acontecer entre a Câmara Municipal e os operadores do Concelho, no intuito de poderem ser dados cada vez mais passos no sentido de se poder trabalhar com vista a um objectivo comum, objectivo esse, que passa pela melhoria das condições oferecidas ao transporte colectivo, cujo resultado apenas poderá ser a melhoria das condições de mobilidade, conforto e segurança dos moradores no Concelho de Oeiras num horizonte temporal, que se deseja o mais curto possível”.-----

----- Ora bem, esta será a informação, obviamente, que vem como resposta àquele abaixo-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

assinado, aqui, para a Assembleia e vem já amanhã. Hoje, podem ficar com a cópia, mas vem, formalmente, amanhã para que tudo isto fique registado. -----

-----Entretanto, esta situação, como sabem, é uma das que foi identificada como preocupação e como, digamos, prioritária, em termos de intervenção e digamos, que aproveitamos todos os fóruns no sentido de recolhermos informação detalhada para podermos documentar tudo isto. Nesse sentido, ainda hoje, hoje dia vinte cinco, temos técnicos nossos a participar, concretamente no Ministério das Obras Públicas, num colóquio, deixei-me dizer-lhes, num encontro, não interessa, a dignação é pouco importante, em que se discutiram exactamente movimentos pendulares na Área Metropolitana de Lisboa 1991/2001, portanto, neste horizonte temporal e portanto deslocações entre o local de residência, o local de trabalho, isto tudo. -----

-----Apercebemo-nos, de facto, que, como aliás era natural, não estaríamos à espera de outra coisa, que tínhamos informações detalhadas sobre a matéria e, como tal, ficou desde logo solicitado para quem esteve a representar-nos elementos, que pudessem serem utilizados e portanto trabalhados por nós no sentido de irmos atacando, deixei-me utilizar esta terminologia, atacando este problema.-----

-----Dizer-vos também que estou a representar a Junta Metropolitana de Lisboa na Unidade de Gestão, no Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo e uma das coisas, que fiz questão de referir a dada altura, na última reunião da Unidade de Gestão, a que gostava de ver o Metropolitano Ligeiro de Superfície aprovado, dado que é um grande projecto e tem que adquirir notificação a Bruxelas, mas de qualquer das maneiras com o parecer favorável da Unidade de Gestão em que, no mês passado, aprovou o metro a Sul do Tejo e, portanto, com uma participação, que nós sabemos que, em princípio, deve ser idêntica. -----

-----Portanto, espero bem e terei e farei chegar esta informação na próxima reunião, aliás já o fiz chegar informalmente ao Senhor Presidente da Carris, mas de qualquer das maneiras, fazê-la chegar agora, quando tivermos reunião em Março, que não sei, se está marcada ou se

confirma no dia treze de Março, se não for no dia treze de Março, enfim, é em meados de Março. Não interessa. Direi, quer ao Senhor Presidente da Carris, quer ao Senhor Presidente do Metropolitano de Lisboa, de que fiz a intervenção reivindicando, digamos assim, uma parcela do financiamento comunitário de cerca de trinta por cento, vinte e nove vírgula oito por cento ou vinte e oito vírgula nove por cento, agora não estou bem certa, de uma comparticipação senão superior, idêntica àquela que o Metro a Sul do Tejo irá, em princípio, receber, se o posicionamento de Bruxelas, face ao grande projecto, for favorável. -----

----- De maneira que, o que me foi dito pelo Gestor, pelo Coordenador da Medida, é que, em princípio, estariam a contar dar-lhe esse enquadramento. Ora, se assim for, e tem sido esta a nossa posição e temos estado massivamente nas reuniões, que se têm realizado na Carris ou no Metro sobre esta matéria, e portanto, e temos vindo a passar a mensagem de que não precisamos de ter tudo isto definido entre as diversas autarquias e os operadores, obviamente, para nós avançarmos e, portanto, valeria a pena avançar com o canal principal no nosso território. Sendo que, ainda há problemas de acerto, mas isso é perfeitamente natural, porque também não é isso que vai ser objecto de candidatura, portanto, não há grandes crises. -----

----- As antenas ainda estão por definir, as antenas relativas a Carnaxide e a Linda-a-Velha e, portanto, que há dados, que estão a ser trabalhados. Nestas coisas, para além da oferta e da procura, há traçados mais ou menos convenientes e, portanto, há todo o conjunto de factores, que têm de ser ponderados para depois se poder avançar para uma solução definitiva. -----

----- De qualquer forma o canal central está, de facto, definido e, neste momento, aliás, devo dizer, se, se confirmassem as informações, que nos foram dadas em Outubro, nessas reuniões, cinco meses depois, nós tínhamos a obra a começar, portanto, já estaríamos com a obra a começar, neste momento e a obra no terreno. Dado que, ainda estão alguns estudos a decorrer. E, fomos informados no dia dezasseis de Janeiro, que alguns estudos estão a decorrer, portanto, não sei, quando é que começam a contar os cinco meses, mas espero que seja rapidamente e,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

portanto, tudo faremos, na nossa parte, para que isso avance neste sentido.-----

-----De qualquer forma, este assunto, como disse e termino, exactamente, como comecei, é algo que está a ser, digamos assim, tratado numa maneira muito séria, mas mesmo muito séria quer pela Junta Metropolitana de Lisboa, de “per si”, quer em conjunto com a Junta Metropolitana e Governo. -----

-----Senhora Presidente, peço imensa desculpa, mas não sei, se me pediram para o do PDM também que diga alguma coisa? Não! Peço desculpa, estava distraída naquele momento. Quer que eu diga alguma coisa do PDM agora, aqui ou digo a seguir?” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M. em Exercício** respondeu o seguinte: -----

-----“Como entender. -----

-----Não houve pedidos de esclarecimento, porque a intervenção começou pela Câmara.”

-----A **Senhora Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção, esclarecendo o seguinte:-----

-----“Então posso dizer já. -----

-----Relativamente ao PDM, dar-vos conta do seguinte: -----

-----Agora, em meados de Março vai ser levada à reunião de Câmara o processo que fundamenta a proposta para ser apreciada e, obviamente, votada em reunião de Câmara no sentido da revisão do PDM. -----

-----Neste momento, estamos a trabalhar no documento de fundamentação, que sabem que é, ao fim e ao cabo, um “pontapé de saída” de tudo isto. Isto, obviamente, sem quer ir, não vale a pena omitir, temos estado a trabalhar naqueles estudos, que chamei, a dada altura, estudos preliminares, que são importantes. Aliás, todo um conjunto de documentos, que foram sendo elaborados e que podem parecer, a dada altura, que são elaborados de forma avulsa, mas, obviamente, que não o são e têm todos uma articulação e uma razão de ser. E portanto, vão-nos servir de muito para a elaboração e para a fundamentação desse posicionamento. -----

----- Relativamente ao processo em si, é um processo, que já o próprio trezentos e oitenta obriga, exactamente, a essa participação, uma participação activa de todos, mas, digamos que, a ideia da Câmara é que, realmente, seja uma participação efectiva e não só uma participação para dizer que se cumprem passos ou para dizer que se cumprem calendários. Não é esse o objectivo.

----- Neste momento está a ser trabalhado no interior da Câmara, ainda, para poder ser apresentado ao Executivo para ser generalizada dentro da Câmara, incluindo o Executivo, a situação. Será trabalhado e acompanhado e participado pelas Juntas de Freguesia. Será alargado e eu vi com muito bons olhos, devo dizer, este ponto na Ordem de Trabalhos. Porque, exactamente, corresponde, portanto, esta Comissão de Acompanhamento é uma forma, logo à partida, de Assembleia Municipal estar envolvida e é muito mais fácil para todos; quer para nós, que estamos a trabalhar mais directamente no processo, quer para os Senhores Deputados, que já ficam muito mais familiarizados e, portanto, será muito mais fácil, certamente, no momento em que chegar aqui um documento já conclusivo, e portanto, todos nós lucraremos com isso. -----

----- Entretanto, vamos também abrir a discussão a um fórum, eu diria, para além, obviamente, de todo o oeirense, digamos assim, poder participar pelos meios normais e previstos, nomeadamente através da Internet, enfim, tudo isto, mas haver aqui um fórum em que estarão alguns dos principais agentes de desenvolvimento do Concelho para poderem acompanhar mais de perto também todo esse processo. E, quando digo os principais, são mesmo em todas as áreas de uma forma perfeitamente diversificada e ampla. -----

----- Também fazemos uma situação, que é importante e que por força das circunstâncias, na altura, quando tudo isto surgiu e que havia aquele “cutelo”, se bem se recordam, aqueles que são dessa época. Ainda há gente muito nova aqui, que não se lembra, não estava nestas andanças, mas a dada altura e os primeiros PDM’s aparecer, digamos que, a dada altura, avançaram ainda com muito mais pressão, quando alguém disse: “atenção, se não tiverem PDM, não há Fundos Comunitários”. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Estava na Administração Central, nessa altura, e a trabalhar, exactamente, nesse processo, e, obviamente que, digamos, todo o processo de planeamento e desses instrumentos de planeamento territorial avançaram. Avançou todo este processo, mas eu diria que também, na altura, também estávamos todos em processo de aprendizagem e ainda continuamos, porque aprendemos até morrer, mas de qualquer das maneiras, o cerzir de fronteiras foi qualquer coisa, que não foi muito apurado. Houve uma consciência plena disso. Mas é óbvio que, ainda que tivesse havido, obviamente, situações mais informais, mas, digamos que, a formalidade da situação de cerzimento não foi, de facto, uma prática muito comum. E, portanto, é importantíssimo que as autarquias vizinhas também tenham e que nós possamos trabalhar de uma forma articulada com as autarquias vizinhas para que não haja, de facto, fossos entre território, que não faz muito sentido, e que devemos pensar, de facto, em termos de Área Metropolitana de Lisboa e ter pensamos dessa natureza e não ficar confinados ou limitados por uma questão ou outra ou que mais que não seja protagonismo ao nosso Território.-----

-----E, portanto, ter essas preocupações.-----

-----É evidente que, para o desenvolvimento destes trabalhos e para além dos estudos preliminares, que há pouco referi, que estão a ser já desenvolvidos há algum tempo, há estudos adicionais, que têm de ser desenvolvidos. O processo vai ser feito na Câmara, portanto, dentro da Câmara como, aliás, já vem sendo prática nossa, é feito dentro da Câmara, podendo e devendo ter, como é óbvio nestas coisas, alguns apoios exteriores, nomeadamente em termos de determinadas áreas, que são mais complexas e que obrigam a uma reflexão, que não faz mal nenhum que nós possamos utilizar alguém, que todo o dia não vive estas coisas e que, portanto, está, digamos, com um maior distanciamento para analisar e para poder também trazer lufadas de ar e alguma conceptologia também mais aprofundada.-----

-----Como é óbvio, o Plano de Mobilidade é algo que, neste momento, já está a ser..., nós não lhe chamamos Plano de Mobilidade, mas é o Plano de Mobilidade ao fim e ao cabo, é algo

que já está a ser trabalhado na nossa “casa”, como se costuma dizer. Vamos, certamente, precisar de agregar a nós os tais contributos exteriores, mas enfim, já está a ser tudo preparado no sentido do seu quadro de referência destas coisas todas. E enfim, outras temáticas foi neste contexto, que há pouco, quando falei na Agência de Energia e Ambiente, também vos referi, que era com certeza uma identidade, que teria de trabalhar nestas matérias e matéria de ambiente de uma forma muito ligada a nós para podermos, de facto, com os diversos apoios, os diversos contributos, nós podermos construir aquilo, que achamos, que deve ser a nossa estratégia de desenvolvimento e que tem aqui a ver já com um conceito bem mais amplo do que anteriormente, que os primeiros PDM’s, e, portanto, a tal primeira geração de PDM’s. -----

----- Neste momento, já o conceito é diferente, já entra outro tipo de, digamos assim, de vertentes para completarem esta. Mas isso é o normal. É a normal evolução destes instrumentos.

----- É isto, que vos gostaria, neste momento, de dizer e ficava por aqui, Senhora Presidente. Muito obrigada”. -----

----- **Sr. Carlos Gaivoto (BE)** -----

----- O Senhor Deputado Carlos Gaivoto disse o seguinte:-----

----- “Quando, há umas semanas, propus, portanto, na Ordem de Trabalhos, que se abrisse um ponto sobre mobilidade, ordenamento do território e PDM, estava e estou convicto que este é um assunto demasiado complexo para ser resolvido numa Assembleia Municipal.-----

----- No entanto, a experiência profissional, que tenho, leva-me, exige-me que isto, também pela discussão, que tive com os meus camaradas, exige que esta proposta seja feita nesta Assembleia Municipal. -----

----- Não vou evocar a minha experiência profissional para isto, em termos de ter participado no Plano Regional de Ordenamento do Território ou de vários estudos de transporte, a ideia que no fundo, tentarei dar como contributo da minha intervenção nesta Assembleia, enquanto aqui estiver, é sobretudo para tentar informar e também poder contribuir para a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

formação de muita gente, que discute estas questões dos transportes.-----

-----São assuntos, que são importantes para o nosso modo de vida. Que tem uma actualidade que a todos diz respeito. Não vou, enfim, descrever as causas e os efeitos, que determinadas políticas de transportes têm, embora elas venham, com certeza, mais tarde ou mais cedo, ao de cima.-----

-----O que pretendemos com isto, é que, de facto, sejam introduzidas metodologias de trabalho que em Concelhos, como este, são importantes e são actuais. -----

-----Também sabemos que, o próximo Quadro Comunitário de Apoio, apoiará e, sobretudo, projectos ligados à energia e ambiente.-----

-----Os modos de transporte colectivo vão nesse sentido, e portanto, quaisquer propostas, que possam haver de redes de transporte colectivo, estão a contribuir e poderão, enfim, até recorrer-se desses Fundos Comunitários.-----

-----Estes assuntos são, de um modo geral, assuntos que não são só do domínio dum Concelho. Evidentemente, estamos numa Área Metropolitana, que tem investido, só nos últimos dez anos, mais de mil milhões de contos, portanto, em termos de infraestruturas de transporte e equipamento. Mas, todos nós sabemos que cada vez mais as pessoas se movem com recurso ao automóvel, com ocupação de espaço, com aumento de poluição, aliás, nós já ultrapassamos os índices, que assinamos do Protocolo de Quioto.-----

-----Temos um consumo energético por passageiro/quilómetro dos mais elevados, visto que também recorremos ao transporte automóvel. -----

-----Portanto, todos estes assuntos são assuntos, há uma temática e uma problemática, que exige-nos, que nós sejamos esclarecidos e participativos nas propostas, que porventura possam mudar este estado de coisas.-----

-----Ora, a próxima revisão do PDM também tem muito e tem, se calhar, sobretudo, a ver com isto. Porque, a partir do momento em que, por exemplo, se discutia numa Comissão

Municipal de Saúde a localização de determinados equipamentos de saúde, e, nós sabemos que um dos motivos de deslocação, muitas vezes, são questões de saúde. Isto, se formos a somar o transporte escolar, a mobilidade da população escolar, portanto, das deslocações obrigatórias, e, estamos falar só de passageiros, não estamos a falar de mercadorias, porque também aí, há um plano de mobilidade a fazer, nós, provavelmente, ficaremos mais resguardados... **(Mudança de Cassete)** ...fazer relativamente a projectos, a sub-projectos, a programas operacionais, que não ficam só pelo domínio dos transportes, nomeadamente a Senhora Presidente da Câmara evocou o projecto de metro ligeiro de superfície, evocou o SATU, evocou a rede de transporte público de passageiros. Todos estes projectos, todas estas redes devem ser analisadas e devem ser analisadas com algum cuidado científico e com algum cuidado técnico. É por isso que uma das razões porque o projecto de metro ligeiro de superfície, por exemplo, ainda hoje, tem alguma discussão sobre variantes de traçado, porque estamos à espera que estudos, que foram encomendados durante o ano dois mil e dois sejam concluídos, como por exemplo, o Estudo Procura, o Estudo de Impacto Urbanístico, o Estudo de Reestruturação da Rede de Autocarros, etc., etc. -----

----- Ora, nesse sentido, até porque hoje já foi aprovada a criação da Agência de Energia e Ambiente. Quanto a mim, muito bem. Que não custará, como eu, aliás, disse nesse ponto, não estará dissociada desta problemática, e, porque hoje até já se fala, portanto, de novas estações ferroviárias da Linha de Cascais, etc. Todos estes problemas terão que ser enquadrados, quer localmente, quer ao nível do território da AML. E, nesse sentido, penso que a proposta, que nós, portanto, o Bloco de Esquerda apresenta aqui à Assembleia Municipal, que aliás, já no ponto b), uma vez que há uma proposta do PSD para constituir a Comissão de Acompanhamento, alteraria e poderia apoiar a constituição da Comissão de Acompanhamento, portanto, que está proposta. É no sentido, de facto, de alterar a forma como muitas vezes abordamos ou explicitamos projectos, que estão a ser desenvolvidos dentro do Concelho. Até porque o Concelho tem mais de cento e cinquenta mil habitantes e portanto, tem uma população muito nova, mas também tem uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

população muito fixa, mas não sabemos, por exemplo, dentro deste conceito, qual a percentagem das deslocações a pé ou qual a percentagem das deslocações em automóvel? Qual a percentagem das deslocações em TC? Quantos transbordos é que se fazem? Qual o percurso médio? O que é que se gasta em energia? Quais são o número de acidentes, por exemplo. Quais são os pontos, aqueles pontos que num Observatório, por exemplo, de transportes, dirão, que são os pontos críticos, os pontos onde há maior número de acidentes mortais, etc. -----

-----Portanto, todos estes instrumentos de análise, que nos ajudam a compreender a realidade à nossa volta, são sempre instrumentos que nos auxiliam na tomada de decisões posteriores. -----

-----Ora, muitas vezes, há decisões que passam pelo casuísmo puro e simples, portanto, vê o imediato, mas não vê o estratégico. E, nesse sentido, até porque a próxima revisão do PDM terá que consubstanciar preocupações de ordem ambiental e de energia e também de uma maior aposta do transporte colectivo. Há aqui decisões que independentemente de quem está hoje à frente da Vereação da Câmara ou de Partidos, que compõem esta Assembleia Municipal, penso que há nesta área do transporte muito motivo para a herança, que vamos deixar para as gerações futuras de ser melhor do que aquela que está a ser desenhada no momento. -----

-----Resta também acrescentar que algumas das recomendações do Plano Regional de Ordenamento do Território, que aliás, em termos de figura jurídica serve como orientação para os Planos Directores Municipais e se fossemos, por exemplo, tomar à letra uma das recomendações desse Plano Regional de Ordenamento do Território, uma delas era, e parece-me que acaba por ser muito evidente, a contenção na construção do edificado, que se está a espalhar na Área Metropolitana de Lisboa. Aliás, dizia-me alguém, numa sessão, que tivemos aqui no dia dezoito, portanto, de preparação sobre esta temática da mobilidade, que se todos os PDM's fossem cumpridos, em termos de crescimento habitacional, estaríamos a preparar esta Área Metropolitana de Lisboa para uma população de seis milhões de habitantes, o que é irrealista. ----

----- Ora, tendo presente estas preocupações e das quais, alguns dos projectos, eu conheço e estou preocupado pela execução rápida deles. Aliás, aqui um parêntese à Senhora Presidente da Câmara, ontem houve uma sessão na Cordoaria, portanto, a propósito do Falagueira/Santa Apolónia que é, digamos, a outra linha complementar a esta e a outra linha também que será de Alcântara/Aeroporto que já, em termos de plano de desenvolvimento dessa rede, estará também a ser assumido pela Câmara Municipal de Lisboa. Portanto, fecho parênteses, isso não tem a ver um bocado, tem a ver um bocado com a vivência, que a gente tem tido no âmbito do projecto do metro ligeiro. Mas que estas questões, este exemplo é o exemplo do que hoje muitos dos técnicos de transporte põem em cima da mesa, porque se fizeram avultados investimentos em infra-estruturas e equipamentos de transporte, que estão sobredimensionados para as necessidades. Não melhoraram a qualidade das deslocações. As pessoas continuam a perder, aliás, ainda não tive oportunidade daquilo que o Engenheiro Marçal me fez chegar a propósito da reunião, que a Senhora Presidente disse há bocado, que foi das deslocações pendulares, que houve no Ministério das Obras Públicas, mas os indicadores, tudo apontam para que, cada vez mais, as pessoas sejam penalizadas com transbordo, gastem mais tempo em transporte, hajam mais acidentes, haja mais poluição.-----

----- O meu discurso então conclui-se com o seguinte: a proposta está em cima da mesa. Penso que, tem de ser entendida pela edilidade no sentido de ser um contributo para melhorarmos as metodologias de trabalho de análise de propostas, que vamos fazer no futuro, e, sobretudo, até porque, penso que não querendo estar-me a substituir ou não descrendo, mesmo o próprio munícipe não estando a quer substituir-se àquilo que são as preocupações, até, evocadas aqui pela Presidente da Câmara no que diz respeito à autoridade responsável pelos transportes, das Juntas Metropolitanas. Reformas, que são urgentes e necessárias nos sectores dos transportes.-----

----- Toda a gente, que anda neste mundo, sabe que são precisas, mas esta matéria de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fazer-se um plano de mobilidade dentro do Concelho é o melhor contributo que o Concelho pode dar para no futuro, quando estiver a dialogar com essas autoridades responsáveis pelos transportes ou com a Junta Metropolitana dos Transportes, saber localmente o que é que quer e como é que pode fazer isso na prática. Portanto, é nesse sentido que a proposta está feita”.-----

-----**Sr. Pedro Licínio Pereira (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Pedro Licínio Pereira referiu o seguinte: -----

-----“Complementando a intervenção do Senhor Deputado Carlos Gaivoto, penso que poderia acrescentar alguma coisa nesse sentido. -----

-----Considero que é extremamente oportuno introduzir este tema, esta preocupação no dia a dia das preocupações da Câmara e das populações, nomeadamente face à natural expectativa em torno da Autoridade Metropolitana de Transportes que se pensa vir a surgir a muito curto prazo, após um período longo de indecisões de sucessivos Governos. Quem está ligado a esta problemática, sabe que assim é. Portanto, houve demasiado tempo de indecisões sobre esta questão, que é fulcral. -----

-----A mim parece-me evidente que limitar a actuação sobre a mobilidade no Concelho de Oeiras é insuficiente, pois é necessário reflectir também na mobilidade de e para o Concelho de Oeiras. - -----

-----Muitos munícipes, que infelizmente, se deram conta dos constrangimentos da mais variada ordem, resultantes do desenvolvimento terciário do Concelho, os quais estão pura e simplesmente a degradar de forma insuportável a sua qualidade de vida em áreas até há pouco tempo assumidas como exclusivamente residenciais. Isto é um facto. Temos que reflectir sobre isto. -----

-----Há, portanto, que repensar o desenvolvimento do Concelho em torno do PDM. É uma ideia fulcral, que foi aqui exposta, e muito bem, de forma a atenuar os constrangimentos, atrás referidos, e evitar futuros erros. Após tal, haverá que encontrar soluções concretas de

mobilidade, que constituam alternativa ao TI, que tanto penaliza a nossa área. -----

----- Feita esta pequena exposição sobre a matéria, não resisto a terminar com um exemplo paradigmático, que provavelmente não sei se a Câmara se deu conta, mas que, e que pode ser uma boa proposta para aproveitar meios existentes num País tão carenciado de meios para realizar obra concreta. Nós temos no Concelho de Oeiras, a partir de Algés até à Cruz Quebrada, um troço importante em via-férrea em catenária, que está praticamente nova e que nunca foi utilizada para o fim que foi construída. -----

----- Parece-me que tem todo o sentido com alguma urgência indagar junto das entidades competentes, qual a razão porque tal aconteceu? E, faz todo o sentido pensar, dadas as características da zona do Dafundo e do equipamento, que está no Estádio Nacional, accionar, digamos, a utilidade desse troço, que pode tanto beneficiar a muito curto prazo, nomeadamente a área do Concelho de Oeiras. E era tudo por agora”. -----

----- **Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente)** -----

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira fez a seguinte intervenção: -----

----- “A primeira coisa, que nos parece ser de definir em termos de mobilidade tanto dentro do Concelho como para fora do Concelho, é efectivamente, se a opção é pelo transporte privado ou pelo transporte colectivo. -----

----- Toda a gente sabe, por exemplo, as médias de circulação dos autocarros dentro da Cidade de Lisboa que, em algumas carreiras, atingem o valor ridículo de cinco quilómetros/hora.

----- Todos nós sabemos as horas, que se passam dentro dos automóveis e dos transportes colectivos para sairmos do Concelho para chegar a Lisboa aos nossos locais de trabalho ou até mesmo, e essa é uma situação que se tem vindo a agravar ultimamente, dentro do próprio Concelho.- -----

----- Terciarização, que o Colega falou há pouco, diárias que anteriormente eram iminentemente residenciais, leva a que alguns pontos do Concelho estejam absolutamente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

bloqueados praticamente durante todo o dia. O caso, talvez, mais flagrante seja o da Rotunda da Solvi, em Linda-a-Velha, em que, efectivamente, passar naquela Rotunda é um autêntico pesadelo. Os transportes públicos chegam a estar ali imobilizados cerca de trinta minutos para fazer a Avenida 25 de Abril de Linda-a-Velha até chegar a essa Rotunda. -----

-----Ora, enquanto nós não definirmos qual a opção, que privilegiamos no que se refere a produtividade. Andamos assim um pouco a “dar tiros para o ar”, porque as medidas que vamos tomando, como também já foi referido pelo Senhor Deputado Carlos, são medidas pontuais que resolvem situações no imediato, mas que, em termos de médio prazo e de futuro, por vezes, vem complicar as coisas. E, há diversas intervenções, que estão previstas, mas que nunca mais são assumidas e pela descrição que a Senhora Presidente fez das obras em curso em estudo ou em acções a médio prazo, não fez qualquer referência a elas. -----

-----E, mais uma vez vou-me referir à Via Longitudinal Norte que continua por ser construída. As prometidas circulares às localidades, evitando que a circulação, que não se dirige para a própria localidade, não vai interferir na sua acessibilidade. E, por último, penso que há que fazer um esforço muito grande com os operadores de transportes colectivos do Concelho para termos mais transportes colectivos, não só com uma periodicidade maior, mas também com a abertura de novos percursos. E, chamo a atenção que, por exemplo, o sector oriental do Concelho está praticamente, em termos de transporte rodoviário colectivo, está praticamente isolado do sector ocidental. Sair de Queijas, por exemplo, para Oeiras, o número de carreiras é simplesmente insignificante. Sair de Queijas para Caxias, localidades fronteiras, é praticamente impossível, e portanto, penso que, efectivamente, há que estudar muito, há que avançar rapidamente, porque cada dia que passa e pelos compromissos assumidos, em termos do desenvolvimento urbanístico do Concelho, cada dia que passa o número de viaturas aumenta, o número de munícipes aumenta, e, as respostas não vão, efectivamente, surgindo. -----

-----É tudo por agora”. -----

----- **Sr. Salvador Costeira (JF Porto Salvo)**-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo, Senhor Deputado Salvador Costeira fez a seguinte intervenção:-----

----- “É importante nesta matéria, visto que já foram aqui feitas algumas reflexões, que eu julgo de muito interesse, dizer alguma coisa sobre toda esta história.-----

----- Não há dúvida nenhuma que os Planos Directores Municipais constituíram um instrumento importante, porque vieram preencher uma lacuna na área do urbanismo, dado que as urbanizações em Portugal eram um bocado realizadas aos repelões e de harmonia com certas estratégias de pressões, que existam em várias áreas.-----

----- Logo os Planos Directores Municipais e a nossa Presidente, há bocado, já referiu uma situação, que foi a sua obrigatoriedade em determinada altura, visto que era fundamental, mas dizia eu que esses Planos Directores Municipais foram uma peça importante no momento em que apareceram. Mas, temos que reflectir um pouco sobre isto. É que o Plano Director Municipal de Oeiras, naturalmente, não tem nada a ver com o de Cascais, nem com o de Lisboa e nem com o de Amadora, quer dizer, os Planos Directores Municipais foram aparecendo consoante a capacidade dos Municípios de os levarem por diante e sem haver uma perspectiva de conjunto, que era extremamente importante.-----

----- Hoje, estamos a sentir isso, porque há processos de desenvolvimento que variam de concelho para concelho sem haver a tal ideia de conjunto.-----

----- Ora vem uma altura em que a maioria das câmaras começam a proceder à revisão dos PDM's, é extremamente importante ter uma ideia de conjunto em relação a todas estas matérias.

----- E mais, os PDM's quando surgiram, foram, digamos, muito limitados nas disciplinas que acolheram.-----

----- Já hoje aqui falámos na mobilidade, mas há outras. Há disciplinas que têm de ser agora reanalisadas na área social, na área da cultura, na área desportiva, enfim, numa série de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aspectos, que são extremamente importantes. -----

----- E mais, é preciso começar a pensar nos modelos de gestão, que algumas câmaras já pensam, há muito tempo, para assegurar a realização de determinados empreendimentos. Logo, há aqui, também, um factor a nível económico que tem de começar a ser pesado. -----

-----Julgo que tudo isto é extremamente importante, as pessoas devem-se preocupar, porque, na realidade, o desenvolvimento urbano das vilas, das cidades e dos concelhos é uma quota importantíssima no desenvolvimento social das populações. Muito obrigado”. -----

-----**Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana disse o seguinte:-----

-----“Queria começar por referir que as preocupações desta Câmara relativamente às questões, aqui trazidas, que aliás, são extremamente pertinentes, e não só de agora, vem depois. Recordo, aliás já foi hoje aqui referido, que o projecto do SATU, enfim, passou de um projecto à execução desse mesmo projecto. É um elemento importante numa dinâmica moderna e amiga do ambiente, dadas as condições não poluentes do mesmo. -----

-----Recordo-me também que hoje mesmo aqui aprovámos a constituição da OEINERGE, que, de facto, vem, uma vez mais, demonstrar essas preocupações.-----

-----Recordo que, sem com isso pretender, de facto, tirar outra interpretação que não aquela que resulta dos textos que os documentos, que vieram ao nosso conhecimento e que, aliás, enfim, já foram objecto de aprovação, neles resulta, por exemplo, que a preocupação desta Agência, a folhas dois do documento; “dá resposta à necessidade de agir, à escala local, no âmbito das questões ligadas à Energia e ao Ambiente..., à redução das emissões de gases com efeito de estufa...”, com que isso significa, por exemplo, em termos, se calhar, de opções, e aqui está uma eventual resposta ao Senhor Deputado da CDU, quanto, enfim, a opções entre público e privado. --- -----

-----De todo o modo, há que dizer também que essa própria OEINERGE define a folhas

dois como um dos seus principais objectivos, a maior coerência e consistência das Políticas Municipais de Transporte de Planeamento e Gestão Urbana e para que, de facto, esse objectivo seja consistente, nós verificamos que temos, como membros fundadores desta organização, a Companhia de Caminhos-de-ferro Portugueses e a VIMECA Transportes, o que, portanto e desde logo, demonstra claramente uma preocupação desta Câmara em envolver nestes objectivos todos os parceiros, que de alguma maneira, se dirigem de e para este Concelho, no caso da CP ou nomeadamente, no caso da VIMECA dentro do próprio Concelho e para fora dele. -----

----- Isto leva-me, portanto, a uma segunda questão, que tem a ver com a proposta, aqui em análise, apresentada pelo Senhor Engenheiro Carlos Gaivoto. De facto, nós entendemos que esta proposta, sem pôr em causa, enfim, a sua validade, peca por tardia e isto porquê? Porque, de facto, muitas das questões, aqui definidas como recomendações, a Câmara já está, efectivamente, a tratar delas. Já referi há pouco o caso da OEINERGE. -----

----- A Senhora Presidente, nos esclarecimentos prévios, referiu-se ao trabalho, que está a ser, de facto, francamente desenvolvido quanto ao Plano de Mobilidade. -----

----- Está em estudo, um estudo sério, conforme aqui foi referido, um trabalho sério, quanto à Autoridade Metropolitana de Transportes e, portanto, não temos dúvidas nenhuma que a Câmara já há muito absorveu esta ideia da necessidade de definir novos mecanismos de mobilidade e de melhoria da qualidade de vida, que sempre foi uma preocupação deste Concelho. -----

----- Por outro lado também, vemos que, no fundo, a proposta acaba por, sendo através da Constituição ou através do apoio à Constituição, ser absorvida por uma outra preocupação de todos nós, Deputados desta Assembleia Municipal, no que respeita à criação de uma comissão, que hoje vai ser também ela alvo de, enfim, eventual aprovação nesta Assembleia. -----

----- Por outro lado também, há que referir e salientar que estas questões, que são, de facto, importantes e como disse o subscritor da Moção, depende de uma análise com elevados



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cuidados científicos e técnicos e disso, de facto, julgo, que ninguém tem dúvidas. -----

-----Portanto, nós entendemos que, todo este trabalho e todas estas recomendações, se calhar, são recomendações, que devem ser feitas a essa comissão para em parceria com a Câmara dar sugestões mais adequadas, ser, digamos, quase um parceiro interlocutor entre as preocupações desta Assembleia e as preocupações da Câmara. -----

-----E essa é, de facto, a razão pela qual consideramos que a especificidade técnica das questões, aqui em aberto, e eu, de forma alguma, sou especialista nessa matéria. Não o sou. A não ser na perspectiva do utilizador. Permite-me, de facto, referir que entendemos como muito mais interessante o trabalho a desenvolver por essa comissão em parceria com a Câmara que seguramente irá, de facto, ouvir aquilo que tiver, os membros dessa comissão, como referi. -----

-----As recomendações, que aqui estão, a Câmara tem-las seguido. -----

-----Foi referido, de facto, aqui o que tem sido feito. -----

-----Aprovamos, hoje, aqui, realmente, um elemento demonstrativo desse facto, e por isso, nós consideramos que a solução mais adequada, se assim fosse entendido pelo Senhor Subscritor da proposta, seria, enfim, retirá-la, dado que toda esta envolvente está discutida e irá ser discutida necessariamente nessa comissão. A não ser assim, necessariamente, enfim, o Partido Social Democrata terá que votar contra a proposta, não por aquilo que ela representa em si, mas porque consideramos que as recomendações não têm de ser feitas, porque elas estão a ser cumpridas e entendemos que essa comissão, que irá ser constituída, é, de facto, o órgão com capacidade mais adequada para desenvolver todos estes mecanismos e estas recomendações, que constam desta proposta. -----

-----Mas, o Senhor Deputado Carlos Gaivoto melhor dirá. Muito obrigado”. -----

-----**Sr. Luís Pereira de Sousa (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Luís Pereira de Sousa fez a seguinte intervenção: -----

-----“Este é, de facto, um assunto, que nos preocupa a todos. É o assunto da mobilidade

dos transportes e tudo o que envolve toda esta área, tem preocupado o Partido Socialista. E, pensamos, e isso é claramente uma das minhas ideias, que esta Assembleia claramente está unida na intenção de resolver, de ajudar, a resolver não, porque é impossível. Mas de ajudar e dar contributos positivos para que possamos fazer alguma coisa.-----

----- No entanto, gostava de começar a minha intervenção com um estudo que vai ser apresentado amanhã e que foi feito pelo Gabinete de Estudos do Ministério das Obras Públicas que, curiosamente, nos diz que a utilização, na Área Metropolitana de Lisboa, do automóvel aumentou dezanove por cento nos últimos dez anos e que a utilização dos transportes públicos reduziu treze por cento nos últimos dez anos. -----

----- É curioso dizer que quarenta e cinco por cento das pessoas se deslocam na Área Metropolitana de Lisboa sem automóvel, vinte e dois por cento em autocarro, dezasseis por cento a pé, dez por cento de comboio e três por cento de eléctrico e metropolitano. E, mais curioso disto tudo é dizer que o tempo de deslocação nestes dez anos, apesar de ter aumentado o automóvel, não aumentou. Pelo contrário, reduziu as durações médias entre a deslocação das pessoas. --- -----

----- Este é, de facto, um assunto que nos deve preocupar, porque, de facto, os transportes não têm funcionado e não funcionam. Este é um estudo muito interessante e que deve ser utilizado para reflexão de tudo aquilo que vamos fazer. -----

----- O PS, e a minha Bancada, sempre trouxe e está disponível para trazer e para ajudar as ideias. Defendemos que o metro de superfície é claramente um valor acrescentado e defendemos que a Via Longitudinal Norte também não está concretizada. É também uma Via importante para o Concelho de Oeiras. -----

----- O Concelho de Oeiras é claramente um Concelho, que está entroncado de vários concelhos e que é diariamente visitado, entre aspas, por pessoas, que passam por aqui para Lisboa do Concelho de Cascais, do Concelho de Sintra, e, tem que ter alternativas, tem que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

arranjar alternativas.-----

-----Mais curioso é que muito recentemente foram colocadas portagens na CREL, que era, de facto, um dos meios alternativos para os habitantes de Sintra e para os habitantes de Amadora e, esta Câmara demonstrou-se favorável à colocação dessas portagens, trazendo para Oeiras e trazendo para as saídas de Oeiras mais carros para as pessoas fugirem a pagar portagens em relação à CREL.-----

-----É curioso, só para ter uma ideia, que a CRIL teve um aumento de doze mil carros. É curioso! Mas isso, foi uma postura tomada pelo Executivo da Câmara e pela Senhora Presidente mais concretamente, favoravelmente, contra as portagens, que claramente o PS já o demonstrou, é contra e vem também alertar os munícipes de Oeiras.-----

-----Mas, gostava também de vos dizer que o PS defendeu também parques de estacionamento, defendeu-os na campanha eleitoral e tinha maneira de os realizar e tem ideias para isso. -------

-----Mas, um dos grandes slogans do PSD foi a criação de dez mil novos parques de estacionamento, que faz tudo parte de todo este processo de mobilidade e transportes, porque trata-se de algo importante, mas sou muito honesto, e há pouco dizia um Deputado da Bancada do PSD, o que a Câmara promete, faz, e, eu sou-vos muito honesto, neste ano e meio não vi nada sobre este assunto. E, pergunto muito claramente à Senhora Presidente da Câmara se tem dinheiro, se tem dinheiro para dar à PARQUES TEJO e para fazer parques de estacionamento neste Concelho. Isto para mim é o mais pertinente, se há dinheiro para isto e para criação destes novos parques de estacionamento.-----

-----Mas também a Senhora Presidente há pouco falava que este é um processo, em termos de Área Metropolitana, que tem de ser feito em termos de todas as Câmaras e tem que haver aqui um processo de harmonia em todas as Câmaras.-----

-----É curioso, o Senhor Presidente da Câmara de Lisboa vem dizer, há muito pouco

tempo, à comunicação social que, na opinião dele, os comboios deviam terminar em Algés. Portanto, a estação, que existe hoje, entre Cascais e o Cais do Sodré devia de terminar em Algés. Isto coloca um problema gravíssimo a Oeiras, porque tem de arranjar alternativas claras, senão, vai ser o pandemónio completo.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara de Lisboa, que penso que a Senhora Presidente da Câmara tem conhecimento do que ele veio para a comunicação dizer, e deve ter alternativas e ter funções para tudo isto e deve estar em sintonia com ele, penso eu, portanto, somos vizinhos. Portanto, há claramente aqui, como a Senhora Presidente dizia, uma necessidade de colaboração e de boa vizinhança entre as várias Câmaras e da Área Metropolitana.-----

----- Também muito curioso em relação à Câmara de Lisboa, acho isto das parcerias muito interessante, porque ainda hoje também saiu no jornal uma notícia, que dizia que o metro de superfície para a Grande Lisboa, basicamente para a Grande Lisboa e dizia também que o projecto ainda não tem orçamento e nem está pensado ainda. Mas não falo em Grande Lisboa, não falo na Área Metropolitana, tudo isto vem para a comunicação social. Oeiras nunca é falado, portanto, são estas as nossas preocupações e também a disponibilidade completa, por isso esta comissão ser formada com os nossos conhecimentos, com aquilo que achamos e que o PS pensa que é melhor nesta área poder trazer para o nosso Concelho, para vivermos melhor em Oeiras. Vamos participar nesta comissão de bom agrado. -----

----- Gostava também, só para terminar, em relação à proposta feita pelo Bloco de Esquerda e pelo Engenheiro Carlos Gaivoto, é nossa opinião, que é despropositado, porque face à criação da comissão, acho que a comissão é que pode ir e deve trazer tudo isto e deve, juntamente com a Câmara, dar ideias e discutir todos estes assuntos. Penso que, neste sentido, a proposta, nesta própria Assembleia, porque nós não vamos pedir profundamente nada. Estamos a falar de ideias gerais e estamos a falar daquilo que achamos que é melhor em termos de transportes e mobilidade para o Concelho e das nossas preocupações e daquilo que nos vai na



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

alma.-----

-----Portanto, é a opinião do PS.-----

-----Esta, de facto, é uma proposta despropositada. Terá todo o sentido em reunião de comissão discutir isso e darmos como recomendações, juntamente com a Câmara, interessantes.

Portanto, eu também, em nome do PS, penso que proponho ao Engenheiro Carlos Gaivoto que possa retirar esta proposta. Porque, no fundo, ela está, de facto, bem conseguida e bem feita, mas acho que não tem sentido nesta Assembleia e neste momento. Obrigado”.-----

-----**Sr. Tavares da Cruz (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Tavares da Cruz disse o seguinte:-----

-----“Vou ser muito breve e só faço intervenção, porque penso que há aqui alguma confusão, no meu entender, sobre a proposta, que o Bloco de Esquerda, apresentou. -----

-----Penso que a proposta, que o Bloco de Esquerda apresentou, sintetiza, digamos, de uma forma clara a grande parte da intervenção da Senhora Presidente da Câmara. Há aqui uma questão, que se pode pôr, que é o seguinte: -----

-----Dá a ideia que a proposta diz: recomenda isto como se a Câmara não tivesse a fazer. E, penso que aqui, é que está a questão. De facto, a Câmara, de acordo com aquilo que disse e que nós sabemos da Senhora Presidente, a Câmara já está a fazer isso.-----

-----Ora, eu entendo esta proposta como o apoio àquilo que a Câmara está a fazer e, daí, eu, talvez altera-se e pedia-se, digamos, ao proponente da proposta para alterar a proposta no sentido de dizer o seguinte:-----

-----O Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Municipal recomendar ao Executivo da Câmara que continue a desenvolver os trabalhos, que no fundo está aqui e que são aqueles trabalhos que a Senhora Presidente indicou. -----

-----Parece-me extraordinariamente importante que, pela primeira vez, a Assembleia discuta um problema destes e faça aquilo que deve fazer; fazer recomendações à Câmara e mais,

e, essas recomendações são no sentido quase de unanimidade. -----

----- Penso que isto é, de facto, um problema, que se todos nós fizermos um bocado de esforço, conseguimos, de facto, aprovar esta proposta. Porque me parece, digamos, das intervenções, que foram aqui feitas pelos vários Grupos, que é este, digamos, o sentido daquilo que todos nós queremos. -----

----- Portanto, eu pedia para se considerarem, de facto, e levantar e fazer uma redacção. Que não houvesse dúvidas. Que nós consideramos que a Câmara já está a fazer e que a Assembleia, portanto, recomenda que ela continue a fazer. -----

----- Era só esta intervenção. -----

----- Desculpe Senhora Presidente, mas foi, digamos, não tem nada que ver com os aspectos técnicos. É apenas um aspecto, que me parece importante, para que nós façamos um esforço para nos entendermos num assunto tão importante”. -----

----- **Sr.<sup>a</sup> Presidente da A.M. em Exercício**-----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal em Exercício colocou à consideração do Senhor Deputado Carlos Gaivoto o seguinte: -----

----- “Perguntava ao Senhor Deputado Carlos Gaivoto qual é a sua posição, que me parece que, como ouviu a proposta, tem a decisão final”.-----

----- **O Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** respondeu o seguinte: -----

----- “Estou de acordo com esta sugestão”.-----

----- A **Senhora Presidente da A.M. em Exercício** continuou, perguntando o seguinte: --

----- “E, qual é a sugestão?-----

----- **O Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** esclareceu o seguinte: -----

----- “De alterar aqui, quando se diz: “A Assembleia Municipal recomendar ao Executivo da Câmara, que continue a encetar como actividade...”. -----

----- A **Senhora Presidente da A.M. em Exercício** retorquiu o seguinte: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Repare, penso, e vou dar a interpretação que a Mesa faz. Tanto quanto nós percebemos, há, pelo menos, três Bancadas, que acham ou que consideram que face à criação duma comissão, que emerge desta Assembleia, que a proposta do Bloco de Esquerda é, tenho dificuldade em classificar, mas redundante...”. -----

-----O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** acrescentou o seguinte:-----

-----“É um contributo”. -----

-----A **Senhora Presidente da A.M. em Exercício** continuou, referindo o seguinte: -----

-----“Pronto, é um contributo. -----

-----Não vem como contributo, vem como proposta, que creio, que não será votada por algumas Bancadas. -----

-----A interpretação política que cada Bancada faz, é a interpretação política que cada Bancada faz e tem direito a fazer. -----

-----O Senhor Deputado do Bloco de Esquerda entende que pode no limite alterar aqui um parágrafo. Não me parece que, apesar dessa alteração...”. -----

-----O **Senhor Deputado Tavares da Cruz (CDU)** intervém, interrompendo a exposição da Senhora Presidente da A.M. em Exercício, mas como o faz de microfone desligado, tornou-se impossível a sua transcrição -----

-----A **Senhora Presidente da A.M. em Exercício** continuou a sua intervenção, perguntando ao Senhor Deputado Carlos Gaivoto o seguinte:-----

-----“Então, ponho a questão: -----

-----Retira a proposta ou não retira a proposta?”. -----

-----O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** respondeu o seguinte: -----

-----“Eu não retiro a proposta”. -----

-----A **Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte:-----

-----“Então vamos proceder à votação da proposta”. -----

----- O **Senhor Deputado Luís Pereira de Sousa (PS)** interrompe a intervenção da Senhora Presidente da A.M. para referir o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, conceda-me um pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda. Que nos explique mais claramente este ponto d), em termos de declaração de utilidade pública, “tomar decisões de investimentos em infraestruturas e equipamentos de transporte para rede de Transporte Colectivo e Transporte Público de Passageiros após declaração de utilidade pública aceite em Assembleia Municipal”.” -----

----- O **Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** esclareceu o seguinte: -----

----- “Vou explicar. -----

----- Como sabe ou se não sabe, pronto, fica a saber, lá fora é já uma figura jurídica, quando se toma decisões sobre determinados projectos, haver uma consulta pública e a declaração de utilidade pública, digamos, tem algum carácter vinculativo. Ou seja, na escolha de determinados projectos, que envolvem grandes verbas e que têm dificuldades de financiamentos, mas por serem necessários e por essa demonstração estar feita e que após o processo de consulta pública para efeitos de declaração de utilidade pública, há metodologias, embora a nossa Lei Jurídica, nestas áreas, seja pouco clara. E, portanto, nesse sentido, aquilo que nós estamos a introduzir aqui como matéria para orientação, até nas próprias decisões futuras, é, no fundo, esta recomendação. Ou seja, haver um processo de consulta pública, quando há determinadas opções e após esse processo de consulta pública, haver uma declaração de utilidade pública com efeitos de execução para posterior execução. -----

----- Já agora aproveito só para esclarecer também o Senhor Deputado Pracana do PSD, eu entendo que isto tanto pode ser assumido pela, e aliás, acho que deve ser assumido pela Comissão de Acompanhamento, que nós vamos formar, como também uma metodologia de trabalho da própria Câmara, da própria Edilidade.-----

----- Por isso, eu não vejo as dúvidas, que colocou, não vejo como é que isto pode ir



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

contra o espírito de que a Câmara, aliás, está a fazer? Portanto, se a Câmara está a fazer um Plano de Mobilidade. Ótimo! Isto só reforça esse andamento”. -----

-----**Sr. Paulo Miranda (CDU/PP)** -----

-----O Senhor Deputado Paulo Miranda fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, é só para fazer uma rectificação às coisas, que Vossa Excelência disse. É que, se esqueceu de dizer que, houve três Partidos, que manifestaram opinião. Logicamente, eu não me manifestei, porque já tinha manifestado na reunião de Líderes, e, é por isso, que eu não me manifestei. -----

-----Com este pedido de esclarecimento da alínea d) e com o esclarecimento do Senhor Engenheiro Carlos Gaivoto, logicamente, que eu vou manter a minha decisão. -----

-----Se for totalmente reformulada, não só essa alteração, que propõe, mesmo assim o CDS, Partido Popular não vai votar a favor, porque não considera necessária estas recomendações todas, dada a existência da Comissão”.-----

-----**Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana referiu o seguinte:-----

-----“Penso que a sugestão do Senhor Deputado da CDU tornaria a proposta ainda mais complexa do que ela já é. Tornava-a pior. Tornava-a contraditória. Porque não faz sentido irmos afirmar, por exemplo, na alínea a) que, enfim, se apoia a continuidade da actividade da Câmara e a seguir, por exemplo, impor à Câmara a criação de uma comissão de acompanhamento, da realização pública. Quer dizer, esta proposta ou era toda reformulada numa perspectiva, de facto, daquilo que se entende como adequada ao trabalho já desenvolvido, que está a ser desenvolvido pela Câmara ou então, qualquer “corte e costura”, que nós façamos aqui, torna ainda isto pior. E, conseqüentemente pelos motivos, que já expôs, continuamos a entender que, esta questão é uma questão da comissão e que não deve ser aqui tratada. Obrigada”.-----

-----**Sr.ª Presidente da A.M. em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício disse o seguinte: -----

----- “Vamos, então, proceder à votação da Proposta do Bloco de Esquerda, que está na posse de todos os Senhores Deputados e que foi oportunamente distribuída”. -----

### **5.8.1. VOTAÇÃO** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício pôs à votação esta Proposta, a qual foi rejeitada com vinte votos contra, sendo dezanove do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Santos, António Joaquim Moreira, José Eduardo Neno, António José Silva, Salvador Martins Costeira, José Vilhena Milhano, Jorge Silva Pracana, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Fraga e Ângela Brito Leite) e um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda), oito abstenções do PS (Luís Miguel Sousa, Miguel Neves Amorim, Marcos Sá Rodrigues, Pedro Licínio Pereira, Irene Cândida da Silva, Luís Filipe André, Vítor Gonçalves Cabeço e Maria de Lurdes Vidal) e cinco votos a favor, sendo quatro da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Manuel Pinto ferreira) e um do BE (Carlos Sousa Gaivotto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante.-----

### **----- PROPOSTA DO BLOCO DE ESQUERDA-----**

#### **----- Mobilidade/Ordenamento do Território/PDM -----**

1. No PROTAML (Plano Regional do Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa), publicado em Diário da República em Abril de 2002, após aprovação em Conselho de Ministros, ficou evidenciada a necessidade de se elaborarem “Planos de Mobilidade” como forma de se reequilibrar/corrigir distorções nas deslocações de pessoas e mercadorias; -----
2. O modelo de transportes associado ao modelo de Ordenamento do Território propõe



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

algumas soluções (infraestruturas e equipamentos) para melhorar a Rede de Transporte Público de Passageiros, nomeadamente, a Rede de Transporte Colectivo. -----

-----Atentos a esta problemática e porque, em nosso entender, o Plano de Mobilidade” é uma forte ferramenta para ajudar à revisão do próximo PDM, o Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Municipal recomendar ao Executivo da Câmara, o seguinte: -----

- a) Encetar como actividade da Câmara, a elaboração e publicação do “Plano de Mobilidade”, como instrumento estratégico, afectando para isso os meios necessários; -----
- b) Constituir uma Comissão de Acompanhamento do Plano de Mobilidade com representantes eleitos (Membros da Assembleia Municipal); -----
- c) Realizar reuniões de discussão e consulta pública às conclusões e Propostas Prévias resultantes do Diagnóstico à Mobilidade; -----
- d) Tomar decisões de investimentos em infraestruturas e equipamentos de transporte para redes de Transporte Colectivo e Transporte Público de Passageiros após declaração de Utilidade Pública aceite em Assembleia Municipal. -----
- e) Tomar como orientações estratégicas do PDM, as recomendações do Plano de Mobilidade. -----

### **5.8.1.1. Sr. Luís de Sousa (PS) – DECLARAÇÃO DE VOTO - -----**

-----O Senhor Deputado Luís de Sousa fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“A Bancada do PS absteve-se desta Proposta, por uma razão muito simples; penso que isto é uma questão de metodologia. -----

----- Nós, claramente, concordamos com o que está aqui escrito, mas é uma questão de metodologia.-----

-----Penso que, para isso, não teria sido criada a comissão. Acho que esta comissão é que vai ter que emanar todo este assunto e por essa razão nos abtemos. Porque, no fundo,

concordamos com isto, mas é uma questão de metodologia e achamos que não é pertinente”.-----

**5.8.1.2. Sr. Jorge Pracana (PSD) – DECLARAÇÃO DE VOTO - -----**

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “O PSD votou contra esta Proposta, não só pelos motivos anteriormente expostos e que em síntese se resumem ao facto de se considerar que a Câmara tem já vindo a desenvolver pelo conjunto de tarefas, que se enquadram nestas preocupações de mobilidade, como por outro lado, pelo facto de se entender que caberá à comissão desenvolver, pela sua especificidade técnica, as diligências necessárias a uma cabal acompanhamento desta questão. Muito obrigado”.

**5.9. Constituição de Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM e da Mobilidade no Concelho. -----**

----- **Sr.<sup>a</sup> Presidente da A.M. em Exercício -----**

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício referiu o seguinte: -----

----- “Vamos agora proceder à eleição da comissão, que é constituída por todos os Grupos Parlamentares. -----

----- Escuso-me de ler, porque demos instruções ao secretariado para distribuir. Portanto, penso também que os Senhores Deputados têm em vosso poder a Constituição da Comissão, que hoje será eleita, aqui, na Assembleia.-----

----- Por razões técnicas e metodológicas, entendeu-se, que esta eleição deveria de ser feita por voto secreto e vamos proceder como temos procedido habitualmente. -----

----- Quem quiser votar sim, vota SIM, quem quiser votar não, vota NÃO e quem se abstém, deixa o voto em BRANCO. -----

----- Vamos, então, proceder à chamada”. -----

**5.9.1. VOTAÇÃO – Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM e da Mobilidade no Concelho -----**

----- Procedeu-se à chamada para votação por sufrágio secreto, tendo sido verificados os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

seguintes resultados:-----

-----Foram registados 32 votos favoráveis;-----

-----E 2 votos BRANCOS. -----

-----O respectivo documento da Constituição da Comissão dá-se por transcrito e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----

-----**PROPOSTA** -----

-----**Membros da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM e da Mobilidade no Concelho de Oeiras** -----

-----Os Grupos Parlamentares junto da Assembleia Municipal de Oeiras indicam como Membros a integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM e da Mobilidade no Concelho, os seguintes elementos: -----

-----PSD: **1. Efectivo** - Senhor Salvador António Martins Bastos Costeira -----

----- **2. Suplente** – Dr.<sup>a</sup> Sofia de Sequeira Galvão -----

----- PS: **1. Efectivo** - Eng.º Pedro Licínio Brandão Martins Pereira -----

----- **2. Suplente** – Dr. Luís Miguel Pereira de Sousa -----

----- CDU: **1. Efectivo** - Arqt.º José Manuel Milheira Pinto Ferreira -----

----- **2. Suplente** – Dr. Carlos Alberto de Sousa Coutinho -----

----- CDS/PP: **1. Efectivo** - Dr. Paulo Henrique Pereira Mendes de Miranda -----

----- BE: **1. Efectivo** - Eng.º Carlos Fernando de Sousa Gaivoto -----

-----Seguem-se Assinaturas dos Subscritores -----

**5.10. Informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Actividade do Município, nos termos da alínea e), do n.º 1, do Artigo 53.º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas na Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ---**

-----**Sr.<sup>a</sup> Presidente da A.M. em Exercício** -----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício disse o seguinte:-----

----- “O ponto 10, como sabem não é passível de votação, mas eventualmente poderá haver algum dos Senhores Deputados que queira fazer alguma intervenção. -----

----- Se faz favor Senhora Deputada. Não se importa de referir o seu nome, que ainda não nos conhecemos, para ficar registado”. -----

----- **Sr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Vidal (PS)** -----

----- A Senhora Deputada Maria de Lurdes Vidal fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então é assim, dei-me ao trabalho de estar aqui a ver os números e então encontrei alguns erros, não lhe quero chamar erros, incorrecções. -----

----- Portanto, no caso destes documentos saírem daqui, deste recinto fechado, era bom que se procedesse, portanto, à sua revisão”. -----

----- **Sr.<sup>a</sup> Presidente da A.M. em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício perguntou o seguinte: -----

----- “A Senhora Deputada, pelo que percebo, está a referir-se a erros de português?”. -----

----- A **Senhora Deputada Maria de Lurdes Vidal (PS)** esclareceu o seguinte: -----

----- “Não, a números; a situação financeira e Grau de Execução Orçamental. -----

----- Erros, portanto, onde está Orçamento, os números orçamentados são os realizados, dá percentagens mal. E, portanto, a altura em que o Orçamento é zero, e há realização, a percentagem nunca será zero de execução, mas sim infinito. -----

----- E, há, para aí, alguns errozitos, aí, nesse aspecto. -----

----- Portanto, era bom que, antes de sair daqui, se é que esse documento sai daqui, era bom que se revise”. -----

----- **Sr.<sup>a</sup> Presidente da A.M. em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício respondeu o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada, muito obrigada, mas é difícil, pelo que eu estou a perceber, localizar aquilo a que se está a referir. Tanto mais que não está paginado, e, eu própria tenho



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dificuldade. E portanto, se quiser precisar.-----

-----Se calhar, sugeríamos-lhe que no final falasse com a Senhora Presidente da Câmara. Porque para nós é extremamente difícil e é mesmo difícil que fique registado, porque o documento não tem uma sequência de páginas.-----

-----Portanto, é um pouco difícil”.-----

-----A **Senhora Deputada Maria de Lurdes Vidal (PS)** disse o seguinte:-----

-----“Eu digo depois. Eu estou disponível para dar aquilo, que eu encontrei dos erros”.---

-----**Sr.<sup>a</sup> Presidente da A.M. em Exercício**-----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício referiu o seguinte:-----

-----“Sim senhora, para dar a sua sugestão. Nós agradecemos. Muito obrigada.-----

-----E, a Senhora Presidente estará disponível, com certeza também, para a receber”.-----

-----**Sr. Tavares da Cruz (CDU)**-----

-----O Senhor Deputado Tavares da Cruz fez a seguinte intervenção:-----

-----“Vou ser muito breve ao contrário, digamos, daquilo, que eu gostaria, porque, de facto, continuo a considerar que este documento é um documento, que merece uma análise, da nossa parte, bastante considerável do documento e por duas razões:-----

-----Primeiro os números, que estão aqui na parte financeira e no aspecto do controle do Plano de Actividades, vão ser discutidos na altura do Relatório. Portanto, nem sei se são provisórios ou não, mas de qualquer maneira, merece a pena, digamos, nessa altura discuti-los. --

-----Realço apenas uma questão, que me parece, que há alguma melhoria, que é o seguinte:--- -----

-----Penso que a dívida a fornecedores diminuiu substancialmente.-----

-----A ideia, que eu tenho, é que a dívida a fornecedores, o ano passado, devia andar pela roda dos dez milhões de euros e neste momento anda por cinco. Digamos, é a ideia que eu tenho, pelo menos, pelos números, que estão aqui. Portanto, já é uma questão positiva.-----

----- Por outro lado, os elementos, que estão aqui assim dados, tal como os das outras vezes, apesar deles continuarem a ter um aspecto, digamos, de rol de actividades e de realizações, que talvez merecessem um bocado melhor de arrumação e de esclarecimento, também passarei. -----

----- O fundamental que eu queria dizer era o seguinte e queria chamar a atenção da Senhora Presidente para a sua intervenção inicial, do ponto anterior, quer dizer, que é exactamente do meu ponto de vista aquilo, que deve haver um ponto aqui, neste Relatório. Que é? O que é que vai acontecer e o que é que está projectado para este Concelho? Nós, pela primeira vez, ouvimos, aqui, informações sobre os transportes e sobre o Plano de Actividades, que penso que deveriam estar aqui, nos vários relatórios. -----

----- Continuo a pensar que no Relatório deviam de estar aqui referenciados como é que se está a pensar, por exemplo, aqueles elementos, aqueles pontos, que nós já tivemos aqui a dizer, que é, como é que está a fundição? Como é que estão determinadas obras, que estão aqui, que nós podemos influenciar ou melhor, fazer recomendações à Câmara antes do facto consumado.----- ~

----- Penso que continua haver, aqui, esta falha e eu continuo, digamos, a pedir à Senhora Presidente para se debruçar sobre isto e para pôr um ponto aqui de algumas actividades, que estão em curso; como reuniões, como questões, que ainda hão-de dar alguma substância depois a actividades aqui, no nosso Concelho.-----

----- Portanto, era isto e torno a dizer, e isto é para a Mesa, é que, mais uma vez, nós estamos a cometer uma coisa errada. É que este ponto, de acordo com a Lei, deve estar no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos das reuniões.-----

----- Pensava, portanto, isto foi visto na Reunião de Líderes, eu pensava que ele tinha passado para primeiro ponto, mas afinal de contas, voltou, outra vez, ao décimo. Isto não está correcto e não está conforme com a Lei. Estamos a cometer uma ilegalidade. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Chamava a atenção para a Mesa para este aspecto. Muito obrigado”-----

-----**Sr. Carlos Gaivoto (BE)** -----

-----O Senhor Deputado Carlos Gaivoto disse o seguinte: -----

-----“É a primeira vez que eu olho para um Relatório de Actividades da Câmara. A Câmara, para mim, é mais do que aquela enumeração e descrição de um conjunto de pormenores, que estão ali, minuciosamente inventariados e, julgava que, um relatório, deste tipo, tivesse alguma normalização no que diz respeito à sua execução. Isto é, nós, na nossa actividade profissional tentamos fazer sempre o melhor e aquilo, que aprendemos; seja no dia-a-dia, seja em cursos de formação, seja nas discussões com outras opiniões, etc. -----

-----Ora, a Câmara, evidente, que tem aqui representados, até na sua própria Assembleia, alguns Presidentes de Juntas de Freguesia, por exemplo, uma sugestão, que eu faço, é que, um relatório, deste tipo, até porque o território é vasto e a população está demasiado dispersa e portanto, tem afectos a cada essa parte do território equipamentos e infraestruturas, etc., mas sugeria que no futuro este tipo de relatórios pudesse fazer um balanço, se calhar, freguesia a freguesia.-- -----

-----Agora há projectos, evidentemente, que são transversais a todas as Juntas de Freguesia.- -----

-----Há programas, por exemplo, eu posso evocar aqui o Programa PROQUAL em que passa por um conjunto de Freguesias, que é um projecto de requalificação urbana e que merece um bocado, pormenorizadamente, a nossa atenção, e, até ver, até que ponto é que já está executado ou não.-----

-----Este tipo de apresentação de relatório que me parece mais um relatório de, que é compilação dos Relatórios de Actividades dos vários Departamentos da Câmara ou das várias Direcções da Câmara, não sei qual é, na escala hierárquica, o que é que está acima e abaixo.-----

----- Seja como for, penso que não pode ser apresentado, a esta Assembleia, como um

somatório desses relatórios de actividades, sob pena de estarmos a perder-nos nos corredores da Câmara, portanto, do conhecimento, que efectivamente a Vereação tem, mas para o qual, nós nem sequer temos esse conhecimento. -----

----- Seria mais interessante, mais educativo, mais formativo e mais informativo quer para as Juntas de Freguesia, quer para os Membros da Assembleia Municipal, se este tipo de relatórios não fosse produzido e fosse produzido deste modo, que eu sugeri”. -----

----- **Sr.<sup>a</sup> Presidente da A.M. em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício esclareceu o seguinte:-----

----- “Parece-me que não há mais intervenções. -----

----- De qualquer forma, a Mesa quer prestar dois esclarecimentos; um, é ao Senhor Deputado Tavares da Cruz, e, esclarecer o seguinte: -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia entendeu ordenar a agenda da forma como está, porque entende que é mais produtiva a actividade desta Assembleia manter o ponto de Informações no final do que logo a seguir ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

----- Obviamente que todos nós estamos aqui para que os munícipes de Oeiras tenham a sua vida mais célere, mais bem resolvida, e, penso que esse esclarecimento já foi dado em tempo oportuno e eu só estou a retransmiti-lo, digamos. Mas, de qualquer forma, deixava uma sugestão: era que, oportunamente, transmitisse isso depois em sede própria ou directamente ao Senhor Presidente da Mesa...”. -----

----- O **Senhor Deputado Tavares da Cruz (CDU)** interrompeu, dizendo o seguinte: ----

----- “É que posso fazer isto, mas propor à Assembleia para autorizar, porque se não está a cometer uma ilegalidade. É só isso”. -----

----- A **Senhora Presidente da A.M. em Exercício** continuou a sua intervenção, dizendo o seguinte: -----

----- “Depois, queria explicar o seguinte: é que isto não é um Plano de Actividades. O



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Plano de Actividades, a Assembleia aprova-o anualmente e nem é o Relatório de Actividades. É a Senhora Presidente da Câmara que entende, de dois em dois ou de três em três meses, dar conta...”. -----

-----**A intervenção da Senhora Presidente da A.M. em Exercício foi interrompida por manifestações vindas das Bancadas da Assembleia, mas tornaram-se inaudíveis, pelo facto, do microfone estar desligado.** -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** continuou a sua intervenção, dizendo o seguinte: -----

-----“O Senhor Deputado sugeriu que, neste documento, fosse dada conta da actividade que a Câmara vai desenvolver.-----

-----Ora bem, isto não é um Plano de Actividades. Isto é uma informação, que a Câmara dá à Assembleia da actividade, que vai sendo desenvolvida. -----

-----De qualquer forma, não sei, se a Senhora Presidente quer dar algum esclarecimento sobre as questões, que foram aqui levantadas”.-----

-----**Sr. Costa e Castro (JF Carnaxide)** -----

-----O Senhor Deputado Costa e Castro esclareceu o seguinte: -----

-----“É só para dar um esclarecimento ao Senhor Deputado, Engenheiro Carlos Gaivoto. Esta Informação Escrita da Câmara Municipal é dada à Assembleia Municipal. -----

-----As Juntas de Freguesia dão a mesma informação escrita às Assembleias de Freguesia. É isso, que a Lei determina e é isso, que nós estamos a fazer. Obrigado”.-----

-----**C.M.O.** -----

-----**A Senhora Presidente da C.M.O.** fez o seguinte esclarecimento:-----

-----“Acho que há, aqui, uma grande confusão. -----

-----De facto, há dois instrumentos ou dois momentos importantes de discussão, que tem como base instrumentos que, de facto, tem de ter outro nível; outro detalhe, outra estrutura, que

está normalizada. Estamos a falar concretamente daquilo, que habitualmente se chamava, no passado, o Plano de Actividades que agora são as Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o respectivo ano e depois, falamos num outro, que são elementos de execução, que é o Relatório. Isto não é um Relatório e, portanto, não estejamos aqui a comparar coisas incomparáveis. Isto não é o Relatório, e, portanto, aqueles que nunca viram um Relatório numa Câmara Municipal, eu percebo que tenham alguma dúvida e que considerem isto insuficiente. É evidente, isto é uma mera informação escrita. -----

----- Uma mera informação escrita. -----

----- Um Relatório é uma coisa grossa com explicação de desvios, com explicação de porque é que é isto, porque é que é aquilo, porque é que é aqueloutro, e, portanto, não é nada disso. -----

----- Depois, há outra situação, que me parece que realmente é importante ressaltar: foi aqui referido pelo Senhor Deputado Gaivoto que o PROQUAL é um projecto. -----

----- O PROQUAL não é um projecto. -----

----- O PROQUAL é um Programa, que tem relatórios próprios exigidos pela própria Comunidade Europeia, tem períodos de apresentação, de análise, enfim, sedes próprias para a aprovação. -----

----- Não confundamos as coisas. -----

----- Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Deve ser espelhado no Relatório de Actividades anual da Câmara. Isto sem prejuízo de, obviamente, eu dar todos os esclarecimentos que os Senhores entenderem, mas não tem de ser invertido numa coisa, que é uma mera informação escrita. -----

----- Portanto, não confundamos as coisas. Porque, se me chamam a isto Relatório, então eu digo que..., ou a este tipo de exigências da informação periódica, que está estipulada em Lei, então, por amor de Deus, eu não assino como Relatório, como é óbvio! -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Depois, há aqui uma outra situação, que é importante: as Juntas de Freguesia. Mal das Juntas de Freguesia que estivessem a reagir e a informar os seus fregueses pelos Relatórios. -

-----Como sabem, nós estamos em Fevereiro e esta informação, conforme a Lei diz, reporta-se a um período anterior que até a um ano transacto, neste caso, que é Novembro e Dezembro. -----

-----Portanto, quando discutimos as informações escritas, e de acordo com a Lei, isto já está desactualizado, como é óbvio! Não faz o mínimo sentido. -----

-----Os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia têm com a Vereação da Câmara reuniões mensais nas últimas sextas-feiras de cada mês onde são colocadas todas as questões para ficar..., isto sem prejuízo de contactos, obviamente, periódicos, que entenderem por bem fazer com o Executivo da Câmara; com o Presidente ou com algum dos Vereadores, no sentido de esclarecerem as questões. -----

----- Portanto, não confundamos instrumentos que isto não é Relatório, coisíssima nenhuma. Isto é uma informação. Meramente uma informação escrita.-----

-----Portanto, vamos lá ver, se a gente se entende que é para não estarmos a falar de coisas, que são perfeitamente incomparáveis. Não tem nada que vir aqui à colação, neste momento. - -----

-----Se quiser informações detalhadas para determinados aspectos? Isso temos obrigação de as dar, de todas e de esclarecer, o que for necessário. Agora, não baralhemos, porque me recuso, determinadamente, a chamar a isto um relatório, que não o chamo! -----

-----Obviamente, que eu sei, o que é um relatório e, ele é apresentado periodicamente a esta Assembleia, como é óbvio! Muito obrigada Senhora Presidente”. -----

-----**Sr. Tavares da Cruz (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Tavares da Cruz fez a seguinte intervenção:-----

-----“Chamo a atenção da Assembleia e da Mesa que, de facto, esta informação é para ser

discutida, aqui, de acordo com o que está no Regimento. -----

----- O Regimento, inclusivamente, é no único ponto, que diz expressamente como é que a discussão vai ser feita. -----

----- Cada Partido Político, diz lá no Regimento, tem “tanto” para falar. -----

----- Depois, a Senhora Presidente da Câmara vai responder às questões. -----

----- Está perfeitamente claro no Regimento. Portanto, eu não quero avançar muito, porque penso que, vai ser um ponto que, a CDU vai colocar na Reunião de Líderes para ver a forma como nós devemos discutir esta questão. Porque é uma informação, é verdade, é uma informação obrigatória, mas como tal, é o único elemento, que esta Assembleia tem para acompanhar a actividade da Câmara. E, portanto, nós consideramos que ela deve obedecer a uma discussão e a esclarecimentos consentâneos com a sua importância. -----

----- Vamos levantar este problema, mas é só para clarificar à Mesa que a Mesa não tem que fazer essas opções. Que isto é obrigatório e a Presidente da Câmara tem obrigação de, depois da nossa intervenção, fazer a intervenção dela, de acordo com o Regimento. -----

----- Desculpem, que já não intervenho mais sobre este assunto. Muito obrigado”. -----

----- **C.M.O.** -----

----- **A Senhora Presidente da C.M.O.** esclareceu o seguinte: -----

----- “Gostava de esclarecer uma coisa. Há uma coisa, que esta Câmara Municipal nunca declinou que é dar todos os esclarecimentos, que forem considerados pertinentes e importante para que haja um esclarecimento cabal. Agora, não chamem às coisas e não chamemos às coisas algo que elas não são, de facto. Porque não podem ser. -----

----- E, portanto, estaremos disponíveis para responder a tudo o que for, de facto, necessário, considerado conveniente para se sentirem cabalmente esclarecidos, mas não chamemos é, um relatório a isto! Porque isto não é, de facto, um relatório. É só isso, que eu quero esclarecer e para que não restem dúvidas, porque senão, às tantas, ainda vão, como eu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

estava aqui a ouvir, a Câmara apresenta um relatório que, coitadinho, é muito insuficiente.-----

-----Isto não é um relatório, Senhores Deputados.-----

-----Isto é uma informação escrita à Assembleia, que pode ter as discussões, que os Senhores quiserem, como entenderem que nós estamos aqui para esclarecer e para discutir os problemas. Agora, não chamem e nem estabeleçam termos de comparação, aqui, quando eles não são, de facto, termos de comparação. -----

-----Pronto, é só isso, que eu queria, que não ficasse aqui nenhuma dúvida e a Câmara está disponível para responder àquilo, que entenderem conveniente, para ficarem esclarecidos. Muito obrigada, Senhora Presidente”. -----

-----A **Senhora Presidente da A.M. em Exercício** perguntou ao Senhor Deputado Carlos Gaivoto o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado é algum pedido de esclarecimento?”. -----

-----**Sr. Carlos Gaivoto (BE)** -----

-----O Senhor Deputado Carlos Gaivoto disse o seguinte: -----

-----“É mais uma sugestão. -----

-----Poderei ter, eventualmente, utilizado a palavra “relatório”, porque me parecia isso.---

-----Percebo o esclarecimento da Senhora Presidente da Câmara. -----

-----Agora, também ficaria bem à Câmara, já que é uma informação escrita, em qualquer empresa sabe-se que há uma informação trimestral de gestão e essa informação trimestral, se é que está ou não está estipulado por Lei, tem um conjunto de indicadores organizados. Porque a informação avulso, a informação a granel, acho que não serve, digamos, a Edilidade. Pelo contrário, cria estas dúvidas”. -----

-----**Sr.<sup>a</sup> Presidente da A.M. em Exercício** -----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, isso já foi registado. Muito obrigada.-----

----- Tendo terminado a agenda do dia e considerando que temos público presente, daria, agora, a palavra a algum dos Senhores, que já me fez sinal. -----

----- Nós pedíamos-lhe que se chegasse à frente e que se juntasse a um dos microfones, se faz favor, para fazer a sua intervenção.-----

----- Agradeço-lhe, por favor, que se identifique e que refira a sua morada para o caso de ser necessário, depois, enviar-se algum esclarecimento. Muito obrigada”. -----

## **6. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----**

**6.1. Sr. Arístides Mendes** - morador em Oeiras, na Alameda Vieira da Silva, N.º 24 – 1.º A, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Estou aqui em meu nome pessoal, mas também em nome de alguns dos presentes e de outros ausentes, são muitos, por força de circunstância da sua vida, relativamente a um assunto, que é circunscrito a uma edificação, que está a ser introduzida, neste momento, no chamado Lote 47, da zona Norte de Oeiras, HC2, nomeadamente entre, eu digo “entre” com termos, que eu apropriei, entre a José Malhoa e a Alameda Vieira da Silva e, numa zona envolvente, que abrange os antigos Lotes 9 e 10 e os outros, que hoje têm um número de polícia diferente, o meu é o 24, do antigo Lote 10. De quatro lotes, que estão directamente envolvidos. Portanto, nós temos o interesse directo e imediato neste caso, além de munícipes, além de cidadãos.-- -----

----- Tivemos o cuidado de, antes de fazer esta intervenção e outras anteriores, de nos documentarmos com pessoas adultas, responsáveis, cidadãos de nome completo, não falo por mim, falo pelos outros, que me acompanharam e que nos tem acompanhado e que temos todos agido em conjunto. Porquanto, tivemos o cuidado de, antes de vir aqui, ser como fregueses, que dizemos ser da primeira linha, fomos à Junta de Freguesia, sabendo, embora, a limitação de ordem de competências, de atribuições, onde fomos recebidos, aliás, com toda a lhaneza, onde o Senhor Presidente fez ver que, eventualmente, teria dificuldades em nos acompanhar, mercê



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

através de uma exposição, que lhe fizéssemos, enfim, tentava pressionar. -----

-----Cumprimos a nossa missão.-----

-----De imediato procurámos ser recebidos na Câmara que, aliás, o fez também com licença feita nesse campo e só nesse campo, permitam-me a expressão, também nos recebeu de imediato. -- -----

-----Entretanto, viemos à Assembleia Municipal. Não foi possível o contacto mais directo, não obstante nos terem fornecido o nome dos Líderes das Bancadas, tentei logo a intervenção pelo telemóvel, não tivemos dificuldade nenhuma, contactámos. Sabemos da dificuldade de reuniões. O intervalo foi grande, o que nos dificultou esta presença e nomeadamente démarches de ordem técnica. -----

-----Dizemos que somos cidadãos adultos, conscientes e sobretudo, por isso mesmo, documentados, tivemos o cuidado de nos documentar. Isso levou tempo. Lá fomos despertados pelo início da obra; começámos a estranhar, começámos a conversar, começámos a reunir e as coisas foram-se adiantando, como é normal. Até adiantadas demais, não sei porquê... -----

-----Andámos a correr muito contra o tempo.-----

-----De qualquer modo, da reunião na Câmara, nós íamos já devidamente documentados. Quando fomos para a Câmara já íamos devidamente documentados. Manifestámos a nossa preocupação, inicialmente. Infelizmente, devo dizer infelizmente, fomos recebidos de uma forma que nos pretendeu fazer cidadãos menores, não documentados. Talvez, mentecaptos e nessa medida, tivemos que ser frontais, correctos, mas frontais e dizer aquilo, que talvez não gostássemos de dizer, mas dissemo-lo frontalmente. E, viemos dizer que, efectivamente, segundo a nossa documentação, segundo a nossa convicção, que cada vez continua a ser maior, efectivamente, havia aqui uma flagrante violação do alvará de loteamento, do projecto, entretanto, já licenciado. O que nos termos do Artigo sessenta e oito, do quinhentos cinquenta e cinco de noventa e nove, que regulamenta a actividade e toda esta actividade, quase já hoje um

código nesta área, eu não sou um especialista, sou um jurista modesto, mas documentei-me e depois tivemos até o acompanhamento de uma pessoa mais cabal. E, documentámo-nos e verificámos o seguinte: -----

----- No nosso entender de facto e de direito, havia e há uma violação directa, essa violação flagrante, directa e manifesta do alvará de loteamento pelo processo de loteamento, traduz uma nulidade. Essa nulidade é de tal ordem, Vossas Excelências saberão melhor do que eu, sou um modesto cidadão e modesto munícipe. Saberão melhor do que eu que, efectivamente, essa nulidade é de tal ordem e está subjacente um interesse público de tal ordem que qualquer de nós, e lá chegaremos, qualquer de nós deve junto das Entidades competentes, nomeadamente do Magistério Público, fazer conhecer esses factos geradores dessa unidade, que levará a um recurso interposto pelo Magistério Público. -----

----- Isto é, tal o interesse público que aqui está subjacente. Para além de outras Entidades, que, naturalmente, se recordam. -----

----- Nós, modestamente, discretamente, honestamente, civicamente, começámos pela Junta de Freguesia. A Câmara Municipal, e repito, só não estivemos perante Vossas Excelências, porque o tempo e as circunstâncias não permitiram. Estamos, hoje, aqui, já numa fase mais adiantada para vos dizer que, hoje, estamos perfeitamente documentados. -----

----- Resume-se, até porque Vossas Excelências estão cansados como eu, naturalmente, até porque vim para aqui, enfim, para acompanhar, para ver quando é que iria falar, supunha que nos podíamos inscrever no início, para dizer o seguinte: -----

----- O Lote 47 é um lote, que está devidamente determinado no alvará de loteamento, alvará de loteamento que inequivocamente e com certidão, que nos foi dada, certidão, que nos foi dada, emitida em vinte e dois de Janeiro deste ano e que se reporta à última versão em vigor de mil novecentos e noventa e três, portanto o alvará é o três, noventa e dois para os Senhores Deputados, que entenderem seguir e de hoje para manhã fazerem o favor de serem a voz dos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

munícipes, que muitas vezes não têm voz, e que representam um universo de munícipes, o três, noventa e dois na sua versão perfeitamente actualizada e em vigor, certificado, aliás, pela própria Câmara, tem sobre o Lote 47 um destino, que era o do comércio. O comércio, que se compreendia, com uma infraestrutura de apoio ali à zona, que eventualmente a situação do Oeiras Parque tem eventualmente desviado esses interesses.-----

-----Sabemos e é um “a latere”, sabemos que, efectivamente, ainda há pouco tempo, ainda já quase na fase de licenciamento, um supermercado, eu não defendo supermercados, soube isto casualmente, eu sou pelos munícipes, defendo o interesse como munícipe e envolvido directo e os outros, que aqui estão e os ausentes e como cidadão e como cidadão e não vou falar no meu passado anterior a 25 de Abril e do garoto, que, entretanto, esteve nove dias ali na Trafaria por fazer parte da equipa do General Humberto Delgado e já chefe de família com uma criança de um ano, vir para o meio da luta, quem vos fala é um cidadão consciente, que não se aproveitou do 25 de Abril, mas que continua, cada vez mais, e certo a falar alto, quando tem razão para o fazer. -----

-----E, portanto para dizer que o três, noventa e dois continua em vigor. -----

-----E, em relação ao Lote 47, que defendia o tal destino, o tal uso de comércio e que tem na sua envolvência imediata, ao contrário do que aparece depois na configuração do processo de licenciamento, dando entender que há, de facto, ali, mas não. O Lote 47 não confina por lotes seguintes, os envolventes; confina na parte Sul, assim consta e está junto ao processo por Registo do Conservatório Predial respectiva, que confina a Sul com a Alameda Pedonal, a Norte, Nascente e Poente com zonas verdes, com zonas verdes. Está escrito na Conservatória e consta do Alvará do Loteamento e no seu mapa, inequívoco, e, actualmente, ainda em vigor. -----

-----Pois bem, aparece um Projecto de Licenciamento, curiosamente ainda vem precedido pelo Processo quinhentos e quarenta e cinco de dois mil, que é o antecedente. Ainda bem que houve essa consulta prévia.-----

----- Uma consulta prévia onde uma determinada entidade, que curiosamente não é a mesma, que vem a adquirir o lote, que neste momento está a gerir o interesse que é a GERIHOMES, é a Promigin .-----

----- E a própria Promigin..., não quero falar em promiscuidades. Falo só em Promigin. --

----- A Promigin era a detentora do lote, anteriormente foi o urbanizador, um Senhor urbanizador ou uma entidade em nome dele.-----

----- Neste momento, curiosamente, é o mesmo Senhor urbanizador, que é, segundo documentos públicos, não sou eu que estou a inventar e constam também, por outros motivos, junto do certificado do Talhão do lote, Senhor José Guilherme e outros Senhores, o Senhor Engenheiro Salter Cid, o Senhor Engenheiro Mónica, o Doutor Economista Pires. Portanto, as pessoas que curiosamente urbanizaram, venderam e compraram e que estão, neste momento, a gerir aquele projecto. -----

----- Aquele projecto aparece em fase de consulta prévia através da Promigin, que era detentora do lote e fazem a consulta e quer fazer isto aqui, que é um lar da terceira idade e atenção Senhor Vice-Presidente, com a devida vénia de Vossa Excelência, porque fomos confrontados na altura, nenhum de nós, estão aqui três pessoas, das que lá estavam, têm cabelos brancos. Eu estou a fazer, neste momento, setenta anos. Setenta anos de vida e Deus queira que continue assim e continue sempre a falar alto, quando estiver conhecida a verdade. -----

----- Pois bem, nesse caso, nós não estamos contra o lar, não podemos estar, nunca ninguém está contra fins sociais, nunca ninguém está, simplesmente esse lar é um lar comercial, comercial, atenção, comercial não no sentido do destino do lote, é comercial para outros fins e não vai ser, como nós dissemos, com certeza, para nenhum de nós o utilizar. Não vai ser com certeza! Não, porque não possamos vir a necessitar. Talvez, não tenhamos até dinheiro para lá chegar! E, portanto, esse destino é dito claramente e é apresentado um projecto, que vai fechar a alameda pedonal, exclusivo serviço, exclusivo serviço e não venham dizer novamente o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

contrário, exclusivo serviço daquela entidade, que vai gerir, ocupando zonas verdes. E diz o Senhor Arquitecto, que aprecia, em primeira linha, o projecto de licenciamento: -----

-----“Atenção que isto vai contra o uso ou até o uso. Genericamente está bem, quanto ao edifício, está marcado projecto inicialmente previsto a construção, mas vai contra o uso”.-----

-----Depois diz em segundo ponto: -----

-----“Apropria-se de zonas verdes”. Apropria-se de zonas verdes! -----

-----Em terceiro ponto refere, e muito bem, o problema de crescer ali trânsito de todo o lado. -----

-----Pois bem, o Senhor Arquitecto também, já chefe de divisão, mais tarde também fez outra “pirueta”. Não tenho dúvidas de chamar este nome. -----

-----A seguir passa e esquece, esquece redondamente, perguntam-lhe se há cebolas e ele diz: eu, hoje, vou passear à Baixa!”. -----

-----Permitam-me a caricatura, porque é a realidade. -----

-----Esquece totalmente o preço dum técnico, dum Senhor Arquitecto, creio que será com certeza uma pessoa, não só tecnicamente evoluído, mas respeitável, porque senão, não tinha, com certeza, apreciado o processo em nome da Câmara, que era um elemento da Câmara, esquece tudo isto! E daí parte-se e diz-me só de aparecer: bem, talvez uma cota no não sei o quê. Esquece, esquece totalmente; linha por linha, ponto por ponto, situação por situação. -----

-----Mais, esqueci de dizer que em conclusão, o Senhor Arquitecto diz: -----

-----“Atenção que só com uma revisão do Alvará se poderá fazer isto, só com a revisão do alvará.” -----

-----Pois bem, daqui se parte, naturalmente, para o parecer favorável ao empreendimento. -----

-----Aparece o Processo de Licenciamento, seiscentos e oitenta de dois mil e um, Processo seiscentos e oitenta de dois mil e um, nós temos folha por folha, o processo. Estamos documentados. -----

----- Aparece esse Processo seiscentos e oitenta e um, a GERIHOMES, já a GERIHOMES, o Senhor Arquitecto que aliás, faz a primeira apreciação diz: “Atenção, mas quem é o titular desta obra?” E depois vem-se a saber quem é, e juntar aí a tal nota da conservatória, a tal GERIHOMES quem a constitui, quem é que vendeu, quem é que não sei quê, por quanto vendeu. E aqui uma observação, parece que uma coisa que valia muito foi vendida por quarenta mil contos, uma coisa que vale, eu diria muito dinheiro; não foi vendida. Suponho, admito, julgo logicamente se foi, efectivamente, vendido. Portanto, aparece, aparece e eu aqui não estou a fazer afirmações, aqui estou a fazer suposições lógicas, a fazer ilações, inferir, estou a inferir pois bem, em relação a esse projecto um outro senhor Arquitecto disse exactamente o mesmo atenção que isto fere os parâmetros do loteamento. Comércio, serviços, mas isto é para comércio, e comércio subentende que era uma infraestrutura de apoio. Pois bem: vai ao mesmo senhor Arquitecto, chefe de divisão, permitam-me a expressão que qualquer cidadão normal entenderá assim, faz uma pirueta e diz: -----

----- “Bem, atendendo ao fim – Lar de Idosos, Terceira Idade, não sei que mais – poder-se-á entender, poder-se-á entender que isto é um equipamento e daqui parte, em meu entender, para uma alteração, que eu não sabia que se fazia deste modo, do alvará de loteamento. E daqui se parte também para uma aprovação final, não obstante este aspecto, não obstante, inclusivamente, de se continuar a chamar, e o problema do acesso ali aquela zona, que curiosamente no parecer final de uma senhora técnica, uma senhora Engenheira que faz o parecer final, já esquecendo o uso e essas coisa, ainda volta a dizer que é necessário um parecer da DTT, suponho que é DTT. Alguém antes do despacho final, alguém dá um parecer deste género, e prescinde-se do próprio parecer da DTT. Prescindiu-se desde a primeira hora de tudo...

----- Só não se prescindiu foi de licenciar, ilicitamente, frontalmente violando o alvará de loteamento, nesta situação. É isso que eu peço a Vossas Excelências, não já à Câmara, não à Junta de Freguesia, dada a sua limitação, mas a Vossas Excelências, Senhores Deputados, que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

são a voz dos que não têm voz e que são a voz dos munícipes que, ainda se for tempo, façam o que devem fazer, inclusivamente, participar a quem de direito. Isso cabe à bancada e eu digo à vontade, porque estou aqui, não se fale em políticas, não sei a política de todos os outros, mas posso-vos garantir que quem está à vossa frente votou na maioria que aqui está presente. Não se fale em políticas, não se fale em políticas. E andei na rua muitas vezes, nunca ganhei nada depois do vinte e cinco de Abril. Nunca me aproveitei de nada, nem nunca me aproveitarei. Votei sempre em consciência, andei nas ruas desde setenta e quatro/ setenta e cinco, responsável por uma das situações mais graves deste País, que representava e chefiava, unicamente e simplesmente, a negociação colectiva de todo este País; fui delegado numa zona onde uns julgavam que eu era comunista, outros julgavam que eu era fascista, onde a minha consciência, e cheguei a bater contra a parede com telefone contra o senhor Dr. Dias Ferreira que era do PPD de Leiria, por dizer que eu estou a fazer aquilo que a minha consciência entende, ao serviço de Portugal. E fiz o mesmo a um senhor da extrema-esquerda, Camilo Mortágua, ainda esperei que um dia, quando viesse ligar o meu carro, tivesse uma bomba. Fiz isto sempre só, em consciência, sozinho como sempre. Vossas Excelências, no entanto, farão aquilo que em consciência, entendem que devem fazer.” -----

### 6.2. Sr.<sup>a</sup> Presidente da A.M. em Exercício -----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada. Não sei se algum dos Senhores que está presente, eu percebi outro sinal, um dos senhores que está aí do lado direito. Não? -----

-----Faz favor minha senhora, se não se importa dirigia-se a um dos microfones para a intervenção ficar gravada. Muito obrigada.”-----

### 6.3. Dona Clotilde Moreira - moradora em Algés -----

-----A Senhora Clotilde Moreira fez a seguinte intervenção: -----

-----“Chamo-me Clotilde Moreira, moro na Rua Conde de Rio Maior, 14, 6.º Esq.º,

Algés. -----

----- Venho cá por duas coisas pequenas, uma delas é pedir, se faz favor, a anulação da proposta de deliberação cento e noventa zero três, que vai atribuir nome de rua a um arruamento, a uma viela, a um beco, a um beco quase sem saída, que liga a rua Conde de Rio Maior, as pessoas aprovaram isto e não foram lá ver, que é onde eu moro, portanto fica mesmo em frente da minha porta, a um lugar, que é o largo adjacente ao Comandante Augusto Madureira. Esta ruela, este beco, não pode ser chamado de rua porque é uma ofensa às ruas. Tem, minhas passadas, cento e trinta e sete das minhas passadas, onde trinta e sete passadas têm um metro e vinte de largura, esta ruela é as traseiras da Calçada do Rio, mais ao menos nos trinta aos quarenta, está sempre cheia, desculpem a expressão, de “có-có” de cão, tem restos de frango, bocados de comida e todo o nojo que quiserem, perguntem aos funcionários da Câmara que têm limpo. Chamar a isto rua é mau, e ainda mais darem-lhe o nome do senhor José Andrade que eu não sei quem é, que faleceu em dois mil e dois e era humorista, mas isto não é para rir, é que isto depois não tem saída, tem uns degrauzinhos. Portanto, chamem-lhe ruela, chamem-lhe beco do “bobby”, nome internacional de cão que não ofende ninguém. Isto é uma delas. -----

----- A outra situação é a seguinte:-----

----- A Senhora Presidente diz que eu nunca peço nada para mim, nem venho pedir, não é para mim, é para todos os sócios da cooperativa HABIJAMOR, se faz favor deixem de embirrar com a cooperativa. Há muitos anos disseram-nos que se podia construir, quando se começou por construir, afinal já não, tinha de ser Planos de Pormenor feitos não sei por quem, mais o problema da antena e não sei quantas coisas. Agora, então, parece que sim, parece que se pode fazer, simplesmente a nossa comparticipação em dinheiro, embora a gente não seja, realmente, pessoas de barraca mas também temos as nossas limitações. Por isso é que fizemos uma cooperativa, essa cooperativa deveria ser apadrinhada pela Câmara, tem sido sistematicamente onerada com mais isto e mais aquilo, e por causa da antena e mais não sei quantos, enquanto que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

o imobiliário, que está a construir todos os dias, planta um prédio novo. Quer dizer, para o imobiliário é tudo facilidades, para um grupo de pessoas que queriam ter uma casa, realmente, um bocadinho melhor, é verdade, mas não é nenhum palácio, é só complicações. Se a senhora pudesse olhar para todos nós, não é só para mim porque eu já tenho sessenta e seis anos, não vou ver a casa, com certeza, construída, mas para os outros que são mais novos do que eu, e que vão às reuniões e a cooperativa diz sempre: “Pois é, mas a Câmara agora quer mais isto, agora a Câmara quer mais aquilo”. Se faz favor e muito boa tarde.”-----

### **6.4. Sr.<sup>a</sup> Presidente da A.M. em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada. Não havendo registo de mais nenhuma inscrição, damos por terminada a reunião de hoje. Uma boa noite a todos os Senhores Deputados. Muito obrigada.” ---

### **7. MARCAÇÃO DA PRÓXIMA REUNIÃO**-----

----- A próxima reunião será marcada em data oportuna. -----

### **8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

----- A Senhora Presidente em Exercício deu por encerrada a reunião às vinte horas e quarenta minutos, à qual estiveram presentes quarenta e um Membros desta Assembleia Municipal (Elísio Gouveia da Veiga, Fernando Beirão Alves, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Santos, António Moreira, José Eduardo Lopes Neno, António Dias da Silva, Salvador Costeira, José António Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, José David Justino, José Amaral Lopes, Elisabete Oliveira, Jorge Pracana, Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Luz, António Viana Basto, Sofia Sequeira Galvão, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Fraga, Ângela Brito Leite, José Jorge Pereira, Luís Pereira de Sousa, Miguel Neves Amorim, Marcos Sá Rodrigues, Pedro Licínio Pereira, Irene Cândida Silva, Luís Filipe André, Vítor Manuel Cabeço, Maria de Lurdes Vidal, José Tavares da Cruz, Carlos

Coutinho, Joaquim Vieira Cotas, José Pinto Ferreira, Paulo Henrique de Miranda e Carlos Fernando Gaivoto), conforme listas anexas.-----

----- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Secretários da Mesa.-----

----- (Acta assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Luís Marques Mendes, pela Primeira Secretária, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro e pela Segunda Secretária, Doutora Alexandra Gonçalves da Silva Fraga).